

Naiacy de Souza Lima

ANEXO AO PROCESSO Nº 580/2000 - CM

DEFESA DE DISSERTAÇÃO/MESTRADO EM: 30/09/2003

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O Movimento da Escola Nova no Maranhão: A Atuação
de Luís de Moraes Rego (1932-1942)

Marília
2003



NAIACY DE SOUZA LIMA

**O MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA NO MARANHÃO: A ATUAÇÃO
DE LUÍS DE MORAES REGO (1932-1942)**

**Universidade Estadual Paulista
Campus de Marília
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Educação
2003**



NAIACY DE SOUZA LIMA

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Educação (Área de Concentração 2: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira. Linha 2: Filosofia e História da Educação no Brasil).

Orientador: Prof. Dr. Carlos Monarcha

1410001569



UN 001138380

Nº cham. 370.150
L732mv

Nº Tombo 1569 - tese

Aquisição D

Preço R\$ 5,00

Data 10/03/04

Proced. autor

- Reforma do ensino
- Escola nova
- Educaf - História

77p, il. color, anexo

70807000

Lima, Naiacy de Souza.

L732p O movimento da escola nova no Maranhão: a atuação de Luís de Moraes Rego (1932-1942) / Naiacy de Souza Lima – Marília, 2003.

77f. + Apêndices e Anexo ; 30 cm.

Apêndices

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2003.

Bibliografia: f. 73-77

Orientador: Prof. Dr. Carlos Monarcha

1. História da Educação 2. Luís de Moraes Rego 3. História da educação no Maranhão I. Autor. II. Título.

CDD 370.109

Agradecimentos

Agradeço a todos que me auxiliaram neste trabalho, e que tiveram paciência durante a sua realização. Gostaria de dedicar meus agradecimentos especiais a meu orientador, Prof. Dr. Carlos Monarcha; à banca que avaliou este trabalho e me deu preciosas sugestões: Profa. Dr. Maria do Rosário Longo Mortatti e Prof. Dr. Marcus Vinicius da Cunha; à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC-UNESP/Marília; à Associação Prata da Casa (UFMA); e ao Prof. Dr. Erasmo Campello, que me apoiaram durante a realização do Mestrado em Educação; à minha família e amigos e a Rubens Leme, meu companheiro.



Resumo

Esta dissertação de mestrado inscreve-se na perspectiva dos estudos históricos locais e/ou regionais, visando a contribuir para o desenvolvimento de estudos sobre a história da educação no Maranhão. Nela se aborda a difusão das idéias e práticas do movimento da Escola Nova no estado do Maranhão no período de 1932 a 1942, mediante descrição e análise das iniciativas e realizações de Luís de Moraes Rego e seus colaboradores: Luís Viana, Laura Rosa, Rosa Castro e Zuleide Bogéa, para a implantação de novos processos e práticas pedagógicas, os quais resultaram em um esforço de reorientação do ensino maranhense da época. O foco da análise está dirigido para a atuação de Luís de Moraes Rego, em especial no período entre 1932 a 1942, quando atuou como Diretor da Escola Normal de São Luís (1932-1935), representou o Maranhão na 6ª Conferência Nacional de Educação (1934), ocupou os cargos de Diretor da Instrução Pública do Estado do Maranhão (1940-1941) e diretor do Colégio São Luís.

Palavras-chave: escola normal de São Luís, MA; Luís de Moraes Rego; Escola Nova; história da educação no Maranhão; história da educação no Brasil.

SUMÁRIO

Apresentação 1

1. Considerações sobre a Escola Nova no Brasil 6

2. A Escola Normal de São Luís, Maranhão 22

3. As práticas inovadoras na Escola Normal de São Luís 36

4. A inovação educacional em questão: tensões e debates 49

5. A atuação de Luís de Moraes Rego no Colégio São Luís, na 6ª Conferência Nacional de Educação e na Diretoria Geral da Instrução Pública 57

Considerações finais 71

Fontes e Bibliografia 73

Instituições consultadas 77

Apêndice I - Entrevista com Lucy Neves Falcão Leda

Apêndice II - Entrevista com Arnaldo Oliveira Vieira

Apêndice III – Esboço biobibliográfico de Luís de Moraes Rego

Apêndice IV – Esboço biobibliográfico de Luís Lobato Viana

Apêndice V – Esboço biobibliográfico de Zuleide Bogéa

Apêndice VI – Esboço biobibliográfico de Rosa Castro

Apêndice VII – Lista de Decretos Estaduais sobre Educação de 1930-1945

Anexo 1 – Recanto da Velha Guarda, *Jornal Pequeno*, 13 de outubro de 1984, p. 8-9.

Apresentação

A escolha do tema desta dissertação teve como motivação inicial minha participação enquanto aluna bolsista de Iniciação Científica (CNPq) na pesquisa “Reconstrução Histórica do Processo de Formação do Professor Primário no Maranhão - 1930 a 1945”, desenvolvida por professores da Universidade Federal do Maranhão vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (nível Mestrado) dessa universidade entre 1994 e 1998, com o apoio do CNPq¹. Com a finalidade de registrar a memória do ensino normal maranhense, os professores pesquisadores elegeram como marco histórico inicial o Período Imperial (em especial a segunda metade do século XIX) e como categorias de análise: ideário pedagógico, prática pedagógica, gênero, classe social e imaginário social sobre a profissão do professor primário.

Embora a referida pesquisa tenha investigado o processo de formação para o magistério desde o período imperial, a minha participação iniciou-se no momento em que foram abordadas as questões relativas ao período de 1930 a 1945. Interessou-me particularmente a produção intelectual e atuação institucional do professor Luís de Moraes Rego (1906-1987) e a sua contribuição para a educação maranhense, como divulgador do ideário pedagógico da Escola Nova e como diretor da Escola Normal de São Luís do Maranhão, durante o período de 1932 a 1935.

Sobre esse tema desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Luís Rego: marcos de uma trajetória* (LIMA, 1999), que despertou em mim o interesse pelo processo de difusão do movimento da Escola Nova no estado do Maranhão, tema que abordo como aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESP/Marília, desde março de 2000, quando nele ingressei, sob a orientação do Professor Dr. Carlos Monarcha, e passei a integrar o Grupo de Pesquisa “História da Educação no Brasil”, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, e coordenado por esse professor.

¹ Membros da equipe executora: Prof. Dr. João de Deus Vieira e professoras Ms. Lillian Maria Saldanha, Dr.^a Maria Alice Melo e Dr.^a Maria Regina Nina Rodrigues.



No âmbito geral da nação brasileira, como observou Nagle (1974), vivenciou-se, desde a década de 1920, um clima de efervescência política e cultural, motivador de inúmeras reformas estaduais de ensino. Segundo o autor, a partir da década de 1920 o tema da educação passou a ter maior relevância sendo concebido como fator indispensável para a reestruturação de uma “nova sociedade”.

O entusiasmo pela educação significa também uma tendência para reestruturar os padrões de educação e cultura existentes; portanto não significava simplesmente a difusão do modelo predominante. [...] assentou-se o princípio de que a escolarização tem valor quando transforma o indivíduo em parte ativa do progresso nacional ou da prosperidade pública. Evidentemente tal posição implicava uma crítica à mentalidade formada nas escolas brasileiras, onde se ministrava um ensino formalista, preso à cultura clássica, que poderia embelezar o espírito, mas não transformaria as criaturas em forças propulsoras da riqueza nacional. Esta só seria desenvolvida por uma educação prática, substituindo a inércia pela atividade, o ócio pelo trabalho, os centros de consumo em fonte de produção. (NAGLE, 1974, p. 52).

Entre 1930 e 1945, criou-se uma atmosfera bastante propícia aos movimentos de renovação educacional, difundindo-se de forma sistemática as teorias e realizações de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Antonio Carneiro Leão, sujeitos que protagonizaram o denominado Movimento da Escola Nova ou “escolanovismo”. De fato, esses intelectuais, posteriormente denominados de “Pioneiros da Educação Nova”, desempenharam relevante papel na reorganização pública do ensino estadual e nacional, na década de 1920, e, posteriormente, na Era Vargas (1930-1945), período histórico caracterizado por transformações econômicas, políticas, culturais e educacionais simultâneas e aceleradas.

No Maranhão durante a década de 1930, esta difusão das idéias e das práticas originárias da Escola Nova conquistou maior visibilidade tanto no plano do discurso oficial, quanto nas iniciativas reformadoras, sobretudo na reforma da Escola Normal de São Luís ocorrida em 1932, em decorrência da ação destacada de Luís de Moraes Rego e colaboradores.

No âmbito acadêmico, tem-se debatido a necessidade de se organizarem e desenvolverem estudos de natureza regional como uma contribuição decisiva e necessária para a produção de uma visão compreensiva da história da educação brasileira, que leve em consideração processos singulares concretizados em diferentes províncias/estados brasileiros em diferentes épocas ou períodos históricos. É importante destacar que essas pesquisas têm

contribuído significativamente para uma melhor compreensão da história da educação brasileira na sua diversidade e heterogeneidade, identificando, assim, pontos de aproximação e distanciamento entre os diferentes contextos regionais e/ou locais e políticas públicas nacionais.

No que se refere à história da educação maranhense, pode-se dizer que são poucas as pesquisas acadêmicas que abordaram o tema da Escola Nova, no período de 1930 a 1945. Dentre essas pesquisas, podem ser citadas: *O Estado Novo e a educação no Maranhão: 1937-1945*, de Adiel Tito Figueiredo (1984); e *Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo*, de Maria Regina Nina Rodrigues (1993); e o meu Trabalho de Conclusão de Curso anteriormente citado, onde abordo a divulgação do movimento da Escola Nova no Maranhão, mediante estudo da biografia de Luís de Moraes Rego. Mais recentemente Diomar das Graças Motta publicou o esboço biográfico de Luís de Moraes Rego (Motta, 2002).

Com base nessas constatações, esta dissertação de mestrado em educação visa, portanto, a reconstituir a difusão do ideário do movimento da Escola Nova no estado do Maranhão entre 1932 a 1942, analisando e interpretando as ações de Moraes Rego² e seus colaboradores, Luís Bastos Viana³ (1889-1976), Laura Rosa (1884-1976), Rosa Castro (1882-1973) e Zuleide Bogéa (1887-1984), para a implantação de novos processos e práticas pedagógicas, os quais resultaram em uma reorientação do ensino maranhense da época. Nesse sentido, se inscreve na perspectiva dos estudos históricos locais e/ou regionais, visando contribuir para o desenvolvimento de estudos sobre a história da educação no Maranhão, articuladamente ao contexto sócio-histórico brasileiro chamado de “Era Vargas”.

A partir do referencial teórico escolhido, com base na produção de títulos e autores considerados fundamentais para discussão do tema da Escola Nova e também da produção acadêmica recente sobre o referido tema serão analisadas as seguintes questões norteadoras: quais foram às estratégias de difusão dos educadores e intelectuais maranhenses na

² Em relação à grafia do nome, existe controvérsia em documentos analisados, que adotam tanto Luiz de Moraes Rêgo quanto Luís de Moraes Rego, optou-se no presente trabalho adotar a escrita, Luís de Moraes Rego, seguindo as normas vigentes.

³ Em relação à grafia do nome adotou-se procedimento idêntico, em virtude de haver divergências em relação ao nome de Luís Lobato Viana nos documentos analisados, que ora se referem a Luís Lobato Viana ora a Luiz Lobato Vianna.

propagação do movimento da Escola Nova? Que oposição enfrentou essa difusão e como ela se constituía na prática, fora dos discursos institucionais? Que aspectos do ideário escolanovista foram apropriados pelos educadores maranhenses e como se deu a apropriação desse ideário, adaptando-o às características locais?

Para tanto, desenvolvi pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental permitiu localizar, recuperar, reunir e selecionar material documental representativo para o estudo do tema proposto e disponível em acervos maranhenses públicos e privados, os quais são arrolados no final desta dissertação.

Dentre esse material, foi possível localizar, recuperar, reunir e selecionar representativo material documental produzido por Luís de Moraes Rego, Rosa Castro, Luís Viana e Zuleide Bogéa, e material iconográfico para o estudo da difusão das idéias e práticas no Maranhão do movimento da Escola Nova brasileira.

Nesta pesquisa apesar de se priorizarem as fontes escritas de época, utilizam-se também depoimentos orais e escritos além de entrevistas⁴, onde se registram aspectos relativos a inovação educacional no ensino maranhense e em particular na Escola Normal de São Luís⁵ no período citado.

Na investigação do pensamento educacional maranhense de época, considerar-se-ão prioritariamente a leitura e a análise de obras publicadas por Luís de Moraes Rego e seus colaboradores e outros educadores e intelectuais da época como Luís Viana, Rosa Castro e Josué Montello, além de relatórios elaborados durante a administração de Luís Rego, na condição de diretor da Escola Normal (1932-1935) e da Instrução Pública (1937-1942), respectivamente.

O texto desta dissertação de mestrado está organizado da forma descrita a seguir:

⁴ Arnaldo Oliveira Vieira e Lucy Neves Falcão Leda. A versão integral destas entrevistas se encontra no Apêndice II e III ao final do trabalho.

⁵ A denominação "Escola Normal de São Luís" consta em alguns documentos de época, como por exemplo, no Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, apresentado por Luís de Moraes Rego em 1941. Entretanto a designação mais freqüente é "Escola Normal". Para facilitar a identificação da instituição, optei pela primeira denominação, que caracteriza geograficamente a instituição, que até o início da década de 1930, foi a única instituição pública de formação de professores do estado (SALDANHA, 1997). Após a reforma de ensino de 1943, Decreto-Lei n. 826 de 30/12/1943, a Escola Normal passou a ser designada "Instituto de Educação do Estado do Maranhão".

no primeiro capítulo, intitulado “Considerações sobre o movimento da Escola Nova no Brasil nas décadas de 1920 e 1930”, analiso em linhas gerais o movimento da Escola Nova no Brasil.

O segundo capítulo intitulado “A escola normal de São Luís, Maranhão” trata especificamente do papel da Escola Normal como instituição difusora do ideário e práticas escolanovistas no estado, e de como as reformas educacionais ocorridas durante a década de 1930, no Maranhão, contribuíram para a propagação desse ideário e práticas, além de ressaltar as relações do processo ocorrido no estado com as mudanças estruturais pelas quais passavam outros estados brasileiros.

No terceiro capítulo, intitulado “As práticas inovadoras na Escola Normal de São Luís”, abordo e descrevo as inovações metodológicas no âmbito de ensino e apresento de modo descritivo as agências intra-escolares criadas por Moraes Rego no âmbito da Escola Normal.

No quarto capítulo, intitulado “A inovação da educação em questão: tensões e debates” procuro situar e descrever alguns embates entre os defensores da inovação educacional e o ponto de vista de seus oponentes.

E no último capítulo, intitulado “A atuação de Luís de Moraes Rego no Colégio São Luís, na 6ª. Conferência Nacional de Educação e na Diretoria Geral da Instrução Pública” procuro descrever e analisar o modo pelo qual o reformador de ensino deu prosseguimento à difusão do ideário da Escola Nova no estado do Maranhão.

À guisa de considerações finais destacam-se os elementos de avanço em relação às respostas encontradas para as questões formuladas no que se refere aos objetivos desta dissertação. Finalmente consta a seção reservada para as fontes documentais, bibliografia e instituições consultadas; e anexos e apêndices.

CAPITULO 1

Considerações sobre o movimento da Escola Nova no Brasil

A partir da década de 1970, muito se tem debatido sobre a importância das pesquisas de caráter regional, que atualmente vêm passando por um crescimento, devido em parte à criação de cursos de pós-graduação em diversos estados que não os possuíam, principalmente aqueles da região nordeste, numa evidente regionalização dos programas de pós-graduação, viabilizando desse modo pesquisas locais e/ou regionais (AMADO, 1990, p.9).

É importante destacar que essas pesquisas têm dado uma contribuição fundamental no sentido de compreender melhor a história da educação brasileira na sua diversidade e heterogeneidade, procurando ao mesmo tempo encontrar os pontos de confluência e influência entre esses contextos tão diversos, trazendo assim uma grande contribuição para a historiografia da educação brasileira.

Em relação à historiografia do movimento da Escola Nova no Brasil, é importante destacar que muitas são as pesquisas encontradas, porém são poucos os estudos que se referem à propagação desse movimento no Maranhão. Entre os estudos regionais aqui apontados, o assunto é quase sempre apresentado *en passant*, notando-se a a carência de uma análise mais aprofundada. Entre os estudos gerais no que se refere à educação maranhense, principalmente no período de 1930 a 1945 (delimitação cronológica dessa pesquisa de que resultou esta dissertação), são poucos os trabalhos realizados tendo como foco este período, entre os quais destaco os dos seguintes autores: Figueiredo (1984), Rodrigues (1993), Lima (1999) e Motta (2000). Destes, apenas os dois primeiros enfocam exclusivamente o período da Era Vargas e apenas o segundo trata do movimento da Escola Nova no Maranhão, apesar de tê-lo feito de forma restrita, tratando-se mais de um estudo biográfico. É importante também destacar o recente estudo realizado por Motta (2002, sobre a vida e a obra do educador maranhense Luís de Moraes Rego.

Já em relação às fontes documentais é necessário também considerarmos as dificuldades encontradas em estados como o Maranhão, onde ainda não existe uma tradição de pesquisas históricas em educação, e não se observa uma preocupação em relação à conservação, organização e catalogação de fontes documentais, nesse caso a própria

localização e acesso a esses materiais acaba sendo em si um desafio para o pesquisador.

Conforme anteriormente citado, a produção de estudos sobre o movimento da Escola Nova no Brasil apresenta contribuições de diversos autores dentro de diferentes abordagens, como por exemplo, têm-se autores como Jorge Nagle (1976), Otaiza Romanelli (1980), Dermeval Saviani (1995), Carlos Monarcha (1989), José Silvério Baia Horta (1994), Simon Schwartzman, Bomeni e Ribeiro (2000), Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), Cunha (1995), Clarice Nunes (1992). Trata-se de tema que vem atualmente merecendo novos estudos e enfoques até mesmo em virtude do surgimento de novos paradigmas instituídos em relação aos estudos historiográficos de forma geral, o que vem suscitando análises diferenciadas abrangendo aspectos até então desconsiderados. Tal variedade e quantidade de pesquisas servem para demonstrar a relevância do tema para a historiografia da educação brasileira. Também são igualmente numerosas as obras e pesquisas em historiografia nacional no que se refere ao período aqui enfocado (1932-1942).

Em relação aos trabalhos de maior relevo aponto inicialmente o estudo de Jorge Nagle, *Educação e sociedade na Primeira República* (1976), considerado hoje um clássico da historiografia brasileira. Neste livro, o autor pretende desenvolver uma análise histórica abrangente da educação no Brasil durante o período da Primeira República, destacando aspectos como a propagação do ideário escolanovista, a nacionalização e o princípio da tecnificação do ensino e elege categorias como “entusiasmo pela educação”, “otimismo pedagógico” e “profissional da educação”. Ao analisar as políticas públicas nacionais no período histórico enfocado, no que se refere à questão educacional, em especial às reformas do governo federal e dos estados nos vários graus e modalidades de ensino, o autor procura contextualizar a educação escolar focalizando a formação socio-econômica que a engendrou, em uma análise que busca a totalidade. Nagle afirma, ainda, ser o escolanovismo o desencadeador do movimento de tecnificação do campo pedagógico e de profissionalização do ensino. Para o autor, o período histórico vivenciado nas primeiras décadas do século XX requereria uma “nova sociedade” e conseqüentemente a “necessidade de modernização” e de uma “nova educação” que viesse de encontro a essas “novas necessidades”. Segundo Nagle,

O entusiasmo pela educação significa também, uma tendência para reestruturar os padrões de educação e cultura existentes; portanto não significava simplesmente a difusão do modelo predominante [...] assentou-se o princípio de que a escolarização tem um valor

quando transforma o indivíduo em parte ativa do progresso da educação nacional ou da prosperidade pública. Evidentemente tal posição implicava uma crítica a mentalidade formada nas escolas brasileiras, onde se ministrava um ensino formalista, preso a cultura clássica, que poderia embelezar o espírito, mas não transformaria as criaturas em forças propulsoras da riqueza nacional. Esta só seria desenvolvida por uma educação prática, substituindo-se a inércia pela atividade, o ócio pelo trabalho, os centros de consumo em fontes de produção. (1976, p.109).

No capítulo intitulado “A penetração do Escolanovismo no Brasil”, Nagle divide o processo em duas etapas. A primeira, no final do período imperial, e a segunda fase nas duas primeiras décadas do século XX. A primeira fase estaria mais ligada às condições facilitadoras de transmissão de novas idéias, o que era fundamental para a consolidação da fase posterior, como uma espécie de preparação, em virtude de no momento não haver condições objetivas de uma efetivação mais prática desse ideário. A segunda fase, que compreende a década de 1920, é considerada pelo autor como a das realizações, tendo um caráter fortemente reformista e remodelador. Se, de um lado, esse movimento acaba por requerer uma estruturação e organização do ensino, de outro a penetração do ideário escolanovista acaba tendo seu ponto maior de atenção nas reformulações metodológicas e alterações curriculares em uma espécie de desvio da problemática educacional, priorizando apenas aspectos intraescolares em detrimento de conteúdos de maior amplitude social, o que o autor vai classificar como “distorção técnica”, pois realiza-se uma substituição da dimensão política pela dimensão técnica ao se analisarem os aspectos relativos à educação.

Otaiza Romanelli em *História da educação no Brasil* (1980), vai considerar como elementos preponderantes para as transformações do modelo educacional as determinações advindas do sistema produtivo, isto é, da base econômica.

De acordo com Romanelli,

O capitalismo engendra a necessidade de fornecer conhecimento às camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades de consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. (1980, p.62)

Em sua análise, a autora aponta como causas para a necessidade de modernização e, conseqüentemente, de uma educação igualmente moderna no Brasil, a substituição do capitalismo mercantilista pelo industrial, sendo a expansão do capitalismo a propulsora da necessidade de extensão da escolarização como processo sistemático a outras camadas da sociedade (camadas médias e populares).

A autora procura, ainda, demonstrar como as relações entre educação e desenvolvimento no Brasil se processaram. E afirma que, apesar dos progressos alcançados, havia um distanciamento entre as necessidades reais da sociedade em relação à educação e a forma como a educação se expandiu, sendo o desenvolvimento econômico e a necessidade de progresso um dos maiores impulsionadores dessa expansão que, mesmo ficando aquém do desejado, atingiu um relevo até então jamais conseguido.

No capítulo intitulado, “A organização do ensino e o contexto sócio-político após 1930”, Romanelli faz considerações sobre como se processou a evolução do sistema educacional de ensino, destacando os aspectos referentes às lutas político-ideológicas que tomaram lugar no período estudado. A autora propõe uma divisão desse processo de evolução em três fases distintas.

A primeira fase corresponde ao período entre 1930 e 1937, marcado pelas grandes disputas ideológicas, entre as quais, a disputa entre “pioneiros” e “conservadores”; a segunda fase corresponde ao Estado Novo, e se caracteriza pela instituição de regime discricionário, e seria nesse momento entre 1937 e 1946 que, segundo Romanelli (1980, p.128), a educação seria vista ainda mais como um fator importante para o desenvolvimento. O terceiro e último período estudado pela autora, entre 1946 a 1961, ano em que foi votada a Lei 4.024, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ao analisar o movimento renovador, e, em especial, o conteúdo do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), a autora destaca o caráter ingênuo, ainda que moderno, de alguns dos ideais presentes nesse documento. Ao tratarem das causas dos problemas educacionais, Romanelli, (p.145) considera que os “pioneiros” acabavam incorrendo em uma visão “romântica e inconsistente”, conferindo enquanto causa dos problemas educacionais brasileiros a falta de uma “filosofia de vida” por parte dos educadores, cabendo como soluções de tais problemas, portanto, apenas uma mudança de postura dos educadores. Entretanto, a autora não deixa de destacar os aspectos renovadores do Manifesto, como a necessidade social da educação enquanto um direito biológico e de mudanças urgentes no modelo de educação da época que deveria refletir essas necessidades sociais, além da solicitação por uma ação mais objetiva do estado em relação à educação. E, acima de tudo, o manifesto trata a educação como um problema social, o que constitui um avanço para a época. Romanelli (p.150) destaca, porém, que a reivindicação de uma escola pública, gratuita, obrigatória e leiga, fazia parte das

consequências criadas pela nova situação vigente com a ascensão de novas classes sociais, assim como a necessidade de uma nova educação seria fruto das novas exigências econômicas e sociais, já não satisfeitas pelo modelo de educação tradicional. A luta dos “pioneiros” era então uma luta contra a escola tradicional e não contra o estado burguês, daí o seu caráter conservador, ainda que imbuído de uma aura de modernidade.

Já autores como Dermeval Saviani (1980), Carlos Monarcha (1998), José Silvério Baia Horta (1994), Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa (2000), fazem uma revisão do tema da Escola Nova abordando aspectos diversos sobre o assunto dando assim a sua contribuição neste estudo, procurando enriquecer e ampliar a análise sobre o tema.

Dermeval Saviani (1980) no livro *Política e educação*, considera que a “educação nova” apresentou como característica uma predominância das questões metodológicas sobre os demais aspectos envolvidos no processo educativo. O autor defende a tese de que com o advento da Escola Nova houve um afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, o que contribuiu para rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares. Saviani considera, ainda, que a Escola Nova teria contribuído para a melhoria e o aprimoramento do ensino destinado às elites, contribuindo assim para o agravamento daquilo que o autor chama de “problema da marginalidade”.

Vê-se, pois, que paradoxalmente em lugar de resolver o problema da marginalidade, a “Escola Nova” o agravou. Com efeito, ao enfatizar a “qualidade de ensino”, ela deslocou o eixo de preocupação do âmbito político (relativo a sociedade em seu conjunto) para o âmbito técnico-pedagógico (relativo ao interior da escola), cumprindo ao mesmo tempo uma dupla função: manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um ensino adequado a esses interesses. É a esse fenômeno que denominei de “mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante. (SAVIANI, 1980, p.22).

No segundo tópico do mesmo livro, Saviani discorre sobre a chamada “teoria da curvatura da vara”, tomando como base uma expressão utilizada por Lênin, segundo a qual, “[...]quando a vara está torta, é necessário curvá-la para o lado oposto [...]”. Tal exemplo ilustra a proposta do autor, que deseja partindo do elogio aparente à Escola Tradicional, fazer uma crítica ferrenha aos modelos e ideais da Escola Nova (liberdade, democracia e cientificidade) para ao final da exposição de sua tese, no capítulo intitulado “Escola e

Democracia II: para além da teoria da curvatura da vara”, fazer a defesa da proposta de educação denominada pelo autor de Pedagogia Histórico-Crítica.

Com essas teses, o autor contribuiu para desmistificar alguns aspectos relativos a Escola Nova, como o conceito de democracia e liberdade, e trouxe à tona novas discussões sobre o tema, sendo considerados um dos autores brasileiros mais críticos em relação a Escola Nova durante a década de 1980.

Já Carlos Monarcha (1998) em artigo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) cita a análise usual que hoje se dá ao movimento da Escola Nova e ao papel do Manifesto em particular, algo como um “[...] embate político ideológico travado entre intelectuais modernistas e intelectuais conservadores”, mas acima de tudo um processo inserido em um momento histórico marcado por mudanças marcantes no que se refere à vida social brasileira, um processo de “modernização conservadora, organizado e controlado pelo Estado”. Ainda segundo Monarcha (1989, p.17), o movimento da Escola Nova foi, em resumo, a proposta de uma espécie de “revolução dentro da ordem” por meio da educação.

No livro *A reinvenção da cidade e da multidão. Dimensões da modernidade brasileira. A escola Nova*, Monarcha concluiu que,

[...] subentende-se uma hierarquia social, em que homens cultos têm o direito à condução política e a ação política fica assim circunscrita a um estreito círculo de letrados, cabendo aos iletrados a subordinação aos primeiros, enquanto buscam elevar-se aos padrões culturais dominantes. (1989, p.26)

Ora, sabemos que entre as principais bandeiras do movimento renovador estavam a defesa da “escola pública, universal e gratuita”. A educação devia, dessa forma, ser dada a todos, a fim de garantir igualdade de oportunidades, e para isso o tipo de educação também devia ser o mesmo a todos, pois com a igualdade de oportunidades oferecidas, as diferenças e talentos individuais se destacariam “naturalmente”. Havia, portanto, a necessidade do estabelecimento e da organização de um sistema de ensino público, nacional e laico. Esse caráter laico, defendido pelos pioneiros da educação, despertou uma resistência considerável, principalmente dos setores católicos.

E, tanto para os pioneiros da educação, quanto para os intelectuais católicos, tornou-se evidente que a educação era um elemento consolidador do espírito nacional e fundamental para a reconstrução da sociedade brasileira. Isto é, a educação foi considerada por

diversos setores da sociedade da época como elemento primordial para a reconstrução nacional e superação do atraso nacional.

Portanto, o processo de reorganização da instrução pública que aconteceu nesse período não pode ser estudado independente da propagação do movimento da Escola Nova no Brasil. As maiores iniciativas nesse sentido se deram no âmbito das reformas educacionais. Por isso, esse período é conhecido como a “época das reformas”. A primeira destas reformas de ensino foi empreendida por Antonio de Sampaio Dória, em São Paulo, em 1920; M. B. Lourenço Filho empreendeu a do Ceará, em 1922/23; prosseguindo com as reformas do ensino José Augusto, no Rio Grande do Norte, 1926/1928; Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, 1928-1929; e Francisco Campos, em Minas Gerais, 1927; e Anísio Teixeira, na Bahia, 1928.

Entretanto apesar das idéias defendidas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova por uma “escola pública, universal e gratuita” e “igualdade de oportunidades”, considerando tais bandeiras por meio das análises já feitas, é importante destacar o caráter diversificado do movimento da Escola Nova em diversas países inclusive o Brasil. Podemos considerar de fato a existência de vários movimentos da Escola Nova e não apenas um, pois segundo Monarcha (1998, p. 82) o mesmo se constitui em uma espécie de “[...] síntese provisória das múltiplas experiências educacionais e culturais concretizadas no decurso da década de 1920 e produzidas por sujeitos que guardavam entre si pontos de aproximação e distanciamento”.

Esta análise confere aos Pioneiros da Educação Nova a elaboração de uma proposta educacional muito mais ampla e não apenas restrita aos aspectos técnicos e metodológicos da educação. Era, portanto, muito importante o papel dos pioneiros da Educação Nova e dos propagadores do movimento da Escola Nova neste processo de reestruturação do ensino público no Brasil. Mesmo não conseguindo alcançar os objetivos do Manifesto dos Pioneiros (de caráter utópico, pois conflitante com o momento político e histórico vivido) nas reformas que se seguiram, abriram um importante espaço para as discussões a cerca da importância da educação e o seu papel na sociedade.

Um outro livro relevante para a compreensão da problemática da Escola Nova no Brasil é *Tempos de Capanema*, Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomemy e Vanda Maria Ribeiro Costa (2000), nos qual analisa-se o pensamento e ação de Gustavo Capanema, com foco no período em que esteve à frente do Ministério da Educação e da

Saúde, 1934 e 1945. Período que como sabemos, foi de nacionalização, organização do sistema de ensino e intensas disputas político-ideológicas visando interferir no projeto de educação nacional então em construção. Projeto que era considerado prioridade no governo Vargas e que tinha objetivos amplos ligados, inclusive, à construção de uma nacionalidade ou da identidade nacional.

Nesse livro os atores situam e analisam a trajetória de Capanema articuladamente ao contexto sócio-históricos das décadas de 1920 a 1940. Nesse período conturbado da história nacional, os autores analisam, dentre outras questões, as transformações ocorridas na organização da educação nacional e as político-ideológicas entre facções que defendiam suas posições antagônicas à cerca das reformas empreendidas, entre as quais a Igreja Católica (também chamada ala conservadora), o Exército e os Pioneiros da Educação. Cada grupo com uma visão distinta da educação e seus objetivos, e de qual seria o seu papel na formação de uma identidade nacional e de uma nova sociedade brasileira. “A ordem, a disciplina, a hierarquia e o amor pela pátria adquirem prioridade nesta proposta de ação pedagógica”. (SCHWARTZMAN; BOMENI; RIBEIRO, 2000, p.117). A educação desse modo acaba tendo uma função de caráter fortemente ideológico.

Para os autores, a educação passou a ser vista como “[...] uma questão de segurança nacional”, para o Estado Novo representaria ainda “[...] um projeto estratégico de mobilização controlada”. (Ibid., p.117).

Ainda para os autores, se, em muitos pontos essa tendência e visão de educação se confrontou com as concepções dos pioneiros da Escola Nova, as críticas que os militaristas faziam aos intelectuais renovadores eram muito similares às feitas pelo movimento católico, que aferiam aos princípios liberais uma tendência à desorganização, à indisciplina e ao individualismo, que prejudicariam a formação do caráter nacional.

Porém, mesmo sem a concepção militarista de educação para “formar soldados”, a educação teria no Estado Novo a função considerada primordial da construção e defesa de uma nacionalidade ou da definição de uma identidade nacional.

Segundo Schwartzman, Bomeny e Ribeiro (2000), “O movimento da Escola Nova, sem se constituir em um projeto totalmente definido, estruturava-se ao redor de alguns grandes temas e de alguns nomes mais destacados”. Entre as considerações feitas pelos autores, está o fato de que, esse movimento não possuía a unidade necessária para ser considerado realmente

um movimento intelectual, e que tão pouco, os seus ideais políticos e educacionais fossem homogêneos.

No livro intitulado, *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)* (1994) José Silvério Baia Horta tratou igualmente das disputas políticas a cerca das reformas educacionais que tomaram lugar na Era Vargas, enfocando as disputas entre Igreja Católica, Exército e Pioneiros da Educação, além de fazer uma análise do papel da inclusão no currículo escolar das matérias Educação Física, Educação Moral e Cívica, Canto Orfeônico, História e Geografia do Brasil e a função ideológica exerceram no projeto de educação do Estado Novo.

Para o autor, as diferentes político-ideológicas em confronto defendiam a função moralizadora da escola pública.

[...] para o povo, para as massas brutas, para as crianças - hábitos morais, moralidade automatismo ético, mas para os dirigentes, para as elites, para os responsáveis pela orientação da vida pública, para os que vão formar a alma nacional - não só a mecanização dos atos mas o reparo integral. Para eles importa a moral ciência. (CARNEIRO LEÃO in HORTA, 1994, p. 34.)

O autor destaca em seu estudo que, mesmo diante do patriotismo presente nos discursos oficiais da época e da chamada constante ao aprimoramento da educação e valorização do trabalho como forma de glorificação da pátria, para Getúlio Vargas, a princípio, a função principal da escola estava em formar o cidadão pela capacitação ao trabalho. Entretanto, o civismo reaparecerá mais à frente, fortemente ligado à idéia de aperfeiçoamento físico, moral e intelectual da raça (eugenia). O aperfeiçoamento de raça ressaltaria a importância da Educação Física, sobretudo a partir de 1937, sendo a educação eugênica incluída na Constituição de 1934, como um dos deveres do Estado.

Para Horta (1994, p.115), a relação entre educação e patriotismo se tomará mais forte, sobretudo a partir de 1936, em razão do acontecimento da Intentona Comunista, em 1935.

Horta destaca ainda, que planos e metas foram traçados com o objetivo de utilizar a educação como meio de construção da identidade nacional, a exemplo do que foi igualmente apontado por Schwartzman, Bomeni e Ribeiro (2000), pois, para que esse projeto fosse implementado, se fazia necessário construir um plano nacional de ensino. Tal plano, segundo Horta (1994, p.85), transformou-se em um instrumento privilegiado de ação política, e foi apresentado por Capanema como a solução para a falta de disciplina e orientação existentes na

educação brasileira.

Ainda segundo Horta (1994, p. 107), o período que antecedeu a implantação do Estado Novo foi marcado pela disputa entre Francisco Campos e Gustavo Capanema em torno da direção do Ministério da Educação e Saúde, sendo também o momento decisivo da definição de posições. Para o autor, mediante definição de uma política educacional e de um programa de trabalho que visou colocar o Ministério “a serviço da Nação”. Capanema, portanto, revelou a disposição do Governo Federal em dirigir, orientar, coordenar e controlar a reorganização do sistema educacional do país. Para tanto, segundo os autores, o ministro estipulou três pontos para a utilização da educação como instrumento de defesa da ideologia autoritária: a educação física, a educação moral e o canto orfeônico.

Ainda segundo o autor, Getúlio Vargas procurou manter em seus discursos uma aparência de autonomia e neutralidade do ensino, chegando até mesmo a criticar “as nações totalitárias onde a doutrina do Estado informa e dirige toda educação”. Nesse período, acentua-se ainda mais a centralização do Estado e a intervenção do Governo Federal no sistema de ensino com vistas a promover “[...] a unificação dos métodos de ensino no sentido de dar-lhe feição nitidamente nacionalista”.

Outros autores, a exemplo de Carvalho (1998) e Nunes (1996), retomam a discussão em torno da Escola Nova no Brasil, adotando uma visão diferenciada.

Marta Maria Chagas de Carvalho, no livro *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*, (1998) mediante análise das atas da Associação Brasileira de Educação (ABE) entre os anos de 1924 a 1936 (ênfatizando o período que culminou em 1932 com a reorganização da ABE), além de outros documentos oficiais ligados à Associação, às Conferências Nacionais de Educação e às Semanas de Educação, em uma pesquisa documental bastante ampla, caracterizou captar os projetos político-educacionais em circulação na ABE e as disputas entre eles.

A autora analisa o percurso histórico da Associação Brasileiro da Educação situando dois momentos distintos. No primeiro momento identifica a “confluência e propulsão” da campanha cívica pela causa educacional, campanha essa considerada pela autora como “apolítica” (CARVALHO, 1998, p.56). Já no primeiro boletim da ABE, seus membros afirmavam partilhar da convicção de que a campanha educacional se destinava a

“solucionar o maior problema de nossa existência nacional” (p.57). Assim, o boletim informou a adesão à causa inquestionável, acima de qualquer divergência político-partidária e das “contingências históricas”.

Para explicar essa condição de “causa inquestionável”, Carvalho (1998, p.135) retoma a formulação de Nagle (1976), “entusiasmo pela educação”. Contudo, a autora considera que as alusões à importância da educação não devem ser compreendidas apenas como representação do real, mas como expressão de convicção que, ao escalonar os problemas nacionais, atribuía à educação importância maior. Com o intuito de promover a propaganda da associação e o apelo cívico em torno da “causa educacional”, a ABE passou a promover as Conferências Nacionais de Educação. Carvalho (1998, p.60-62), afirma que as ações da ABE privilegiavam um conjunto de práticas que tinham como denominador comum o empenho na moralização dos costumes, propondo como obra de civismo: pregações, festas pedagógicas, controle do lazer, por meios que abrangiam a censura de filmes, livros e espetáculos, além da exaltação do papel moralizador da escola e da exaltação do “homem brasileiro”, na busca por construir a chamada “identidade nacional”, defendendo a ordem como princípio para o progresso.

Para a autora, o segundo momento da trajetória da Associação Brasileira de Educação, caracterizou-se pelas intensas disputas político-ideológicas. Segundo Carvalho (1998, p.70-71), a Revolução de 1930 modificou lentamente a situação de isolamento da ABE. E, a partir da publicação do Manifesto dos Pioneiros Educação Nova, ocorreu uma “repolitização” do Conselho Diretor em relação à questão educacional.

Na 5ª Conferência Educacional Anísio Teixeira atuou como porta-voz da Associação, conferindo-lhe uma nova imagem de instância de debates e livre circulação de idéias. Esses fatos contribuíram para afastar os intelectuais católicos da ABE.

Analizando as Conferências Nacionais de Educação, Carvalho (1998, p.305-309) considera que esses eventos tinham, a princípio, um caráter notadamente cívico-nacionalista, sendo que essa característica devia ser atribuída a Fernando de Magalhães, que enquanto organizador das primeiras conferências, propugnava o resgate de um “Brasil unido”, “legado de antepassados, guardiões da Ordem, que a Federação” e a “ilusão das conquistas democráticas” “ameaçavam desmembrar”.

Os temas gerais debatidos nas Conferências Nacionais de Educação priorizaram a

uniformização doutrinária da escola como instância de disseminação do patriotismo e da tradição, além da defesa da higiene e da eugenia da raça.

Para a autora, após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nas conferências nacionais que se seguiram, tomaram maior vulto as discussões sobre nacionalização da escola e do seu papel cívico e cultural, os debates entre liberais e católicos, e a defesa da nacionalização da escola ativa.

Essa análise de Carvalho (1998), traçando o percurso histórico da ABE e das Conferências Nacionais da Educação é de utilidade primordial nos estudos regionais sobre propagação do ideário e das práticas da Escola Nova, pois tais conferências também influenciaram as políticas regionais de modernização do ensino, na medida em que promoveram intercâmbio e difusão de discussões.

Clarice Nunes (1996), em “Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca”, capítulo do livro intitulado *Missionários do Progresso*, faz uma análise da escola como espaço físico, social e cultural, procurando compreender a forma como a impregnação da cultura urbana no espaço escolar produziu um espelhamento do “modo paulista de cidade” sobre outras cidades brasileiras provocou uma homogeneização dos espaços sociais e culturais e mesmo do paradigma do ser moderno.

A autora privilegia o momento em que os educadores tornaram a escola pública do Rio de Janeiro um instrumento de intervenção, pretendendo utilizar como meio de solução de problemas reais ou imaginários, e discorre sobre a forma como no interior da escola havia um esforço por se realizar uma educação pautada em princípios de moral, higiene e civismo.

Conforme a autora, a partir de 1928, com a aprovação da Lei do Ensino, posteriormente à tumultuada tramitação na Câmara dos Vereadores liderada por Fernando de Azevedo, acabou alcançando a vitória o grupo chamado de “técnicos paulistas”. Ainda na gestão de Azevedo como Diretor da Instrução Pública, foram assinados 16 contratos de construção de prédios escolares todos seguindo um padrão neocolonial de inspiração jesuítica, ao que a autora questiona a viabilidade dessa arquitetura dentro da proposta da escola ativa. Entretanto, ao responder a essa questão, Nunes (1996, p.185) destaca que essa arquitetura estaria em pleno acordo com a proposta da reforma azevediana, que buscava um equilíbrio entre a vida ativa e a vida ascética, calcada em uma cultura humanista que adotava as contribuições da ciência ainda que sedimentada na moral do passado.

As considerações de Nunes ajudam a elucidar o aparente paradoxo existente entre a propostas renovadoras e a moral conservadora e o porquê de ambas coadunarem em diversos aspectos no que concerne à moral da época, não representando, de fato, um problema para os defensores da “escola ativa”:

A escola carioca como palco de reinvenção do moderno condensa as contradições da cidade. Uma delas se expressa na sua relação com o tempo. Todo o período que se autodenomina moderno permanece obcecado pelo passado (NUNES, 1996, p.190).

A autora, porém, destaca a importância da arquitetura escolar para a época, e como a criação de espaços físicos, tais como anfiteatros, salas de leitura, refeitórios, jardins e áreas livres dentro da escola, promoveu a expansão regulada das atividades corporais na escola, funcionando, em especial para as crianças mais pobres, não como um local de confinamento, mas de re-apropriação de espaços de sociabilidade sonegados às classes trabalhadoras.

Outros pontos destacados pela autora fazem referência à expansão dos livros didáticos e da leitura como elementos de difusão dos ideais renovadores no seu aspecto metodológico, fazendo com que a escola se tornasse menos “sisuda”, com suas paredes povoadas por “estampas”, agora indispensáveis ao ensino da redação. (NUNES, 1996, p.197).

Contudo, a “febre metodológica” da Escola Nova, não convenceu boa parte dos professores, cujos métodos (ainda que obrigatórios na gestão Fernando de Azevedo), eram constantemente burlados pelos professores, inseguros de aplicá-los.

A questão da disciplina também chama a atenção da autora, sendo esse um ponto alvo de problemas, “principalmente quando atingia a questão dos *bons costumes*” (NUNES, 1996, p.199). Em resumo, nesse capítulo, a autora salientou o fato de que a chamada geração de educadores “pioneira” conviveu com concepções diferenciadas do moderno que muitas vezes se chocam, e de como as chamadas “reformas de instrução”, encarregadas de difundir a ideologia oficial, foram muitas vezes ameaçadas por contra-ideologias.

No estado do Maranhão o ideário e as práticas propugnadas pelo movimento da Escola Nova fizeram mais presentes a partir dos anos de 1930, graças à atuação de Luís de Moraes Rego e colaboradores.

Estudos realizados por Lílian Maria Leda Saldanha, autora de *a Reconstrução*

histórica do processo de formação do professor primário no Maranhão (1997), e Adiel Tito Figueiredo, *O Estado Novo e a educação no Maranhão (1937-1945)* (1984), indicam que o ideário do movimento da Escola Nova brasileira passou a ser divulgado no Maranhão a partir da década de 1920. A partir da década de 1930, esse movimento ganhou maior visibilidade, tanto no plano do discurso oficial, quanto nas iniciativas reformadoras, sobretudo na Escola Normal de São Luís.

A sociedade maranhense também vivia um momento de efervescência cultural, principalmente no campo literário, com a criação da Academia Maranhense de Letras, destacando-se a importância da função social da educação, vista como o meio de promover a organização social e garantir o desenvolvimento do estado.

A instauração da República, segundo Rodrigues (1993, p.27), pouco modificou a estrutura de poder predominante no Brasil, sendo que o mesmo se pode afirmar, em relação ao estado do Maranhão, que não sofreu descontinuidade em seu modo de articular e implantar suas políticas sociais. O quadro geral, com o qual se defrontava o Maranhão nas primeiras décadas do século XX, era então desolador, não apenas no que se refere ao setor econômico, mas igualmente nos âmbitos cultural e educacional, incluindo-se também os setores de saúde, segurança, trabalho e moradia, que se mostravam precários, estando os direitos de cidadania restritos a uma parcela da população: a burguesia e as elites maranhenses.

No livro *Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo. Política e educação* (1993), Maria Regina Nina Rodrigues, explicita o ponto de vista de que com a substituição do capitalismo mercantilista pelo industrial iniciou um processo de modificações no sistema educacional brasileiro. Passou-se a pensar e estender a escolarização como um processo de incorporação das camadas médias e populares.

A chamada “modernização do ensino” que se propagou nos grandes centros urbanos do país atingiu e influenciou os rumos da educação em outras regiões do Brasil, a exemplo do que aconteceu no Ceará, com Lourenço Filho. Já no estado do Maranhão, também surgiram reformadores envolvidos também propósitos de “modernização do ensino”. Entre os reformadores maranhenses pode ser observada a influência de teóricos escolanovistas, tais como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo, que trouxeram aos educadores maranhenses da época, ávidos por novidades dos grandes centros do país, as “notícias” sobre o movimento da Escola Nova.

No Maranhão, a necessidade de difusão da instrução pública passou integrar os discursos políticos, a partir da década de 1920. A educação foi eleita como meio de incorporação das camadas populares na “senda do progresso e do desenvolvimento da Nação Brasileira”, gerando assim um inusitado “entusiasmo pela educação”, conforme expressão de Nagle (1976).

A educação é, assim, vista como elemento não apenas de desenvolvimento moral da sociedade e de construção de valores, mas também de crescimento material, ou seja, desenvolvimento e progresso econômico. Benedito Leite, governador do Maranhão, por exemplo, entendeu que “[...] ser a instrução o maior elemento de civilização e o mais energético fator de progresso, termômetro de valor e moral dos povos [...]” (RODRIGUES, 1993, p.80).

Do mesmo modo que as autoridades oficiais, a grande maioria dos intelectuais maranhenses que atuaram nas décadas de 1920 e seguintes, também entendiam que uma vez solucionados os problemas referentes às questões educacionais, os demais teriam fácil solução, numa supervalorização da instituição escolar e da educação em si, vista como uma “cura para todos os males da sociedade”.

Rodrigues (1993 p.84) considera que os educadores maranhenses, de semelhante modo ao que aconteceu em outras regiões do país, adeririam aos ideais escolanovistas. E de fato Antonio Barbosa de Godóis, que foi diretor da Escola Normal, de 1902 a 1914, por exemplo, foi um dos adeptos da “modernização” do ensino e presença constante na década de 1930, em eventos educacionais de caráter nacional, com o objetivo de acompanhar os debates acerca da “nova educação”.

A tese de doutoramento de autoria de Diomar Motta, intitulada *As mulheres professoras na política educacional do Maranhão* (2000) traz um significativo estudo sobre a participação das mulheres na educação maranhense. Apesar de não tratar especificamente sobre o movimento da Escola Nova, elucida a contribuição dessas educadoras na propagação desse movimento e especialmente como atuaram no magistério e na política do Maranhão. Entre as figuras históricas analisadas pela autora, se fazem presentes Rosa Castro, Zuleide Bogéa e Laura Rosa, educadoras que tiveram um importante papel na política e na educação maranhense na primeira metade do século XX, e que, de forma discreta ou ativa, partilhavam dos ideais renovadores defendidos por Luís de Moraes Rego e Luís Lobato Viana, procurando

integrá-las no seu trabalho de magistério ou nos projetos das instituições particulares de ensino por elas criadas.

Toda produção intelectual anteriormente citada e brevemente resenhada traz diferentes contribuições para a história da educação maranhense, ainda pouco estudada, e, portanto necessitada de maior interesse e esforços por parte dos pesquisadores locais.

Embora se reconheça que a história político-econômica e educacional maranhense guarda estreitos vínculos com os acontecimentos nacionais e até internacionais, não se pode negar que ela tem também um movimento próprio, determinado pelas relações internas que se dão no âmbito do Estado e que precisam ser melhor conhecidas e interpretadas. Conforme podemos analisar, o período histórico enfocado apresentou inúmeras contradições, onde uma pedagogia considerada “modernizadora” conviveu com um regime político autoritário, e onde a necessidade de difusão da escolarização é um apelo constante nos discursos políticos.

CAPÍTULO 2

A Escola Normal de São Luís, Maranhão

Criação e institucionalização da Escola Normal de São Luís

No Maranhão, apesar de a necessidade de um preparo adequado dos que iriam atuar no magistério ser uma referência constante nos discursos dos Presidentes da Província, somente com o advento da República o poder público tomou, de fato, a iniciativa de implantar em São Luís a Escola Normal. Outras iniciativas particulares haviam sido tentadas antes, mas sem resultados. A mais expressiva ocorreu, ainda, durante o Período Imperial, quando a “Sociedade 11 de Março” tentou criar a primeira Escola Normal da Província que teria um curso de dois anos para formação de professores. Essa Escola Normal, segundo a Lei de 17/7/1874, deveria ser subvencionada pelo governo, que estabeleceria normas para o funcionamento do Curso Normal, cabendo a inspeção do estabelecimento ao Presidente da Província e ao Inspetor de Geral Instrução Pública. Contudo, conforme consta nos relatórios do Presidente da Província, entre 1875 e 1877 essa escola não chegou a abrir as portas (SALDANHA, 1997, p.11). Outras tentativas de projetos para a criação de escolas normais ocorreram durante o Período Imperial (SALDANHA, 1997, p.11), mas igualmente sem resultados práticos, apesar da existência de uma escola para a formação de professores ser considerada uma necessidade premente.

Apenas no ano de 1890¹ foi criada em São Luís a primeira Escola Normal. Entretanto, tal como acontecia em outros estados, essa era constantemente acusada de onerar os cofres públicos, além de não produzir no tempo determinado o resultado que dela era esperado, pois decorridos dez anos de sua criação, só havia conseguido diplomar cerca de 11 professores. Entre as causas para esse fracasso, eram apontados os currículos pautados em um padrão elevado, e que segundo consta em relatórios de governo, e no currículo acadêmico adotado pela instituição, este não condizia com o ensino primário deficitário pelo qual os alunos passavam anteriormente ao ingresso na Escola Normal. Outro fator citado era o grande

¹ A primeira Escola Normal criada em 1890 foi sediada em edifício situado à praça Benedito Leite, no qual instalou-se também a Escola Modelo e a Escola Primária destinadas à prática de ensino. Em 1911 o Curso Normal foi transferido para as dependências do Liceu Maranhense, onde já funcionava o curso Ginásial. Em 1932, com a reforma do ensino secundário e escola normal a Escola Normal de São Luís ganhou um edifício próprio, que foi reformado no ano de 1941 e passou a ser denominado de “Palácio da Educação”. Finalmente com a reforma do ensino normal em 1943, a Escola Normal tornou-se Instituto de Educação do Maranhão.

número de desistências (GODÓIS, 1910, p.14). Várias alunas abandonavam o curso, muitas vezes para casar, pois no final do século XIX e início do século XX, a predominância do gênero feminino no corpo discente da Escola Normal de São Luís já se fazia notar. Não que o magistério fosse, na época, considerado incompatível com o casamento e a maternidade, mas vários relatos e registros (SALDANHA, 1997, p.18) acabam por corroborar essa hipótese, no sentido de que, nem sempre as mulheres que se casavam continuavam a exercer a profissão de professora, principalmente quando essas jovens provinham de classes mais abastadas. Um outro fator, sem dúvida importante, diz respeito aos salários aviltantes oferecidos aos professores primários, o que sem dúvida desestimulava os interessados em seguir carreira profissional. Considerando as análises feitas pelo escritor Josué Montello no livro *Reforma do ensino normal no Maranhão* (1946), esta seria uma situação que perduraria por muito tempo.

O magistério não é, porém, aqui, atividade sedutora, pois que não apresenta condições de remuneração condigna e razoável. Por outro lado, as exigências da legislação federal, com seus quadros de requisitos rígidos, afastam elementos que poderiam prestar valiosos serviços ao ensino maranhense. [...] O recrutamento do professorado torna-se cada vez mais difícil. E o Estado se vê cada vez mais compelido a apelar cada vez mais para o professorado leigo. Os normalistas não se interessam pelo magistério. Mesmo os leigos recusam-se a aceitar os encargos do ensino. Já se chegou mesmo a dizer que, antigamente quando ia ser nomeada uma professora, era necessário um pistolão para o governo; hoje, o governo é que necessita de um pistolão para a professora. (MONTELLO, 1946, p. 11).

Com o Decreto n. 94 de 01/09/1891, que reorganizou o ensino público, foi institucionalizada a municipalização do ensino primário na capital do estado e confirmada a laicidade do ensino para a instrução pública. Quanto à Escola Normal, tal decreto estabeleceu um currículo acadêmico simplificado e de acordo com o nível de instrução dos alunos que ingressavam apenas com o curso primário. Entretanto, tal reforma não vigorou, e o Regulamento Geral da Instrução Pública só foi aprovado em 1896².

Em 1899, nota-se uma preocupação no sentido de reestruturar a Escola Normal para melhor integrá-la à Escola Modelo, destinada à prática de ensino dos futuros professorandos, que, desde o final do século XIX, vinha passando por um processo de reformulação, graças aos esforços conjuntos do governador Benedito Leite e do diretor da

² Essa Reforma de certo modo confirmou o caráter literário e humanista que caracterizava o currículo e o ensino de então, permanecendo a ênfase no ensino de línguas e literatura; o caráter profissionalizante ficou reservado à matéria de Pedagogia.

Escola Modelo, Antonio Batista Barbosa de Godóis, uma figura bastante atuante no cenário educacional maranhense (LIMA, 1999, p.24).

No ano de 1899, separou-se a Escola Normal do Liceu Maranhense, conferindo-lhe maior autonomia e permitindo, dessa forma, a instalação de uma Escola Modelo anexa à Escola Normal. Com o novo regulamento, a formação de professores passou a se dar em quatro anos, havendo novamente reestruturação do currículo. Voltaram ao currículo acadêmico matérias³ anteriormente excluídas, como Mineralogia, Álgebra e Geometria. Ainda se exigia, especialmente das alunas, o aprendizado de trabalhos de agulha e prendas domésticas e passou ainda a exigir dos candidatos um exame de admissão, o que foi apontado como uma forma de primar pela qualidade dos alunos da instituição (SALDANHA, 1997, p.12-17).

Em 1905, foi criado um Curso Complementar destinado aos alunos que haviam terminado o primário, os quais poderiam ingressar na Escola Normal sem se submeter aos exames.

A integração entre a Escola Normal e a Escola Modelo fortaleceu-se bastante a partir de 1902 sob a direção de Barbosa de Godóis, que era adepto da modernização do ensino. Barbosa de Godóis acompanhava as discussões e mudanças que se processavam nos sistemas de ensino de diversos estados brasileiros e iniciou uma renovação no ensino maranhense.

Dessa forma, sob a direção de Barbosa de Godóis, a Escola Normal e a Escola Modelo tornaram-se centros disseminadores da renovação do ensino que procurou romper com o ensino chamado de “tradicionalista”, “academicista”, “abstrato” e “mnemônico” (GODÓIS, 1910, p.18).

Barbosa de Godóis permaneceu na direção da Escola Normal de São Luís até 1914, quando essa mesma escola voltou a ser anexada ao Liceu Maranhense (REFORMA da Instrução Pública. *Folha do Povo*, São Luís, p. 1, 26 março, 1932). Nesse período, passou por reformulações que visavam a suprir a carência de professores normalistas, sendo facultado aos alunos um período mais curto, de três anos e adotou-se a aprovação automática. Tais medidas fizeram com que a matrícula na Escola Normal chegasse a superar a do Liceu Maranhense. O

³ Os documentos de época fazem alusão aos termos “matéria” e “disciplina”; nessa dissertação optei pelo termo matéria por ser o mais freqüente no *corpus* documental ora analisado.

número de normalistas diplomados pela escola cresceu significativamente; e, em 1921, a aprovação automática foi abolida, por ser considerada causa da decadência do ensino normal.

A partir da década de 1910, iniciou-se também uma maior expansão do ensino Normal privado, passando a Escola Normal a ser considerada instituição modelar para a organização do ensino normal no estado. Inspiradas nessa instituição modelar surgiram as primeiras escolas normais particulares: a Escola Normal Primária, criada por Rosa Castro (MARANHÃO (ESTADO), Parecer n. 102/75) e o Curso Normal do Colégio Santa Teresa, que foi dirigido por religiosas.

A Escola Normal de São Luís passaria por outra reestruturação durante a década de 1920: a duração do curso aumentou, o currículo acadêmico foi ampliado e um novo corpo docente foi escolhido entre a intelectualidade maranhense. Procurou-se, assim, moralizar a instituição de ensino que conforme determinação governamental deveria:

Ser servida por um corpo docente selecionado e aparelhado com material didático adequado, e uma “Escola de Aplicação”, a fim de que os novos professores, dignificados pelo preparo profissional, e estimulados pelas melhoras e vantagens introduzidas na carreira, viessem a aplicar os novos métodos implantados no ensino moderno. No professorado devem ser rigorosamente exigidas as necessárias condições de aptidão, competência, zelo, moralidade, no provimento de lugares é de indeclinável necessidade afastar inexoravelmente qualquer outro interesse que não seja o do ensino. (VIVEIROS, 1953, p.172)

Segundo Rodrigues (1993), a reorganização na Escola Normal do Maranhão e que se estendeu ao ensino primário e secundário, guardou ainda fortes resquícios “elitizantes”, trazendo de forma ainda mais presente o dualismo no ensino, que já se fazia patente desde os tempos do Império, havendo uma educação para a elite da sociedade maranhense e outra para as classes desfavorecidas, como aquela oferecida pela “Casa dos Educandos Artífices”, fundada em 1841.

Segundo Nascimento de Moraes (1882-1958), escritor, jornalista, professor e intelectual da esquerda maranhense a época: “As escolas ‘Benedito Leite’, ‘Normal’ e ‘Liceu Maranhense’ eram destinadas aos filhos dos ricos. Os pobres se quisessem estudar, dizia, tinham de se contentar com aquelas que lhes ofereciam apenas um ofício”.(RODRIGUES, 1993, p. 83).

Em 1923, foi elaborado outro regulamento para a Escola Normal do Liceu Maranhense por meio do Decreto n. 616 de 15 de fevereiro, e foram incluídas as matérias de

Instrução Moral e Cívica e, em substituição da cadeira de Pedagogia, foram criadas as matérias de Metodologia, ministrada no 2º e 4º anos, e Metodologia e Psicologia que juntamente com a matéria História Geral e Pedagogia eram ministradas no 5º ano. Foram criadas também as matérias de Higiene e Botânica e Indústrias Agrícolas.

Em 1927, foi aprovado o novo regulamento para o ensino público, em geral e para o Liceu Maranhense, em particular. Nesse regulamento, o ensino normal foi fixado e reconhecido como de nível secundário.

Entretanto, no final da década de 1920 houve um decréscimo das matrículas da Escola Normal de São Luís, devido, em parte, à expansão do ensino normal particular na capital e no interior do estado. Nessa mesma década ocorreram diversas iniciativas oficiais com o intuito de desenvolver-se um sistema de ensino integrando os diversos níveis: do jardim de infância ao superior. E as novas leis e regulamentos que orientavam a ação pedagógica passaram a recomendar a adoção de “métodos mais práticos” e a condenar o ensino do tipo “academicista e abstrato pautado na memorização” (SALDANHA, 1997, p. 23-25).

O currículo acadêmico da Escola Normal passou por uma diversificação, conferindo destaque à psicologia aplicada à educação e às metodologias de ensino.

A reestruturação da Escola Normal de São Luís, sob a direção de Luís de Moraes Rego

No ano de 1932, a Escola Normal de São Luís, que funcionava no prédio do Liceu Maranhense, passou a funcionar em sede própria. Tal mudança proporcionou um maior grau de autonomia institucional para essa Escola Normal, além de maior conforto, pois a sede anterior, além de mal localizada, não possuía acomodações adequadas.

O novo prédio, apesar de não ter sido construído especificamente para ser sede de uma instituição de ensino, apresentava excelentes condições de localização, além de espaço disponível suficiente para as diversas atividades de ensino.

Segundo descrição de Luís de Moraes Rego

Efetivamente, sem ser um prédio próprio, a Escola Normal ocupa o melhor que se podia encontrar na Cidade. Alegre, espaçoso, de aspecto agradável, muito, arejado e iluminado, com suas salas de aula cômodas, jardins e parques de diversões, sente-se que os alunos ali vivem bem. (REGO, 1934, p. 18).

Logo após a instalação da Escola Normal de São Luís em sede própria, Luís de Moraes Rego foi indicado por Luís Bastos Viana, ex-Diretor da Instrução Pública, com o apoio do governo do Estado, para ocupar o cargo de diretor da instituição, assumindo o cargo em abril de 1932.

O novo regulamento da instrução pública foi aprovado pelo Decreto n. 46, de 23/02/1931; e complementado pelo Decreto n. 250 de 25/02/1932, que aprovou, por sua vez, o novo regulamento para o ensino secundário.

Em artigo assinado pelos professores Luís Viana e Gilberto Costa, publicada no jornal *O Tempo*, explicitaram-se os objetivos da reforma de 1931 em relação à formação dos novos professores e a importância da consolidação de “uma nova mentalidade” nos mestres, ressaltando a necessidade de uma formação profissional moderna.

Para infundir nas futuras mestras a nova mentalidade, demos diferente organização ao curso normal, não só ampliando a sua parte técnica, de finalidade profissional, como assinalando intuítos objetivos, práticos, aos programas, desbastando-os de excessivas cogitações teóricas e abstratas. (VIANA, COSTA, 1931, p. 5).

A re-inauguração da Escola Normal de São Luís no dia 11 de abril de 1932 em seu novo prédio foi um evento realizado com toda a solenidade, contando com a presença de pessoas ilustres da sociedade maranhense, conforme relata o jornal *Folha do Povo*:

Decorreu, ontem, com as solenidades do estilo, a inauguração da Escola Normal. O vetusto e secular prédio, estabelecido a praça Gonçalves Dias, até então quase que inutilizado [...] foi agora aproveitado com a fundação de uma escola, algo indispensável.[...] Às 3 horas no salão reunidos os alunos, professores e pessoas visitantes, o Dr. Luiz Vianna diretor geral do ensino, num eloqüente improviso, aludiu o grande alcance da escola então inaugurada e apresentando às alunas e demais presentes o seu companheiro de magistério e diretor da escola recém inaugurada, professor Luiz Rego, que muito fizera para a reestruturação da Escola Normal. (INAUGURAÇÃO DA ESCOLA NORMAL, 11 de abril de 1932)

Ao tomar posse do cargo de diretor da Escola Normal de São Luís, o professor Luís de Moraes Rego soube muito bem aproveitar as múltiplas possibilidades que as dependências do prédio permitiam. Para esse aproveitamento, foram de fundamental importância o apoio do seu amigo e colaborador, Luís Bastos Viana, e dos professores que trabalhavam na instituição, alguns dos quais, a exemplo de Zuleide Bogéa e Laura Rosa, desempenharam um importante papel na educação, tanto na atuação no magistério, quanto na

produção intelectual. E, por vezes, tornaram-se combativos defensores e propagadores do ideário e das práticas da Escola Nova e da modernização do ensino no Maranhão.

Sob a direção de Moraes Rego, as dependências do prédio foram inteiramente exploradas, vindo a possuir entre outras coisas quadras de ginástica, voleibol e basquete, salas de aula de modelagem, vestiários, salas para a cooperativa escolar, seção de Escotismo, Museu Escolar, salão de Jogos Infantis, Banco Escolar e Biblioteca. Possuía ainda um Horto Botânico, como já foi citado anteriormente, salas de Geografia e Psicologia, palco de representações, Diretoria, Secretaria, Gabinete de Física, Química e História Natural, Salão de Honra, além de diversos salões para as associações “peri-escolares” (REGO, 1934, p.12).

Foi durante o período em que atuou como Diretor da Escola Normal, que Luís de Moraes Rego deu a sua mais efetiva contribuição no sentido de propagar as orientações da Escola Nova no universo da educação maranhense, promovendo mudanças de caráter metodológico com base principalmente nas idéias de John Dewey, Ovide Decroly, Jean-Jacques Rousseau, Maria de Montessori, Edouard Claparède, Adolphe Ferrière; e de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, os quais desfrutavam posições de destaque no cenário educacional.

Conforme escreveu Moraes Rego, a escola primária deveria ser um local também de prazer e de alegria, no qual os alunos acima de tudo deveriam se sentir bem e felizes.

A Escola deixou de ser a casa onde se apresentam somente as horas das aulas. Não. É a sua cidade em miniatura. Vivem uma vida satisfeita. Têm atrativos. Têm diversões. Têm suas sociedades, com obrigações e deveres. Têm a responsabilidade de cargos eletivos. Tudo é motivo para trabalho com alegria. Trabalho em comum. Trabalho em cooperação, visando fins sociais. (REGO, 1934, p.18).

Aqui se tem bem definido um dos ideais característicos do ideário da Escola Nova, a defesa por uma “escola ativa” e “alegre”. A escola devia reproduzir a vida, a vida em sociedade, numa clara alusão ao pensamento de John Dewey. Defendia-se também a importância do trabalho cooperativo e da socialização como característica essencial dessa escola moderna.

Nesse enfoque a postura do professor em sala de aula também não pode ser a do *magister dixit* da escola tradicional. Ele é visto como um guia que irá desenvolver o potencial

do aluno. É essa concepção de professor e educação, portanto que, segundo Luís Rego, iria permear o ensino na Escola Normal de São Luís.

O professor não é mais aquele indivíduo onisciente, austero, de má catadura, senhor de si, vendo o aluno num horizonte longínquo, mesquinho, sujeito sem idéias, microscópico, como um ente inferior; nem mais o aluno vê no professor o gigante, o todo poderoso, o ditador sempre pronto a esmagá-lo, a ridicularizá-lo em suas pretensões. Quem tudo faz agora é o aluno, o professor é simplesmente um guia, aproveitando as aptidões da criança, desenvolvendo as boas tendências. (REGO, 1934, p. 13).

Entretanto, faz-se necessário destacar, que nem sempre a prática implementada no que se refere à metodologia dos professores da Escola Normal de São Luís fazia jus aos discursos e idéias defendidos por Moraes Rego e outros professores maranhenses que atuavam na referida escola e que eram também defensores das práticas de ensino renovadas. Haveria, portanto, em vários momentos, confrontos entre as idéias aprendidas e difundidas no interior da Escola Normal e aquilo que era deveras praticado.

Conforme entrevista concedida pela ex-aluna da Escola Normal de São Luís, Lucy Neves Leda⁴

E a metodologia dos professores, você considera que era tradicional?

Tinha muita aula expositiva. Marcavam dissertações para estudarmos, era muito tradicional. Mas tinha umas novidades, como as aulas de Educação Física onde fazíamos ginástica, jogávamos vôlei e basquete. Havia o grêmio, que montava representações artísticas de canto e poesia e, em geral, eram apresentadas no fim do ano. E a gente aprendia muitas novidades para empregar nas escolas quando fôssemos ensinar.

A reforma curricular do ensino normal em 1932

É importante destacar que na época em que Luís de Moraes Rego atuou como Diretor da Escola Normal de São Luís, o ensino normal maranhense havia passado por uma reforma curricular, pelo Decreto n. 250 de 25/01/1932. Na verdade, durante as décadas de 1920 e 1930, nacionalmente foi marcado por uma série de reformas de ensino.

Segundo SHIROMA:

⁴ Apêndice I. Entrevista realizada por Lilian Saldanha e Naiacy de Souza Lima em 14/09/99 e 12/10/2002 com Lucy Neves Falcão Leda.

Nesse ideário reformista que tomava forma desde os anos de 1910 e 1920, as possibilidades de intervenção do processo educativo eram superestimadas a tal ponto que nele pareciam estar contidas as soluções para os problemas do país: sociais, econômicos ou políticos. Uma concepção francamente salvacionista convencia-se de que a reforma da sociedade pressuporia, como uma de suas condições fundamentais a reforma da educação. (SHIROMA, 2002. p.17).

Tais considerações podem ser aplicadas igualmente ao contexto da reforma educacional no Maranhão, onde predominavam discursos pautados nessa mesma ótica como o próprio Luís Rego escreveu:

Quando a riqueza das nações passou a se medir pela riqueza de inteligência e do pensamento dos seus *leaders* científicos e industriais como acertadamente pondera Anísio Teixeira no seu livro “Escola progressista”, só a escola exclusivamente a escola, é capaz de lhe conceder essa riqueza. (REGO, 1934, p.18).

Entretanto, Luís de Moraes Rego destacou que só a presença da escola não seria suficiente para garantir o progresso da nação.

Não basta ter escola, pois ela existe há centenas e centenas de anos. O conceito da escola tradicional era o de preparar o indivíduo, enriquecendo-o de sapiência teórica, para entregá-lo à sociedade, onde, longe de se apresentar capaz de se tornar elemento de produção, pela sabedoria fornecida pela escola, constituía-se um “valor dependente” para a coletividade, por necessitar de adaptação ao meio que só conseguia após aprendizagem na própria sociedade, quando não se tornava parasitário pela inadaptação, conseqüente da errada educação recebida. (REGO, 1934, p. 13-14).

Para Moraes Rego a educação nova representava o oposto disso:

Professor e aluno trabalham em comum. É para entrar na vida real que o aluno deve viver, extirpa-se o artificialismo, substituindo-o pelas instituições sociais, em que são praticados os deveres e obrigações da sociedade, tornando-se assim a educação, não a teoria da vida, mas a própria vida. (REGO, 1935, p.11).

Pode-se observar nessa reforma um maior ênfase nas matérias de Psicologia, Metodologia de Ensino e Didática, ao contrário de currículos acadêmicos anteriores, onde se observa uma maior predominância de uma orientação literária e humanística, com destaque para o ensino de línguas e literatura.

A matéria de Psicologia, por exemplo, se desdobrava em Noções de Psicologia Geral, ministrada no 4º ano e Psicologia Aplicada à Educação, no 5º ano; Didática se

desdobra em Metodologia e Didática, duas matérias distintas, ambas ministradas no 5º ano. Ecoava-se, assim, a afirmação de Lourenço Filho no livro *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930) afirmou que a psicologia “dará ao professor os subsídios necessários para acompanhar o desenvolvimento mental dos alunos, perceber suas tendências vocacionais, defeitos sensoriais e reações psicológicas” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 64).

Isto é, a valorização de determinadas matérias refletia em escala local o movimento que processava em escala nacional. É importante ressaltar que essa importância reservada à psicologia é característica do movimento da Escola Nova, que atribuía grande importância aos fatores biológicos, psicológicos e sociológicos na formação do aluno, reservando-se a psicologia uma melhor compreensão da natureza e desenvolvimento do educando e conseqüente organização dos programas escolares.

O educador tem necessidade de apoiar-se num modelo explicativo do comportamento humano que lhe revele fatores e circunstâncias do processo adaptativo, no qual deverá intervir: só assim poderá sistematizar esforços no sentido de bem influir nos educandos, e criar a necessária segurança. (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 72)

Ainda no que se refere à Reforma da Instrução Pública no Maranhão, pelo decreto de 1932, é importante notar a forte presença do ideário da Escola Nova através de uma maior valorização da prática, e da experiência. Conforme citado no art. 67 da referida reforma: “As matérias profissionais terão aulas experimentais, desprezando-se as explanações abstratas e realizando-se as aulas de maneira prática, em laboratórios apropriados sempre que possível”.

Já no âmbito dos debates nacionais sobre educação e ensino, Anísio Teixeira (1933) afirmou a importância de uma “organização psicológica das matérias escolares”, pois a educação deveria, segundo ele, partir das necessidades da criança, constituindo-se em uma série de experiências reais e socializadas e não como uma simples distribuição aleatória de matérias. Essa organização psicológica deveria se contrapor à chamada “organização lógica do especialista”, que para a criança não faria sentido, por não ter uma relação efetiva com a sua lógica própria e necessidades, respeitando o modo como a criança realiza suas experiências. Haveria, portanto, um desacordo entre a chamada “lógica do ensino tradicional”, que parte do simples para o complexo a partir de pedaços isolados do conhecimento, e a lógica da

organização psicológica, que apresentaria segundo Anísio Teixeira, as bases científicas, tratando-se de ensinar idéias globalmente por meio de exemplos concretos.

Em relação às etapas que o processo de ensino deveria seguir Anísio Teixeira citou William H. Kilpatrick definindo as etapas de uma organização lógica e psicológica da atividade de ensino:

- 1-Descrições claras da teoria, salientando-se os objetivos novos, a que visa o seu ensino.
- 2-Projetos diversos, descritos em detalhes, para mostrar o que se deve esperar, e por que, de um ensino por meio de atividades e empreendimentos com um fim em vista. Indicação dos resultados obtidos.
- 3-Lista de projetos em número superior aos que possam ser praticados e usados, com referência de material e aparelhagem necessários.
- 4-Indicação dos resultados que se devem razoavelmente esperar com relação à matéria, pondo-se maior relevo na aquisição de hábitos e atitudes, geralmente esquecidos na escola tradicional. Essa indicação servirá para que os professores e os alunos meçam e estimem o progresso que estão fazendo.
- 5-Material para os alunos se exercitarem nesse ou naquele ponto de estudo. (1933, p. 85-86).

Trata-se evidentemente do método de ensino através de projetos ou “unidades de trabalho” presente em diversas propostas consideradas escolanovistas; todavia, na Escola Normal de São Luís, prevaleceu a metodologia denominada “centros de interesse” e criada por Ovide Decroly.

O trabalho em grupo passou a ser valorizado, procurando-se tornar menos unilateral a relação professor/aluno, e concebeu-se o aluno como “centro das atenções e elemento ativo do processo ensino aprendizagem, cabendo ao professor a função de guia”.

Entretanto, o professor, era vista ainda como uma espécie de mártir, que devia sacrificar-se pela profissão que tinha como finalidade a formação do aluno. Luís de Moraes Rego chegou a considerar que “[...] ser professor é martírio. É a beleza confundindo-se com o martírio, fazendo esquecer as maldades e os sofrimentos” (REGO, 1934, p.32).

Essa visão da profissão de professor como um “doce martírio”, talvez se explique se levarmos em conta as críticas da época em relação às péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos professores no Maranhão, conforme alertou, muitos anos depois, no já mencionado relatório elaborado pelo escritor Josué Montello, onde o autor referiu-se

sardonicamente às dificuldades do magistério e ao pouco interesse que a profissão despertava nos seguintes termos:

Já se chegou mesmo a dizer que antigamente quando ia ser nomeada uma professora, era necessário um pistolão para o governo; hoje, o governo é que necessita de um pistolão para a professora.[...] E isso é verdadeiro até certo ponto. Há verdade é que há escolas fechadas por falta de professores. Povoados existem que apelam em vão para concursos públicos. (MONTELLO, 1946, p. 11).

Mesmo nesses termos, havia uma preocupação em dar àqueles que se dedicavam ao magistério uma formação considerada adequada.

A esse propósito cumpre lembrar, pela veracidade perene de seus conceitos, uma afirmação de Francisco Campos [...] “O ensino primário vale o que valerem os seus professores e o valor destes estará, necessariamente, em função do ensino Normal” (MONTELLO, 1946, p. 3).

O ensino normal era considerado como peça chave para que se pudessem implementar mudanças significativas no que se refere à educação. Segundo a concepção vigente e com base nas idéias de Dewey, a educação não deveria pautar-se no “artificialismo” e, em vez de “imitar a vida, deveria ser a própria vida”. Como forma de integrar os conteúdos, minimizando a fragmentação e especialização do currículo escolar foi adotada a metodologia dos “centros de interesse”, no ensino das mais variadas matérias, numa clara utilização das idéias de Decroly. Observa-se que, por influência dos ideais renovadores, passou a haver uma maior ênfase nos métodos de ensino. O bom professor era, sobretudo aquele que sabia ensinar e não apenas aquele que domina os conteúdos. Luís de Moraes Rego partilhava dessa idéia ao afirmar: “Não precisa o Maranhão, o Brasil de professores sábios, mas que saibam ensinar”.(REGO, 1934, p.104).

Entretanto, como citado anteriormente, os problemas da educação e mesmo os referentes à formação dos professores dependiam de outros aspectos que não apenas evidentemente uma formação pautada nos princípios considerados renovadores.

O ponto nevrálgico dessa dificuldade está na péssima remuneração do professorado.[...] O professorado formado na Capital tem preferido ingressar em outras carreiras do serviço público, atraído por remunerações mais compensadoras. [...]. O magistério primário consolidou no Estado uma tradição de tarefa espinhosa e mal paga [...]. São raros os professores que aceitam função em localidades de São Luís. Militam em favor dessa recusa: a) péssimas condições ambientais de ensino; b) ausência de estímulos aos

professores; c) injunções da vida política; d) instabilidade do professorado; e) emperros da máquina educacional do Estado. (MONTELLO, 1946, p. 13).

Mas, em resumo, foi somente durante os anos do Estado Novo que o caráter de instituição de natureza profissional da Escola Normal iria se acentuar. Isso é bastante visível no quadro a seguir abaixo em que constam as matérias da Reforma de 1943 que instituiu um período de duração para o curso de três anos. À partir reforma a instituição passa a se chamar Instituto de Educação do Estado do Maranhão.

QUADRO I: Matérias do currículo do Curso Normal - 1943

1ª Série	2ª Serie	3ª Série
Português	Biologia Educacional	Psicologia Educacional
Matemática	Psicologia Geral	Higiene Escolar e Puericultura
Geografia da América, especialmente do Brasil.	Sociologia Educacional	Filosofia da Educação
História da América	Estatística educacional	Administração e Legislação Escolar
Física	História da Educação	Metodologia das Ciências
Química	Metodologia de Linguagem e	Naturais, da Geografia e da
Biologia	Cálculo	História.
Higiene	Biometria	Prática de Ensino
Desenho	Desenho	Agricultura e Trabalhos Rurais
Educação Física	Trabalhos Manuais	Desenho
Música e Canto Orfeônico	Educação Física recreação e	Trabalhos manuais
	logos e Música e Canto orfeônico	Educação Física Recreação e jogos
		Música e Canto Orfeônico

Fonte: MARANHÃO (ESTADO). **Coleção de Leis e Decretos Estaduais**, 1939/1946.

Em relação à carga horária o que consta no regulamento é que cada matéria deveria contar no mínimo com três aulas semanais de uma hora cada. Estes horários eram distribuídos ao longo do dia, as aulas ocorriam no turno matutino e vespertino.

Nesse período, denominado de Estado Novo, destacou-se o esforço de “enxugar” o currículo acadêmico de “matérias desnecessárias”, priorizando as chamadas matérias de “formação profissional”, como as Metodologias do Ensino, Didáticas, além de Filosofia da

Educação, Prática de Ensino e Legislação Escolar. Mas, podemos verificar na tabela, que a primeira série do Curso Normal ainda conserva características de uma formação geral, propedêutica, de acordo com as reformas do ensino normal processadas em outros estados da federação.

Finalmente, é importante registrar que, segundo os relatórios oficiais, nessa época o Governo do Estado, representado pelo Interventor Federal, capitão Serôa da Mota, patrocinou algumas viagens de professores da Escola Normal, indicados para cursos de aperfeiçoamento em instituições de ensino localizadas no Distrito Federal, Belo Horizonte e São Paulo.

O número de professores enviados chegou a 20, e os cursos de aperfeiçoamento foram principalmente nas áreas de Metodologia e Psicologia da Educação, realizados no Instituto de Educação do Distrito Federal ou na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, como foi o caso de Laura Rosa, que em seguida, foi designada para o cargo de Diretora do Jardim de Infância Decroly⁵ anexo a Escola Normal de São Luís (MOTTA, 2000, p.73).

Os relatórios oficiais registram também a viagem de Celina Nina aos Estados Unidos da América do Norte para freqüente um curso de aperfeiçoamento no *Teacher's College* da Universidade de Columbia (LIMA 1999, p.34).

⁵ Após a Reforma de 1932 a Escola Normal de São Luís compreendia além do Curso Normal as seguintes modalidades de ensino: Jardim de Infância Decroly, Escola Primária que funcionava anexa ao prédio da Escola Modelo; Colégio de Aplicação; Curso de Especialização (Escola Normal Rural) e Aperfeiçoamento.



CAPÍTULO 3

As práticas inovadoras na Escola Normal de São Luís

Como vimos no capítulo anterior, Luís de Moraes Rego foi um estudioso das questões educacionais mais amplas, e, em particular, da inovação pedagógica proposta no período, tendo publicado livros representativos para a análise e interpretação do pensamento educacional da época, tais como, *Meu desejo de ser útil* (1934), *A nossa sociedade e a nossa educação* (1935) e *Questões de educação: contribuições aos problemas educacionais maranhenses* (1938).

No conjunto de sua obra intelectual é nítida a influência do ideário escolanovista nas vozes de intelectuais estrangeiros e brasileiros envolvidos com a inovação educacional e que ele divulgou junto a outros educadores maranhenses da época. Com base nesse ideário, efetivou inúmeras inovações com o apoio do governo do Estado, para concretizar no cotidiano da Escola Normal e no conjunto do sistema de ensino maranhense: “[...] uma educação alegre, ativa, voltada para a vida, pautada na socialização do ensino e na liberdade.”

Entretanto, é interessante destacar que também no que se refere a essa produção, constata-se também a convivência de idéias consideradas renovadoras e outras tantas visões conservadoras, discrepância também observada nos métodos aplicados e na postura de professores em sala de aula que, ao mesmo tempo em que defendia “uma educação voltada para a vida e a liberdade do educando”, exigia também uma disciplina ferrenha.

Um exemplo disso pode ser observado no *Livro de Lúcia*, de Rosa Castro, muito utilizado nas escolas primárias do Estado.

Entre todos, porém, se distinguem Ruth e Amélia, não só pela harmonia dos gostos e acordo nas ações que eram sempre louváveis, como pelo empenho que manifestavam de não se afastar nunca do caminho do dever. Nem sempre o fora assim, entretanto. Amélia, logo que entrara para a escola, era indócil e irascível e si bem que não descursasse os seus estudos, neles não sobressaia muito, pela falta de lhanza e boas maneiras que devem ser o distintivo das pessoas educadas. (CASTRO, 1934, p. 17).

Ou então,

A professora está por isso satisfeita, porque, sendo boazinha, muito amiga das crianças, custa-lhe castigar qualquer uma.

Quando é preciso, porém, mesmo contra vontade, ela castiga. Si não o fizer assim, os meninos, que nem sempre são estudiosos, nada aproveitarão das lições.

Um dia destes vemo-la muito aborrecida por ter de castigar um aluno. Mas ele procedeu mal na aula: além de não ter sabido a lição de cálculo, não quis copiar, como lhe mandara a professora, todo o exercício do dia.

O menino nunca deve ser desobediente. (CASTRO, 1934, p. 25-26).

A autora demonstra nos textos de sua autoria a necessidade de transmitir noções de moral e de bons costumes, como era comum na época. Na primeira citação fica nas entrelinhas que mais valia ser um aluno dócil e bem educado que inteligente, e a inteligência sem os bons costumes e a moral não seria de grande valia, assim como a idéia de que a disciplina era indispensável aos estudos. No segundo trecho a autora justifica os castigos como um meio de se obter a disciplina, ainda que um meio desagradável tanto para os alunos como para a professora. Fica patente a lição de moral, “o menino nunca deve ser desobediente”, e caso o seja deverá ser rigorosamente castigado para que o deixe de ser.

Clarice Nunes (1996), no capítulo do livro *Missionários do Progresso*, intitulado “Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca”, analisa questões semelhantes, ao discorrer sobre objetivos funcionais da reforma azevediana (1928), que buscava um equilíbrio entre as renovações metodológicas de uma pedagogia ativa e os valores morais do passado, que deveriam ser defendidos e cultivados.

Quanto aos castigos físicos, a autora destaca que

O controle dos costumes pela escola incluía uma rígida disciplina [...], ainda na década de 1930 registrava, bordoadas, socos, chicotes, pancadas com cabo de vassoura, tamancos, correias e tábuas. As crianças também eram amarradas ao pé da mesa, despidas de suas roupas para que não fugissem. Eram presas em cafuas. Nas escolas além dos bolos de palmatória, com várias modalidades (palmatória furada, bolos com milho na mão), os cascudos, os puxões de orelha, os beliscões, a permanência de joelhos [...]

Conforme o pensamento defendido por Castro (1934), esses castigos eram tidos como um “mal necessário”, uma via desagradável, contudo eficiente para se obter disciplina dos alunos mais recalcitrantes

Na literatura pedagógica de natureza inovadora eram freqüentes as mensagens morais que pregavam virtudes como a polidez, a cortesia, a bondade e a união, cheios de preceitos morais que incitavam a obediência, a fim de tornar os alunos dóceis e comportados.

A preocupação com a disciplina e rigidez, entretanto, era quase uma exigência dos pais dos alunos que, de outro modo, consideravam a educação infrutífera. Uma das principais críticas que se fazia ao ideário e as práticas inovadoras introduzidas por Moraes Rego e

colaboradores diziam respeito à questão da disciplina, considerada livre demais e sem o rigor necessário. A essa crítica Moraes Rego debateu com a seguinte afirmação.

Fica exposta a se tornar escrava de maus costumes a ser egoísta e completamente inútil a vida em comunidade, afirma Hust. E tal melhor justifica Froebel: “Não pode haver verdadeira autoridade educadora sem liberdade, nem liberdade fecunda sem o poder educador da autoridade” (REGO, 1934, p. 112).

A forte presença das influências renovadoras se fazia sentir no pensamento educacional de Luís de Moraes Rego, e que o mesmo se encontrava afinado com as idéias renovadoras propagadas, na época. É importante também destacar que ele não se limitou a absorver a teoria desse novo ideário pedagógico, mas tentou dar-lhe vida, procurando meios de concretizá-la e incorporá-la ao cotidiano da Escola Normal de São Luís e também durante a sua gestão como Diretor da Instrução Pública do estado do Maranhão.

As inovações no ensino

Avaliação escolar

No que se refere à avaliação, segundo consta nos relatórios da gestão de Luís de Moraes Rego, além de livros por ele escritos somado aos depoimentos dos ex-alunos entrevistados, não ocorreram grandes avanços na concepção de adotando-se procedimentos tradicionais de provas orais e escritas, havendo ainda para finalização do curso um teste chamado de “tirocínio”, onde o aluno da Escola Normal sorteava um ponto e ministravam uma aula para uma grande plateia composta por professores, alunos e membros da comunidade: “[...]. Daí a satisfação dos alunos, pois o resultado exprimiu o valor de cada um. Se alguém fracassou, culpe a si mesmo” (REGO, 1934, p.100).

Educação Física

Para que a educação se efetivasse de forma plena, dever-se-ia levar em consideração não só os aspectos intelectuais, mas também os aspectos físicos. Era o ideal do *mens sana corpore sano*. Segundo relata Luís de Moraes Rego, era a oportunidade de promover uma maior liberdade e educar de forma “alegre e divertida”¹.

¹ Ver no Anexo 2, foto da Prática da Educação Física pelas alunas da Escola Normal



Diariamente, às 6,5 da manhã as alunas tem aulas de ginástica. Não a ginástica exclusiva de mãos nos quadris, braços para frente, horizontais, para o alto e verticais. Mas o exercício de movimentos amplos, sem acanhamento. É a ginástica racional, inteligente, educativa dos sentidos. Fazem volley-ball, basket, corridas, saltos, subida em escadas, em cordas, movimentos de barras, etc. (REGO, 1934, p. 95).

Contra aqueles que criticavam a prática da educação física como uma perda de tempo e uma atividade de menor importância, Moraes Rego citou o filósofo Jean-Jacques Rousseau, defendendo a importância da educação física para uma formação completa do ser humano no que se refere não apenas aos seus aspectos intelectuais, mas também aos aspectos físicos, considerando ambos como imprescindíveis.

Já dizia Rousseau: “É um erro lamentável imaginar que a atividade física impede o trabalho da inteligência, como se estas duas classes de atividades não deversem avançar concordes, e como se uma não estivesse destinada a atuar como guia da outra” (REGO, 1934, p. 96).

Eram ainda realizados torneios entre os alunos do Ginásio do Liceu Maranhense e jovens de clubes esportivos e sociais locais, constituindo esses eventos um grande atrativo para a sociedade maranhense da época. Para Luís de Moraes Rego, era uma forma de promover uma maior integração entre a escola e a comunidade, além de promover um intercâmbio com outras instituições escolares.

É importante destacar que para Luís de Moraes Rego, a defesa de uma educação ativa e alegre deveria destinar-se não apenas a Escola Primária ou no Jardim de Infância, mas deveria também estar presente no cotidiano da Escola Normal, mas sem nunca descuidar dos aspectos relativos a disciplina, a moral e os bons costumes.

Jardim de Infância Decroly

O Jardim de Infância Decroly anexo à Escola Normal de São Luís, destinava-se à prática de ensino dos professorandos.

Sobre o Jardim de Infância Decroly, não constam ou pelo menos não foram encontrados registros que indiquem o número exato de alunos matriculados, mas por intermédio dos relatórios de governo sabe-se o número de escolas do gênero. Por exemplo, no relatório do ano de 1937, apresentado pelo governador do Estado, Paulo Martins de Souza

Ramos, consta que, no ano de 1936, havia três jardins de infância em prédios próprios (incluindo o Jardim de Infância Decroly), atendendo a um total de 485 crianças e contando com um corpo docente constituído por 20 professoras normalistas.

Na organização didática do Jardim de Infância, como pode ser observado na própria denominação, foi conferido destaque às teorias educacionais de Ovide Decroly², considerado um dos pioneiros na renovação dos métodos de educação da infância e cujo busto protetor ofertado por Luís Viana, foi colocado nas dependências do Jardim de Infância em concorrida cerimônia em dezembro de 1932.

No Jardim de Infância Decroly a prática da Educação Física também tinha destaque, procurando-se sempre desenvolver atividades atrativas e alegres.

Por isso aproveitando a boa vontade da professora Santinha de Vasconcelos, diretora do Jardim “Decroly”, que quando de sua permanência no Rio assistiu aulas de educação física às crianças do curso primário, aceitei o seu gentil oferecimento em trabalhar com os alunos do Curso de Aplicação, fornecendo-lhes agradáveis lições, aplicando jogos atraentes e instrutivos. (REGO, 1934, p.96).

A permanência da Santinha Vasconcelos durante um mês no Rio de Janeiro fez parte das iniciativas de Moraes Rego, que periodicamente promovia viagens de professores colaborados com o apoio do Governo do Estado com o intuito de atualizar os colaboradores, dando-lhes a oportunidade de conhecer a “inovação educacional” em curso nas “grandes capitais” do país. Muitas vezes essa “capacitação” era constituída apenas de uma semana de estadia com visitas a escolas em que se aplicavam métodos “inovadores”. (LIMA, 1999, p. 50).

Palco de atos comemorativos, as dependências do Jardim de Infância Decroly foram utilizadas frequentemente pelo diretor da Escola Normal e autoridades oficiais, como demonstra a reportagem intitulada “Realizou-se, domingo, no Jardim de Infância, expressiva

² O “método Decroly” também chamado de método dos “centros de interesse”, apesar dos centros serem apenas um dos elementos do referido método. Luzuriaga (1966, p. 246) faz alusão ao programa de idéias associadas, centrado nas necessidades e interesses da criança, “centros de interesse” são pontos ou temas concretos do programa de idéias associadas. São apresentadas à criança, unidades ou formas de trabalho, conforme o momento e as circunstâncias, o que não impede o planejamento e a orientação anterior do conteúdo a elaborar. Outros princípios do método Decroly são: o princípio da globalização e da integração, além da leitura ídeo-visual das palavras, partindo de imagens de ordens a realizar e frases-tipo, em vez de letras e sílabas desconexas (LUZURIAGA, 1966, p. 246).

festa infantil”, veiculada pelo *O Diário do Norte* em 17 de maio de 1944, que narrou a solenidade ocorrida na data de aniversário do filho do governador Paulo Ramos. Na solenidade estiveram várias autoridades, inclusive o professor Luís de Moraes Rego, então Diretor Geral da Instrução Pública.

O pavilhão do Jardim apresentava original aspecto, com variados exemplares de plantas, além de profusa quantidade de alimentos, frutas, legumes, hortaliças e um mostruário de pratos alimentícios preparados com produtos vegetais.

Dando início a festividade falou Luís Rego, diretor geral da Instrução, que após referir-se ao dedicado trabalho do interventor Paulo Ramos a favor da educação da criança maranhense, declarou servir-se à petizada do Jardim de Infância para prestar expressiva prova de estima e apreço ao filhinho do distinto casal Paulo e Nazaré Ramos.

[...]

Após falou a diretora do Jardim professora Zuleide Martins Afonso, que apresentou um cuidadoso trabalho, explicando o desenvolvimento do centro de interesse-alimentação, que se constituirá o tema das atividades do Jardim no presente período letivo.

Agências intra-escolares

De acordo com Luís de Moraes Rego, havia na estrutura da Escola Normal de São Luís a preocupação em “ser a própria sociedade” e, por conseguinte, “ser a própria vida”. Para tanto, foram criadas agências intra-escolares para alcançar tais objetivos, tais como, Seção de Escotismo, Museu Escolar, Clube Literário, Círculo de Pais e Mestres, Pelotão do dever e da saúde, jornal, Clube de Ciências, Horto Botânico, excursões, entre outros. Inspirado em Dewey, Moraes Rego concebia a escola como uma sociedade em miniatura.

Seção de Escotismo

A Seção de Escotismo destinada aos alunos do Curso de Aplicação anexo à Escola Normal tinha como objetivo o desenvolvimento tanto físico como do caráter e o cultivo de virtudes morais e patrióticas.

O escoteiro é um indivíduo de virtudes, visando o bem coletivo, sem egoísmo pessoal. Honra o seu nome, não perdendo a oportunidade que se lhe apresenta para praticar uma boa ação. Corajoso, não teme obstáculos; a verdade não fere em qualquer circunstância. (REGO, 1934, p 30).



As aulas de escotismo realizavam-se todos os domingos, ministradas pelo Dr. Tibiriçá de Oliveira, capitão de escoteiros. Havia ainda o intuito de, posteriormente, criar-se um grupo de Bandeirantes, formado por alunas do Curso de Aplicação. Mas não se sabe ao certo se essa idéia vingou, pois não consta informação seguras a respeito dessa iniciativa. .

Clube Literário

Além de ser um meio para atrair os pais à apresentação de trabalhos em festas, o Clube Literário deveria também estimular o desenvolvimento intelectual e artístico dos alunos. Esta atividade trazia, desse modo inúmeras vantagens, conforme ressalta Moraes Rego:

O aluno lança mão de todo o seu físico e intelecto pôde produzir. O espírito de organização desenvolve-se. Habilidade, inteligência e gosto artístico Harmonizam-se, visando um feliz êxito. (REGO, 1934, p. 34).

Museu Escolar

O Museu Escolar foi organizado pelos próprios alunos, que traziam inúmeros e variados objetos, como moedas, insetos, folhas, frutos, aparelhos preparados pelos próprios alunos, quadros, fotografias etc. Seu objetivo principal era garantir um ensino mais concreto e valorizar as vivências do aluno, conforme observamos no trecho a seguir:

O Museu deve ser o local sempre pronto às chamadas lições de coisas. O seu ambiente deve ser, por isso constantemente renovado. Daí a necessidade de rica variedade de material. O objeto mais insignificante quando conduzido pelo aluno para o seu Museu neste transfigura-se, passando a constituir centro para interessantes ensinamentos (REGO, 1934, p. 33).

Círculo de Pais e Mestres

O objetivo do Círculo de Pais e Mestres era promover a harmonia e a integração entre a escola e a comunidade. Por reconhecer-se como fundamental a cooperação da família para o bom desenvolvimento da aprendizagem, dever-se-ia então envolvê-la o máximo possível na vida escolar.

Sua criação se deu em face da necessidade, segundo Moraes Rego, proveniente das inovações resultantes dos ensinamentos oferecidos pela Escola Nova, como “[...] resultado de métodos e experiência prolongados, que refletiam as idéias de evolução porque estava

passando a educação e que por muitos pais não eram bem recebidos”. Do Círculo de Pais e Mestres eram sócios todos os professores do Curso de Aplicação e os pais dos alunos, mas seu primeiro corpo administrativo foi instituído ainda em 1922, ou seja, antes da implantação das reformas educacionais na Escola Normal.

O Círculo de Pais e Mestres atuava, portanto como um mecanismo de aceitação dos ideais e finalidades educacionais considerados modernos junto à sociedade maranhense, sendo considerada uma verdadeira sociedade.

Entre as funções do Círculo constavam

- aproximava os pais dos mestres e das classes dos seus respectivos filhos;
- interessava os pais na vida normal da Escola, propagando entre eles os métodos e as vantagens da escola moderna.
- esclarecia os pais sobre a função que lhes incumbe na educação dos filhos e a colaboração que devem prestar à obra empreendida pela Escola; e
- promovia reuniões para palestrar, conferências e outros meios de propaganda educativa. (MOTTA, 2000, p. 74).

Pelotão do Dever e da Saúde

O Pelotão do Dever e da Saúde destinava-se à prevenção da saúde e valorização das virtudes cívicas e morais. Como havia médicos entre docentes e pais de alunos, estes eram convidados para proferir palestras abertas à comunidade em geral. O próprio Luís Viana que além de professor, era médico, proferiu várias palestras.

Jornal *Alvorada*

O jornal *Alvorada* era um jornal escolar organizado e custeado pelos alunos da Escola Normal de São Luís, onde os mesmos divulgavam notícias de interesse da escola e da comunidade. Acabava atuando como mais um meio de divulgação do ideário pedagógico do movimento da Escola Nova, além de proporcionar, segundo Luis de Moraes Rego, “[...] a descoberta de novos talentos literários nessa terra de poetas”. (REGO, 1934, p. 17).

Clube de Ciências

O Clube de Ciências destinava-se a promover o estudo da natureza e atividades experimentais sobre a fauna e flora brasileira e maranhense. Para tanto, os responsáveis pelo Clube realizavam excursões às fábricas, institutos científicos, praias, etc.

Horto Botânico

O Horto Botânico constituía-se em um campo de estudo para a prática da matéria de conhecimentos botânicos. Era imprescindível para a realização de um ensino mais real e menos teórico no que se refere a esta matéria.

Cordialidade Escolar

Era uma espécie de intercâmbio entre os alunos do Curso de Aplicação e da Escola Normal, os quais trocavam jornais, cartas, revistas e trabalhos com alunos de outros estados: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, e também com alunos de outras cidades do interior do Maranhão.

Palestras Instrutivas

A Palestras Instrutivas eram organizadas pelo Círculo de Pais e Mestres e pelo Pelotão do Dever e da Saúde, que convidavam profissionais de várias áreas como médicos, advogados e professores, para tratar de temas do interesse da comunidade, contribuindo assim para melhor esclarecer a população sobre as questões relevantes.

Excursões Escolares

Com vistas a desenvolver a curiosidade e a observação prática, eram realizadas visitas às fábricas, museus, praias, usinas, institutos científicos, e outros locais de interesse. Procurava-se, dessa forma, desenvolver um ensino mais prático e real.

[...] levei as crianças da primeira classe acompanhadas da professora Laura Rosa. Foi talvez a melhor visita. Para a meninada os resultados desses passeios foram utilíssimos. Palradores, sua observações sagazes e prontas não deixaram repouso à professora. Tudo perguntavam. “O que é isto” e “para que serve” fazia a todo instante. E para as aulas trouxeram grande cabedal para interessantes lições. São esses bons centros de interesses,

dando ensejo à professora inteligente bem explicá-los aproveitando a provocação dos assuntos apresentados pelos alunos. (REGO, 1935, p. 69).

Exposições Escolares

As Exposições Escolares eram realizadas por alunos da Escola Normal, que apresentavam seus trabalhos manuais, visando a desenvolver o gosto artístico.

Grêmio Escolar

O Grêmio Escolar era responsável pela organização de defesa dos interesses da classe estudantil. Promovia representações teatrais, palestras, festividades entre outras atividades.

Laboratórios escolares

Os Laboratórios Escolares tinham o objetivo de garantir um ensino mais prático e menos abstrato, fornecendo assim maiores subsídios para a aprendizagem. Entrevista com a ex-aluna da Escola Normal, Lucy Falcão³, nos informa como se dava na prática o funcionamento destes laboratórios.

Tinha o de Física, e Química e de História Natural. A gente tinha toda semana uma aula prática nos laboratórios. No de História Natural tinha um boneco em tamanho natural, que a gente abria e via todos os órgãos. Tinha insetos, animais empalhados. O de Química tinha muitas substâncias para fazermos as reações. Lembro que o professor nas primeiras aulas ficava ensinando todos os cuidados que a gente tinha que ter, até a rolha dos frascos a gente tinha que pegar com pinça e colocar com a parte que esteve em contato com os líquidos para cima.

Honrosa Distinção

³ Apêndice I. Entrevista com Lucy Neves Falcão Leda.

Honrosa Distinção era o prêmio oferecido aos alunos formandos que se destacavam nos estudos. O prêmio, uma viagem ao Rio de Janeiro, era patrocinado pelo governo do Estado. Conforme consta em relatórios de direção, estas viagens funcionariam como um prêmio de caráter cultural com o objetivo de proporcionar um maior conhecimento sobre a situação educacional e os “métodos de ensino mais adiantados” adotados no país, principalmente no Rio de Janeiro.

Em *O meu desejo de ser útil*, Moraes Rego menciona também a criação de um prêmio para os melhores alunos da turma de formandos da Escola Normal de São Luís. Tal prêmio, segundo Moraes Rego, tinha o objetivo de proporcionar aos alunos “o contato com as novas idéias educativas nos grandes centros”.

As idéias inovadoras de Moraes Rego

Dentre as idéias inovadoras do reformador de ensino, Luís de Moraes Rego, destaca-se aquele referente a função social da escola,

Não se pode mais pensar a educação sem ser em termos de sua função social, pois o social é o conhecimento como também a sua aquisição, avança Delgado e Carvalho na sua “Sociologia Educacional”. Não menos preciso é Lourenço Filho em a “Introdução à Escola Nova”, considerando a escola “órgão de reforçamento e sistematização de toda ação educativa da comunidade”, e que “na verdade há um só educando, o indivíduo e um só educador, o meio social.” (REGO, 1934.p.16).

Como já afirmei, Luís de Moraes Rego defendia continuamente a concepção que igualava a escola “a própria vida”.

Professor e aluno trabalham em comum. E para entrar na vida real que o aluno deve viver, extirpa-se o artificialismo, substituindo-o pelas instituições sociais, em que são praticados deveres e obrigações de sociedade, tornando assim a educação não a teoria da vida, mas a própria vida. (REGO, 1934, p. 21)

Esse princípio pode ser observado na citação abaixo em se nota o importante papel social que Moraes Rego atribuiu à educação:

Logo deve a criança encontrar na escola um meio não diferente àquele em que ela terá de agir. Mas a própria sociedade, com suas atividades e responsabilidades. Daí a escola, como meio de controle social e de adaptação crescente às necessidades do meio, agindo

como “aparelho dinâmico de transformação”, oferecer oportunidades para integrar a criança na comunidade. (REGO, 1934, p.16).

Ao defender o princípio da liberdade como essencial para o êxito do ensino, Moraes Rego fez referência a dois importantes educadores: Adolphe Ferrière e Maria Montessori. Percebe-se por parte dele uma grande preocupação com a questão da disciplina, pois a liberdade não deveria significar em momento algum a desordem, mas antes a garantia do exercício pleno da liberdade. Vêem-se, porém, as dificuldades a que as novas práticas educacionais conclamavam.

“O papel da Escola sendo o de fornecer a toda criança a ocasião de exercer as suas atividades e de adquirir deste modo a maior soma de experiências originais tão ricas e variadas quanto possível”, como opina Ferrière, compreende-se quanto delicada e importante deve ser a questão da liberdade e disciplina numa Escola de ensaios de novos processos. (REGO, 1934, p.104).

Nesse trecho, onde Moraes Rego discorre sobre o pensamento de Montessori, essa preocupação com o estabelecimento de uma disciplina com liberdade fica ainda mais evidente, além de uma defesa das manifestações individuais do aluno.

Assim se expressa Mme. Montessori: “A pedra de toque da pedagogia científica deve ser a liberdade dos alunos, absolutamente necessária para permitir o desenvolvimento das várias manifestações individuais”. Não se pode dizer que um indivíduo seja disciplinado pelo fato de o terem tornado imóvel como um paralítico e silencioso como um morto; chamem-lhe um ser aniquilado, mas nunca a um disciplinado. A tarefa de educador consiste em evitar que as crianças confundam a imobilidade com o bem, e a atividade com o mal, como sucedia com os princípios da velha disciplina, uma vez que o nosso fito está em disciplinar no sentido da atividade, do trabalho do bem, e não no da imobilidade, da passividade e da obediência. (REGO, 1934, p. 111).

A escola deve ser um espaço de liberdade e atividade, onde o aprendizado se realize de forma feliz e prazerosa, sem, contudo, perder o caráter educativo, que é o foco principal. Contudo, é a escola que deve se moldar à criança e não o contrário, conforme defende Luís de Moraes Rego ao citar Claparède.

E aos desentendidos que possam avançar que a criança na escola vai brincar em vez de estudar, Claparède responde habilmente: “Fazemos a escola para a criança e não a criança para a escola”. A criança que faz o que quer não é livre (REGO, 1934, p.111).



Ao referendar o pensamento de Fröebel e Helen Parker Hust, Moraes Rego chamou a atenção para a importância da autoridade do professor e como deveria ser exercida: deve-se garantir a liberdade, mas sem excessos.

Essa defesa da “liberdade sem excessos” era utilizada para explicar porque em muitos momentos era exigida uma disciplina bastante rígida no interior da Escola Normal, pois, além de ser uma exigência para o “sucesso do trabalho”, também garantiria a formação de uma postura adequada aos professores, que denotava um certo grau de austeridade.

Apesar das muitas renovações que trouxe, a influência do ideário e das práticas vinculadas à Escola Nova na Escola Normal de São Luís, é importante ressaltar que tais inovações tinham como obstáculo segundo Moraes Rego e Josué Montello, “a estrutura das escolas da época, onde se priorizava um aluno passivo e meramente receptivo, valorizava-se a memorização dos conteúdos e faltavam recursos para um ensino ativo”.

No interior e no sertão, ressalvadas as exceções bem raras de alguns municípios, a regra geral é a absoluta precariedade de razoáveis condições ambientais de ensino. Não há prédios escolares e não há material de ensino. (MONTELLO, 1946, p.14).

Isto, principalmente nas escolas rurais, onde muitos professores recém formados na Escola Normal (em especial os últimos colocados em concursos, ou os que menos se sobressaíam durante o curso, segundo consta em depoimentos e documentos de nomeação de professores da época) deveriam atuar, gerando muitos conflitos entre a teoria aprendida e a prática a ser adotada em escolas que contavam com recursos mínimos para o ensino.

CAPÍTULO 4

A inovação da educação em questão: tensões e debates

A inovação educacional em debate

Apesar de ter defensores, além do apoio oficial por parte de interventores e diretores da instrução pública, as idéias e as práticas da Escola Nova no estado Maranhão encontraram certas resistências. Por exemplo, os pais dos alunos do Curso de Aplicação anexo à Escola Normal de São Luís, estranharam a mudança nos métodos de ensino. Buscando contornar as dificuldades com os familiares e objetivando conscientizá-los da importância das novas idéias pedagógicas, foi criado o Círculo de Pais e Mestres, visando a promover harmonia na comunidade escolar.

O impacto que as idéias inovadoras causaram em segmentos mais conservadores da sociedade maranhense, e em especial na capital do estado, ocorreu de vários modos:

Por exemplo, eram contrárias às práticas modernas em educação por motivos políticos e de oposição ao governo, os jornalistas Nascimento Moraes e Nascimento Moraes Filho, que consideravam a Escola Nova como “elitista” e “burguesa” e defendiam esse ponto de vista em artigos publicados principalmente na *Tribuna*, jornal oposicionista, que tinha como característica, promover debates com grau de imparcialidade e que, portanto permitia que os ofendidos respondessem aos ataques sofridos. Luís de Moraes Rego era constantemente convidado a responder a artigos e cartas desse gênero.

Houve grande resistência à prática de Educação Física para as alunas, pois se considerava tal prática um escândalo, cabendo então a intervenção do Círculo de Pais e Mestres para a resolução do impasse, que terminou favorável aos exercícios físicos para alunas desde que realizados em trajes “adequados”, conforme relato do próprio Luís de Moraes Rego¹.

Como é comum nas cidades de pequena evolução, em que os avanços da civilização penetram lentamente, em São Luís, a Educação Física, notadamente a das meninas, estava

¹ Na ausência das atas das reuniões do Círculo de Pais e Mestres, podemos nos valer dos relatos de Luiz de Moraes Rego no livro *O meu desejo de ser útil*, no qual faz um balanço da sua atuação como diretor da Escola Normal de São Luís, no período de 1932 a 1935. Outras fontes que tratam do conteúdo dessas reuniões são os jornais *A Tribuna*, *Folha do Povo*, *Pacotilha*, entre outros. Tais jornais são referência importante para reconstituírem-se os debates em virtude da atenção dada às questões educacionais, registrando também aspectos do dia-a-dia escolar, como festas, notas e boletins de alunos, também publicados no *Diário Oficial*.

arrolada entre os “escândalos” dos modernos costumes! Não se podia admitir que corridas, saltos, jogos de volley-ball, basket, tenis, natação, etc, as meninas praticassem. Até sua assistência era cerceada.

É um dos múltiplos casos da alçada do Circulo de Pais e Mestres!

E como sempre, a rotina caprichosa em não reconhecer as vantagens de tudo que perturbe o comodismo, servindo de tropeço ao progresso! E depois queixam-se do nosso atraso, como se não fossem os únicos culpados!

Não é leviano fazer constar que a Escola Normal vem obtendo vitórias nesse ponto de vista. (REGO, 1934, p. 93)

Entretanto, a prática de exercícios físicos não seria o único ponto de discórdia ou resistência em relação à “idéias renovadoras na Escola Normal de São Luís”.

Alguns professores não admitiam o chamado “excesso de liberdade”, promovido pelos ideais da Escola Nova. O que é demonstrado em artigos, por exemplo, na revista *União dos Moços Católicos*, um importante periódico da época. Haveria, segundo o artigo publicado em setembro de 1934, assinado por um certo “C. M.”, uma “[...] dissolução dos valores e da autoridade do professor nos métodos que se consideravam renovados”.

Já o artigo assinado por Luís Viana, educador, político e amigo pessoal de Luiz Rego, e publicado no jornal *O Estado do Maranhão*, em 2 de outubro de 1934, faz referência ao modo “provinciano” como se portavam os maranhenses ao ficarem chocados com a prática esportiva por parte das meninas, considerando tal visão como fonte de atraso e receio perante a vida moderna.

Os jornais da época, entre os quais *O Imparcial* e o *Jornal do Maranhão*, *A Tribuna*, *O Debate* e a *Pacotilha*, além da publicação literária *Revista Maranhense*, uma revista que privilegiava os debates e idéias sobre educação, eram palco de acaloradas discussões sobre a educação e ensino. Luiz de Moraes Rego, Luís Viana, Zuleide Bogéa, Laura Rosa e Rosa Castro eram figuras de destaque que procuravam defender o ideário da Escola Nova através de artigos nessas publicações periódicas.

Apesar de Rosa Castro e Laura Rosa não serem defensoras tão aguerridas do movimento da Escola Nova e das idéias de Moraes Rego, elas partilhavam de uma posição favorável nesse sentido, além de darem excelentes contribuições para a difusão desse ideário, mediante publicação e artigos, entrevistas, além de livros didáticos como a *Cartilha de Luiz*, o

Livro de Lúcia, e Brincando aprenderemos, e mesmo através da atuação como professoras e no caso de Laura Rosa atuando também como membro do Círculo de Pais e Mestres.

Rosa Castro foi também professora na Escola Normal de São Luís e fundou uma escola particular. Quanto à Laura Rosa, era professora primária na Escola de Aplicação da Escola Normal de São Luís, sendo também jornalista e feminista aguerrida. Além de professoras, eram também militantes políticas e chegaram a disputar o cargo de deputado estadual nas eleições estaduais. Tanto Rosa Castro quanto Zuleide Bogéa pertenciam a Liga Eleitoral Católica, partido no qual atuavam, e foi por esse partido que Zuleide Bogéa venceu as eleições em 1932 tornando-se a primeira mulher eleita para o cargo de deputado federal pelo estado do Maranhão.

É importante destacar que, ao contrário do que acontecia em outros pontos do país em relação aos embates entre renovadores e católicos (conservadores), no Maranhão esses embates aconteceram mais por razões de conservadorismo do que por divergências teóricas, como por exemplo, a defesa da laicidade do ensino. Por isso, não é de se estranhar que mesmo Rosa Castro e Zuleide Bogéa, militantes da Liga Eleitoral Católica, fossem também defensoras do movimento da Escola Nova, empenhando-se na busca de harmonização entre os princípios renovadores e a moral católica, em uma postura bastante conciliadora.

Veja-se o artigo de Rosa Castro para a Mocidade Católica publicado no *Jornal do Maranhão* (edição de julho de 1937),

É impossível separar os ensinamentos religiosos do que a atual Pedagogia está oferecendo através de seus novos métodos [...] o oceano (religião) para seguir seu curso natural, precisa receber os contingentes fluviais (Novos métodos Pedagógicos) que concorrem para a sua vitalidade e pujança.

Ou o artigo intitulado “O sacerdote, o mestre da catequese”, de Zuleide Bogéa, publicado no *Jornal do Maranhão*, edição de 20 de dezembro de 1932, assinada por Zuleide Bogéa e intitulada “O sacerdote o mestre da catequese”.

A pedagogia Cristã utilizada pelos primeiros sacerdotes que aportaram a nossa terra estava a reclamar dos conceitos e métodos dos Pioneiros da Escola Nova, no Brasil apesar da magia do ensino pedagógico sacerdotal que faz do padre o mestre dos mestres, por ter sua origem na Santa Eucaristia, centro de todas irradiações da fé, faz-se necessário igualmente

os novos Métodos como uma forma de irradiar de forma mais caridosa e viva a santa palavra, assim como se partilha irmanamente do corpo de Cristo.

É interessante notar que, no Maranhão, a resistência perante às novidades não era um dado comum. Pode-se dizer que, em geral, os maranhenses receberam e acataram de “braços abertos” tudo que “vinha de fora”, sobretudo do exterior, com a maior simplicidade e muitas vezes sem discutir sua validade ou pertinência. Entretanto, no que se refere às inovações educacionais, havia, em alguns casos, uma resistência desmesurada. Assim, os familiares dos alunos, embora em muitos casos reconhecessem o vazio daqueles conceitos decorados, se posicionavam, cheios de vaidade, ao lado da maioria, para quem aquele tipo de saber provocava admiração incontida.

Essa resistência aos métodos inovadores é também relatada no depoimento de Arnaldo Oliveira Vieira, ex-aluno do Colégio São Luiz, uma escola particular, que tinha como proprietário e diretor Luís, de Moraes Rego e que procuraria, a exemplo da Escola Normal de São Luís, aplicar os chamados princípios inovadores.

Também é possível perceber no relato que muitas vezes os métodos renovadores conviviam com práticas consideradas “tradicionais”.

[...] gostava do jeito de ensinar no Colégio São Luiz, dos passeios, excursões, mas os professores eram também muito exigentes (apesar de achar que não tanto quanto no Liceu), passavam muitos deveres e faziam muitas provas, tinha pavor dos testes orais, dessa parte eu não gostava. Também gostava de participar de peças, dramatizações, os professores organizavam muito esse tipo de atividade e sempre gostei muito de falar, nunca fui envergonhado, então acabavam me chamando para discursar essas coisas.

Tinha também o Grêmio, me convidaram para participar uma vez, mas dava muito trabalho, mas muitos dos meus amigos eram do Grêmio Estudantil.[...]

Nessa época ao contrário de hoje as escolas particulares não eram muito bem vistas. Lembro que meus colegas e os pais de alguns falavam muito mal do Colégio São Luís, pois diziam que lá não era tão rigoroso quanto o Liceu, pois esses métodos novos de ensino não serviam. As pessoas criticavam muito, diziam que assim não se aprendia nada. Quando fui para o Liceu lembro que tinham alguns professores que nutriam um certo preconceito por mim, pois achavam que eu não era muito capaz por não ter feito o ginásio no Liceu. Os professores do Liceu se achavam os melhores e realmente muitos deles eram bons, mas a disciplina era muito rígida.²

² Apêndice II. Entrevista realizada em 2003 por Naiacy de Souza Lima com Arnaldo Oliveira Vieira.

Somados a esses ecos, temos ainda referências e críticas à forma como o ensino renovador era considerado “elitizado”, por exigir um aparato especial e prédios mais equipados, sendo, portanto, “caro” e inacessível à camada mais pobre da população. Essa preocupação se fazia sentir a época, pois muitos acreditavam que um ensino que requisitasse tantos recursos e fosse, portanto de custos tão altos, não poderia possibilitar a difusão da escola a todas camadas da população. Uma preocupação de relevo, ainda mais se considerarmos o alto índice de analfabetismo presente no Maranhão da época.

J. Francisco em uma crônica intitulada: “Era uma vez...”, de 10 de fevereiro de 1931, na *Folha do Povo* faz as seguintes declarações que devido à importância transcreverei na íntegra.

Foi certamente Benedito Leite quem reorganizou o ensino público nesta cidade e no interior do Estado. Ou fosse que seu espírito se sentisse impelido a esse trabalho, por haver reconhecimento que a base do desenvolvimento de um povo é a sua instrução; ou fosse que sua habilidade política lhe houvesse ditado que era preciso fazer algo para seu sossego.

Apareceram então o grupo escolar com cinco professoras, reorganizou-se a “Escola Modelo”, que se afirmou uma verdade pedagógica; aparelharam-se as aulas e o material necessário ao ensino objetivo, às lições de coisas; adquiriram carteiras próprias, higienizaram-se os prédios, enfim tudo se transmudou.

Deu-se então uma completa transformação do ensino, de que se derivou um fato por demais interessante.

As escolas públicas eram freqüentadas pelos filhos dos operários, de cozinheiras, de lavadeiras, de carregadores, de serventes, de pescadores, etc. etc. passaram a ser freqüentadas pelos filhos dos bacharéis, médicos engenheiros, comerciantes, altos funcionários dos Estado, capitalistas, etc. etc.

Os pobrezinhos foram atirados às escolas municipais, criadas pelo poeta continental Sousândrade, com este dístico “escolas para crianças descalças”.

[...]

Mas ao depois de um prefeito municipal, um dia, lembrou-se de dar as escolas municipais o mesmo tipo de escolas estaduais.

Repetiu-se o fato acima citado.

Esses desprotegidos acanharam-se de freqüentar as aulas em que se encontravam os filhos ricos e abastados, bem vestidos, bem calçados, bem perfumados!

Como é que o filho de uma lavadeira, por exemplo, podia com sua roupa de riscado, sentar-se ao lado do filho do doutor ou do comerciante? Como tolerar o riso escarninho, a mofa impertinente dos colegas que ali se encontravam vestidos pelo último figurino?

[...]

Os governos não deviam consentir que os filhos dos que podiam pagar as aulas fossem tomar nas escolas o lugar de filhos de pobres.

Essas declarações publicadas por J. Francisco mostram um outro aspecto da reforma do ensino, que no Maranhão teria se iniciado com Benedito Leite, cuja gestão governamental muito contribuiu para o fortalecimento do ensino público, apesar de ser ele um dos chamados chefes do “situacionismo político” no Maranhão. Entretanto, essa declaração de J. Francisco vem delatar o caráter elitista dos rumos que a Reforma estava tomando. Na visão dele, o modelo de escola elitista se traduziria na Escola Nova, que trazia uma escola cheia de equipamentos e recursos, mas que era feita para poucos e não para “os filhos dos pobres”.

Na verdade, as críticas desse gênero que se faziam à Escola Nova e às inovações pedagógicas, pelo seu caráter, considerado pelos detratores como “elitista” e “burguês”, tinha relação com uma oposição política ao governo vigente e com a situação precária do ensino no Maranhão à época, de acesso restrito apenas a uma pequena parcela da população.

Num artigo intitulado “Escola Nova” e assinado por “C.M” fazem-se também críticas ainda que em tom de ironia aos métodos de ensino renovadores e mostra as resistências em relação ao Movimento da Escola Nova.

A Escola nova tem sido injuriada o mais largamente possível. Não há pessoa que, posta em contato subitamente com qualquer assunto educacional, se iniba de falar, respeitando uma coisa que não conhece. E não o fazem por mal e sim porque se estabeleceu que isso é uma coisa de que todos “entendem”. A verdade não é essa: é que todos deviam entender. Tudo quanto parece de mau, de incompreensível, de contrariante e inesperado, em matéria de ensino, - ah! Já se sabe é a Escola Nova [...] A cada instante surge uma observação interessantíssima, rotulada como novidade pedagógica. (C.M. Escola Nova, *Diário da Tarde*, São Luís, 29 agosto de 1932).

O artigo dá a entender que o ideário e as práticas da Escola Nova sofriam mais resistência que aceitação por parte da comunidade, e seus métodos eram quase sempre mal interpretados. Mas, em vez de defesa da Escola Nova, mais à frente em seu artigo, o autor anônimo vai acrescentar mais um “causo” para deleitar os detratores da Escola Nova.

Dizem que certa menina passava os dois ou três primeiros meses do corrente ano letivo enchendo cadernos de números pares e ímpares. Começaram a reparar nisso em casa. Um dia a menina trazia folhas e folhas de números ímpares e no dia seguinte só números pares. Então como viesse a propósito, um adulto qualquer lhe pergunta. E você sabe o que

um número par? E a pequena responde: é aquele que a gente faz pulando o outro. E ímpar? Esse outro responde a menina. Os partidários da palmatória, da tabuada e de outras veneráveis relíquias do passado certamente vão dizer que isso é a Escola Nova. (C.M. Escola Nova, *Diário da Tarde*, São Luís, 29 ago, 1932).

Entretanto, uma das vozes que mais se fazia sentir dentro desse coro de críticas era a da Igreja, que de acordo com artigos publicados na revista *União dos Moços Católicos do Maranhão*, considerava “desabonadoras” certas “inovações trazidas de fora”, como “moças em trajes inadequados correndo atrás de bolas”. Na verdade, a educação física feminina, acabou se tornando o “pomo da discórdia” no que se refere à relação da Igreja Católica e os ideais da Escola Nova no Maranhão.

Como afirmei, a postura dos defensores do Movimento da Escola Nova no Maranhão em relação à Igreja Católica era bastante conciliadora. Havia um esforço muito grande para integrar os ideais renovadores com a moral cristã da época. Tanto que a Escola de Aplicação achou por bem, de acordo com o que decidiu o Círculo de Pais e Mestres, continuar com a prática feminina da Educação Física, mas com a adoção de “trajes adequados” (MOTTA, 2000, p 18-19).

Um exemplo similar ao ilustrado neste episódio é relatado por Nunes (1996, p.199). A exemplo do que a autora cita sobre a “utilização de ‘roupas não apropriadas’”, nos bailados das meninas nas festas de fim de ano”, na Escola Técnica Secundária Amaro Cavalcanti, Distrito Federal, que forçou o diretor Mário de Brito a pedir demissão na ocasião, forçado por pais revoltados que exigiam providências diante de tal acinte.

As inovações na Escola Normal de São Luís contribuíram para a redefinição dos rumos da educação maranhense através da propagação do ideário da Escola Nova.

Contrafeito Luís de Moraes Rego deixou a direção da Escola Normal em 1935, alegando como motivo para tanto, a “defesa da integridade do estabelecimento”, que estava sendo “manchada” devido ao desrespeito a determinações legais, em razão de favores políticos, como a nomeação de pessoas não capacitadas e a demissão injusta de pessoas de competência reconhecida, entre outras irregularidades, como matrículas fora do período.

Após reassumir a diretoria, levei ao conhecimento de V. Excia. Ter encontrado a E. Normal com essas irregularidades, todas propostas pela Diretoria Geral:

-Nomeação para a Secretaria de uma aluna da Escola Normal [...]

-Nomeação de um professor para a cadeira de Matemática do Curso Complementar sem ser Normalista,

-Já estando no exercício de Diretor, recebi na semana passada um requerimento de uma senhorita que terminou o curso ginasial, datada de 07 de julho, requerimento em que pede matrícula no curso Normal. Esse requerimento foi deferido... ante uma informação falsa da Diretoria Geral.

Tal insistência do Sr. Diretor Geral em ferir o Regulamento e em fornecer informações inverídicas aos seus superiores hierárquicos, não me pode permitir a atitude, comodista, mas humilhante, de me conservar na direção de uma escola que o Diretor deseja dismantelar. (REGO, 1935, p. 3).

Tais fatos provocaram em Moraes Rego uma grande indignação, levando-o a expor o seu posicionamento em uma carta endereçada ao governador Aquiles Faria Lisboa, em 02 de agosto de 1935, na qual solicitava que fosse exonerado do cargo em virtude das irregularidades cometidas pela Diretoria Geral de Instrução Pública, com as quais não compactuava.

CAPÍTULO 5

A atuação de Luís de Moraes Rego no Colégio São Luís, na 6ª. Conferência Nacional de Educação e na Diretoria Geral da Instrução Pública

Além da sua atuação enquanto Diretor da Escola Normal de São Luís pode se destacar a importância de Luís de Moraes Rego, enquanto propagador do ideário e das práticas vinculadas ao movimento da Escola Nova no Maranhão, por meio de sua atuação como Diretor do Colégio São Luís, instituição de ensino particular, na participação na 6ª Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação, atuação no cargo de Diretor da Instrução Pública, entre 1940 e 1941.

Atuação como Diretor do Colégio São Luís (1934-1977)

Além de sua atuação enquanto Diretor na Escola Normal de São Luís, Luís de Moraes Rego fundou na capital do Estado, em 1934, juntamente com Luís Bastos Viana, o Colégio São Luís, que atuava no ensino primário e secundário. Luís de Moraes Rego foi Diretor da instituição por um longo período, ainda que revezasse esse cargo com parentes e com o próprio Luís Bastos Viana, que também foi Diretor do Colégio São Luís, ao menos oficialmente até a sua saída da direção da Escola Normal e durante o período em que foi Diretor Geral da Instrução Pública não teria ocupado efetivamente o cargo de diretor do colégio. Haveria inclusive na época especulações sobre se a saída de Luís de Moraes Rego da Direção da Escola Normal de São Luís seria motivada por questões políticas ou pela necessidade de cuidar melhor da escola por ele criada ¹.

De acordo com o estatuto de fundação o Colégio São Luís tinha por objetivo:

[...] desenvolver a iniciativa e o espírito de observação das crianças, criando-lhes ambiente propício para o livre desenvolvimento de suas aptidões naturais e estimulando nelas o amor a sua terra o gosto pelo seu trabalho de modo que o aluno venha a ser elemento útil da vida do país.

¹Paralelamente a essas funções Luís de Moraes Rego também exerceu o magistério em diversos estabelecimentos de ensino públicos e privados. Dentre outros, Escola Normal de São Luís, Liceu Maranhense, Escola Técnica Federal do Maranhão, Colégio Cisne, Colégio Gilberto Costa e o Colégio Santa Teresa, estes três últimos instituições privadas de ensino.

Na época, era freqüente a criação de escolas particulares por parte dos professores do Estado, a exemplo de Rosa Castro e Zuleide Bogéa, fundadoras dos colégios Rosa Castro e São Luís Gonzaga, respectivamente. Apesar de na época as instituições públicas, como o Liceu Maranhense, desfrutarem de mais prestígio do que as escolas particulares, essas tinham uma participação considerável em relação à clientela, principalmente em localidades do interior em que não havia escolas públicas². Apesar de ter havido um decréscimo de escolas particulares, entre 1941 e 1943, é importante destacar que o número das escolas particulares subvencionadas pelo Estado praticamente dobrou passando de cinco para doze (MARANHÃO (ESTADO). *Diário Oficial*, 19 de jan. de 1937, p. 8).

QUADRO 2: Matrículas nas escolas estaduais, municipais e particulares: 1941-1943.

Anos Escolas	1941	1943
Estaduais	224	370
Municipais	475	483
Particulares	161	
Total	860	

Fonte: MARANHÃO (ESTADO), 1946.

Conforme o quadro abaixo, podemos avaliar o número de alunos matriculados nas escolas de São Luís. É significativo o número de alunos matriculados em escolas particulares, levando em consideração que, das várias escolas particulares que havia na época, aqui se faz alusão apenas ao Colégio Santa Tereza, por não haver em documentos de época uma aferição do quantitativo geral de matrículas em outros estabelecimentos.

² É importante destacar que as escolas públicas municipais e estaduais não eram gratuitas e havendo a cobrança de mensalidades cujo valor era estipulado pelo governo. As crianças cujos pais não podiam pagar as mensalidades eram encaminhadas para as Casas de Ofícios.

QUADRO 3: Alunos matriculados nas escolas públicas e particulares em São Luís/MA, 1930-1945

Escolas	1930	1941	1943	1945
Liceu Maranhense	653	730	985	998
Santa Teresa	845	975	---	---
Escola Normal Primária	570	908	930	977

Fonte: MARANHÃO (ESTADO) (1942); MARANHÃO (ESTADO) (1946).

Já na tabela seguinte, constam dados referentes à matrícula geral no estado. Observa-se que o aumento em relação às matrículas efetivas se deveu a expansão das escolas particulares, durante as décadas de 1930 e 1940. Apesar do quadro abaixo não apresentar uma distinção entre as matrículas das escolas públicas e privadas.

QUADRO 4: Matrícula de alunos por nível de ensino no estado de Maranhão: 1937-1945

Modalidade de ensino	Ano		
	1937	1941	1943
Ensino Infantil	485	665	685
Fundamental comum	40543	47117	49818
Fundamental supletivo	1456	2436	2459
Complementar	12	nove	--
Total	42496	50827	52962

Fonte: MARANHÃO (ESTADO) (1936); MARANHÃO (ESTADO) (1942); MARANHÃO (ESTADO) (1946).

Em entrevista concedida pelo ex-aluno do Colégio São Luís, Arnoldo Vieira, há alusões à vida cotidiana na instituição. E que demonstra que apesar de preocupar-se com o estabelecimento de ensino e procurar imprimir-lhe as características que eram observadas na Escola Normal de São Luís, no referente ao método pedagógico utilizado e a defesa do ideário da Escola Nova.

Fiz o meu primário na década de 30 no Colégio São Luís, que era um colégio particular. O dono era Luís (de Moraes) Rego e um outro sócio que, não lembro quem era. Na época que eu entrei (1937), o diretor era o próprio Luís (de Moraes) Rego que era também conhecido do meu pai, pois além de professor, ele era muito ligado à política e, até por isso mesmo, sendo o diretor, eu lembro que às vezes quem tomava conta eram outras pessoas. Quem mais ficava era o professor Jacinto Moraes, que também era nosso diretor e parente de Luís Rego, não lembro agora se era primo, pois a família tinha muitos professores.[...]

Das professoras, lembro muito pouco, pois já têm muito tempo. Gostava muito de uma na quarta série que não lembro o nome, já não era muito jovem, era muito magrinha e também muito séria durante as aulas, cobrava uma letra caprichada, mas quando nos encontrava na rua sempre nos cumprimentava com bastante educação. Aliás, o Luís Rego também era assim, sempre cumprimentava os alunos e era muito educado.

Em outro trecho da entrevista Arnoldo Oliveira relata o que seriam os métodos empregados no Colégio São Luís. Também havia, a exemplo do que acontecia na Escola Normal de São Luís, excursões e atividades baseadas na metodologia dos “centros de interesse”.

O que eu mais gostava era das excursões, sempre tinha um passeio, e depois tínhamos que escrever sobre isso. Também lembro que trabalhavam com um tema para as aulas. Como chamavam não lembro, mas era assim: tinha um mês em que só se falava sobre alimentos, faziam exposição, então as aulas eram sobre um mesmo assunto.

A exemplo do depoimento da ex-aluna, Lucy Falcão, Arnoldo Oliveira também faz referência à disciplina exigente do ensino na época, destacando as diferenças entre a metodologia empregada no Colégio São Luís e no Liceu Maranhense, apesar de ressaltar, em ambas instituições a valorização da ordem e da disciplina.

Só continuei no São Luís, porque meu pai era amigo da família de Luís Rego, mas também porque não era um aluno muito aplicado, achavam que eu não ia conseguir acompanhar o ritmo puxado do Liceu, que era tido como a melhor escola de São Luís. Na verdade eu não gostava muito de estudar, queria mesmo era trabalhar. Mesmo assim gostava do jeito de ensinar no Colégio São Luís, dos passeios, excursões,

mas os professores eram também muito exigentes (apesar de achar que não tanto quanto no Liceu), passavam muitos deveres e faziam muitas provas, tinha pavor dos testes orais, dessa parte eu não gostava. Também gostava de participar de peças, dramatizações, os professores organizavam muito esse tipo de atividade e sempre gostei muito de falar, nunca fui envergonhado, então acabavam me chamando para discursar essas coisas. Tinha também o Grêmio, me convidaram para participar uma vez, mas dava muito trabalho, mas muitos dos meus amigos eram do Grêmio Estudantil.

No depoimento do entrevistado fica patente a valorização que na época às instituições públicas de ensino frente às escolas particulares, assim como o *status* dos professores dessas instituições.

Nessa época, ao contrário de hoje, as escolas particulares não eram bem vistas. Lembro que meus colegas e os pais de alguns falavam muito mal do Colégio São Luís, pois diziam que lá não era tão rigoroso quanto o Liceu, pois esses métodos novos de ensino não serviam. As pessoas criticavam muito, diziam que assim não se aprendia nada. Quando fui para o Liceu lembro que tinham alguns professores que nutriam um certo preconceito por mim, pois achavam que eu não era muito capaz por não ter feito o ginásio no Liceu. Os professores do Liceu se achavam os melhores e realmente muitos deles eram bons, mas a disciplina era muito rígida. Como eu fiz científico, pois queria trabalhar com eletricidade lá havia laboratórios que usávamos, tinham alguns equipamentos que só podíamos mexer com expressa autorização dos professores. Nas aulas de química tinha uma série de instruções que deveríamos seguir para lidar com os tubos e materiais, como manusear, limpar bem as mãos depois da aula, em alguns casos usar luvas e tinha produtos que não podíamos mexer.

Participação na 6ª Conferência Nacional de Educação (1934)

Com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, por um grupo de profissionais liberais que tinha como objetivo primeiro da entidade deflagrar uma “campanha cívica pela causa educacional”; foram organizadas as Conferências Nacionais de Educação, que tinham como função fazer a propaganda da Associação e fazer o convite cívico à nação e aos demais educadores de unir-se em torno dessa campanha (CARVALHO, 1998, p.307). Esse convite cívico pautava-se em um “otimismo” e “entusiasmo pedagógico”, que considerava a solução do problema da educação como o mais importante dos problemas nacionais a serem resolvidos, sendo que de tal solução dependeria na verdade o futuro e o bem do país.

Havia, a princípio, na ABE, uma atenção quase que totalmente voltada às questões cívicas e morais da educação, sendo a escola tida como um meio moralizador por excelência e

capaz de desenvolver essa campanha pela saúde, moral, higiene e patriotismo. Essa visão inicialmente apolítica, segundo destaca Carvalho (1998, p.56), considera a educação como um problema acima de qualquer questão partidária cabendo aos seus membros apenas a convicção de que a campanha educacional se destinava a “solucionar o maior problema de nossa existência nacional” (CARVALHO, 1998, p.56). Entretanto, essa postura sofreria transformações a partir especialmente da década de 1930, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

As Conferências Nacionais da Educação foram um espaço privilegiado das discussões educacionais da época, em especial a partir da 5ª Conferência, realizada em 1933, no Rio de Janeiro, em que Anísio Teixeira falaria em nome da ABE articulando uma nova imagem em torno da Associação Brasileira de Educação, imprimindo à entidade e às Conferências por ela organizada característica de instância de debates, com a função de garantir a livre circulação de idéias, tornando-se um espaço privilegiado de discussões políticas sobre a educação da época (CARVALHO, 1998, p.71-72). Tais conferências tornaram-se um espaço de intercâmbio de idéias entre os educadores do Brasil e local de disseminação das idéias renovadoras.

A 6ª Conferência Nacional da Educação, realizada no estado do Ceará, que contou com a presença de Lourenço Filho, ficou registrado em documento a participação de Luís de Moraes Rego, que representou oficialmente o estado do Maranhão. O documento elaborado por Luís de Moraes Rego e lido no âmbito da 6ª Conferência de Educação, já fora apresentado na sessão de entrega de diplomas às professoras da escola Normal de São Luís, em 1933. Posteriormente, o documento foi publicado sob o título de *A nossa sociedade e a nossa educação* (1935).

Como na época da conferência Luís de Moraes Rego ainda era diretor da Escola Normal de São Luís, aproveitou a ocasião para divulgar o que vinha aplicando em sua gestão a cerca dos novos métodos utilizados e das inovações pedagógicas de um modo geral.

Passarei agora a explanar um pouco do que seria esse documento e em especial quais seriam as visões de educação e escola contidas em linhas gerais no seu discurso.

Na primeira parte do documento intitulada “Os percalços do assentamento da estrutura da sociedade brasileira”, Luís Rego se propõe a analisar a evolução nacional à luz da história dos povos, atendo-se a uma visão ingênua, evolucionista do progresso da humanidade,

refletindo sobre a situação de ignorância e atraso nacionais pautando-se em uma “teoria das raças”, em que culpa a miscigenação pelo fracasso da “raça” brasileira.

O brasileiro, enfraquecido de seu início, sem contar com fatores favoráveis de seleção, teve origem numa dissimulação de caracteres etnogênicos, caldeados num cadinho em que foram lançados, para obtenção de um valor médio, qualidade heteróclitas de três valores, as do branco, negro e índio. [...] Daí refletir-se, como termo negativo de nossos coevos, cujos costumes imperantes da insuficiência de iniciativas daquela época, foram estigmatizados pelo mesclar do sangue do branco, interesseiro, ambicioso, arrogante no dominar brutalmente; negro, de fraco índice mental, animalizado pelo trabalho servil e pela obediência cega ao chicote do feitor, e do índio desconfiado dissimulado, cedendo passo a passo, a liberdade, à custa de ataques traiçoeiros, aos que pela força lhe roubavam. (REGO, 1935, p. 10).

Em outro momento Moraes Rego culpa a extensão territorial do país pelo caráter “acanhado e sem coragem do brasileiro”, e que concorreria, em sua opinião, em um dos fatores que dificultavam a formação da sociedade nacional, promovendo o atraso e a falta de intercâmbio material e espiritual com países “menos atrasados”. Destaca, que reconhecidas, porém, as “causas” da atual situação nacional, as providências para se modificar essa situação seriam morosas e ineficazes a exemplo do modelo “educacional literário”, que deveria ser abandonado em prol de uma “educação prática”, o único meio de nos redimir da nossa “inferioridade” (REGO, 1935, p. 13).

Em outro tópico, intitulado “As características da escola perturbadora da formação da personalidade brasileira”, Luís Rego faz sua crítica ao modelo de educação até então vigente, ou seja, à escola tradicional, caracterizada por ele como “livresca”, “sem formação do espírito crítico”, e divorciada do meio em desacordo com os interesses da sociedade vigente.

O brasileiro, na escola, recebia ensinamentos e muitos. O professor, com a mentalidade acadêmica dominante recheava o espírito da criança, do que no seu entender lhe era útil. As crianças do primário eram passadas páginas e páginas de geografia, de gramática, de história e de latim, etc., para no dia seguinte serem rigorosamente repetidas.

No ensino secundário e no superior o mestre limitava-se à uma hora de discursaria, expondo o ponto de um fôlego, rico de citações, datas e nomenclaturas. Havia um longo programa a satisfazer e este era cumprido á risca. E para verificar-se o preparo do estudante, sorteava-se um do ponto e mandava-se que o repetisse, num exaustivo esforço mnemônico.

E assim durante o ano letivo, o escolar comparecia diariamente á escola, justapondo conhecimentos, amontoando noções. (REGO, 1935, p.13).

Essa descrição de Luís Rego não era muito diferente do que de fato acontecia nas salas de aula do Maranhão e de outros estados brasileiros. O discurso também demonstra a preocupação do educador com a questão da metodologia de ensino, aspecto que mais preconizou durante a sua atuação enquanto Diretor da Escola Normal de São Luís, conforme visto anteriormente.

Ainda se referindo a escola tradicional Luís Rego faz a seguinte crítica, ao mesmo tempo em que enaltece a “educação nova”.

E com essa educação livresca, sem formação do espírito crítico, divorciada do meio e sem consultar aos interesses da sociedade, o Brasil não pôde avançar, pela falta de elementos para trabalho produtivo e ausência de técnicos dirigentes. Só uma educação nova, não somente em métodos, mas principalmente em fins, é possível colocar o brasileiro em condições de ser útil a si próprio, à sociedade e à nação. (REGO, 1935, p.14-15).

Aqui, Luís Rego demonstra estar afinado com o pensamento da época em torno da aclamada “causa da educação”, defendida pela Associação Brasileira de Educação desde sua origem. Apesar de destacar em sua proposta a necessidade de uma educação nova não somente em “métodos”, esse acabava sendo um dos pontos mais privilegiados em sua atuação prática, tanto na Escola Normal, quanto no Colégio São Luís. Luís Rego ressalta a educação nova como a única capaz de atender as necessidades sociais presentes e garantir a nação o avanço e o progresso. Essa relação entre educação, progresso e função social fica mais evidente no tópico seguinte, chamado, “A Escola como meio de controle social”, em que considera a escola como “órgão de reforçamento e sistematização de toda ação educativa da comunidade” (REGO, 1935, p. 16). aqui na verdade Luís de Moraes Rego se utiliza de um pensamento constante no livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho. O que vem demonstrar que Moraes Rego era conhecedor dos escritos dos chamados “pioneiros da educação nova”.

Ao tratar do tópico “A família como fator a satisfação da finalidade da escola”, Moraes Rego (1935, p.17) conclama a colaboração e a solidariedade da família e de outras organizações sociais à tarefa educativa. Destaca que

Sendo o indivíduo um produto biológico, distinguido por determinados caracteres hereditários, a formação de sua personalidade fica a depender de ajustamentos, de

experiências adquiridas no decorrer da vida, representando a infância a melhor idade, pela facilidade que oferece às aquisições. No seio da família a criança adquire qualidades morais e bons sentimentos. (REGO, 1935, p.17).

Quanto à escola, ela se apresenta como um meio privilegiado de socialização por apresentar “campo ideal de experimentações, porque um meio social é aí homogêneo, pela idade, pela cultura, pelos interesses e pelas idéias” (REGO, 1935, p.18).

Luís de Moraes Rego destaca que a escola ou a família, isoladamente, não poderia satisfazer com suas ações, ao desenvolvimento pleno da criança. Para que isso ocorresse, seria indispensável à ação conjunta de pais e professores. Neste trecho do discurso, o autor chama a atenção para o Círculo de Pais e Mestres, instalado na Escola Normal, especificamente para atender esse objetivo. Na parte do documento destinada a tratar das questões envolvendo o professorado, Luís de Moraes Rego procura expor qual seria o perfil adequado a este profissional, dando à formação do magistério extrema importância para a “causa da educação nacional”.

Mas a escola falhará nos seus elevados desígnios e propósitos si não apresentar o professor com a capacidade precisa á função de “agente da sociedade”. A responsabilidade do feliz resultado da educação da criança cabe ao educador. (REGO, 1935, p.19).

A seguir, Luís Rego novamente posiciona-se contra o ensino livresco que impregnava a educação brasileira igualmente à formação dos professores da época.

Precisamos na verdade de professores. Não de professores empregados públicos, mas de indivíduos identificados com a profissão que a exerçam com dedicação e honestidade. Professor não como somos, mas como idealizamos ser. E não sejamos pedantes fingindo ser o que não representamos. Não precisa o Brasil, o Maranhão, de professores sábios, mas que saibam ensinar. (REGO, 1935, p.20).

Luís de Moraes rego defende que Escola Normal seria o espaço privilegiado para a preparação da mentalidade do professorado que exigia a Escola Nova. Esta deveria contar com o apoio e assistência do governo para a realização do seu intuito. Essa segundo Luís Rego seria a única maneira de se solucionar os problemas tão graves enfrentados pela educação no Brasil.

Atuação como Diretor da Instrução Pública: 1941-1942

Posteriormente ao mandato do amigo Luís Viana à frente do cargo, Luís de Moraes Rego recebeu primeiramente a nomeação em comissão para a função de Diretor Geral da Instrução Pública, na data de 06/05/1941. No ano seguinte, é nomeado para exercer o cargo de Diretor Geral, em caráter interino. Como era costume na época, Moraes Rego deixou um relatório sobre o período em que atuou na função, que foi apresentado ao interventor Federal no Estado, o Dr. Paulo Martins de Souza Ramos. O relatório apresentado em 1942 refere-se ao ano anterior em que Moraes Rego ocupou o cargo.

No relatório citado, Luís Rego faz um levantamento criterioso da situação da educação no período, fazendo referência especial às instituições e eventos criados por ele, como a Associação Desportiva Escolar, Clubes Agrícolas, Associação do Professor Primário, Concurso de Cálculo, Clube Pedagógico, Cursos de Férias, institucionalização do Dia do Estudante, Ambulância Escolar Hora da Juventude, Cinema Educativo, Cooperativismo, Seção de Orientação e divulgação de questões educacionais, Clube Pedagógico e Clubes Agrícolas, instituição de horário de leitura, momento educacional, intercâmbio escolar (entre alunos do interior e de outros Estados), honrosa distinção (viagem ao Rio de Janeiro de alunos que se destacavam); torneios esportivos; publicação da *Revista Educação* e do *Jornal do Estudante e Voz da Juventude*. Ao lado das numerosas escolas primárias e secundárias, foi criada uma escola para leprosos e uma outra para formação agrícola. Procurou assim, administrar beneficiando o maior numero possível de cidadãos. É interessante destacar que estas instituições já se faziam presentes enquanto idéias já durante a administração de Moraes Rego na Escola Normal de São Luís, só que agora tais instituições ganhavam um caráter muito mais amplo para a educação maranhense.

Para a realização dessas obras Luís de Moraes Rego contou com uma verba bem maior que a obtida por administrações anteriores através de um crédito extra-orçamentário garantido por uma série de decretos-leis ³ que aumentaram significativamente as verbas destinadas à educação no estado do Maranhão ⁴.

³Decretos-Lei n. 73, de 07/06/1940; n. 317 de 29/04/1940; n. 366, de 12/04/1940; n. 451, de 23/10/1940; n. 457 de 31/12/1940 e n. 483 de 16/04/1940. (MARANHÃO, 1942, p.3)

⁴Um aumento de 2.971:64\$ para 3.467:653\$700, em valores da época. Parte dessas verbas orçamentárias foi destinada a abertura de novas escolas na capital e no interior do estado. (MARANHÃO, 1942, p. 3)

No Relatório sobre sua gestão Luís Rego enfatiza o que seria cada uma dessas instituições e sua função.

Durante a administração de Luís de Moraes Rego foram criados jornais e periódicos escolares e de divulgação educacional. Dentre eles, podem ser destacados os seguintes: *Revista do Liceu Maranhense*, que contou com a colaboração de professores e alunos da instituição; *O Voz da Juventude*, jornal dos alunos da Escola Normal; *Jornal do Estudante*, publicado pela Diretoria da Instrução Pública, com a função de divulgar eventos educacionais relevantes; e a *Revista Educação*, órgão da Diretoria da Instrução Pública, endereçado aos professores.

Outra iniciativa do período refere-se ao Cinema Educativo, que funcionou no Liceu Maranhense, e que apresentava sessões nas tardes e noites de sábado (à tarde para as meninas e à noite para os meninos), exibindo filmes educativos produzidos pelo governo do Estado Novo.

E, finalmente, o Orfeão Educativo, cujas atividades musicais — o Canto Orfeônico — tinham espaço no auditório do Liceu Maranhense, sob orientação da professora Lilah Lisboa.

Já as palestras e festas cívicas ocorriam na Hora da Juventude, realizadas no Palácio da Educação. Na Hora da Juventude tinham lugar números de canto orfeônico, declamações, leituras de páginas literárias, números de piano, violino e canto. Os programas deveriam ser enviados previamente para aprovação da Diretoria Geral da Instrução Pública. Em outros estabelecimentos de ensino, mesmo os particulares, estabelecia-se ao menos meia hora semanal para o mesmo fim.

Foram criadas também associações artístico-musicais como, por exemplo, o Orfeão 15 de Agosto, que também participava de eventos no Liceu Maranhense e no Palácio da Educação.

A exemplo do que fez, durante sua administração na Escola Normal de São Luís, Luís de Moraes Rego criou as cooperativas escolares destinadas a arrecadar fundos para o auxílio de alunos necessitados. Para melhor administrar essas organizações Moraes Rego enviou à cidade de Recife no estado de Pernambuco, uma normalista para que esta fizesse um estágio junto ao Serviço de Cooperativismo Escolar local. Por volta de 1941, havia 29

Cooperativas Escolares com cerca de 1454 sócios.

Moraes Rego criou também o Clube Pedagógico destinado a divulgar as inovações pedagógicas em curso e promover o intercâmbio de experiências e idéias entre professores e diretores de escolas. (MARANHÃO, 1942, p. 23)

À frente da Diretoria Geral da Instrução Pública Moraes Rego realizou a reforma do edifício da Escola Normal que se passou a ser designado de “Palácio da Educação”. A reforma ampliou o espaço físico do prédio, permitindo a criação novas dependências, tais como, salas de aula, biblioteca, parque de Educação Física, laboratórios de Física, Química, Geografia e Psicologia, museu, salão de congregação e amplo auditório. No Palácio da Instrução passou a abrigar a sede da Diretoria de Instrução Pública.

Ainda à época de sua atuação como Diretor da Escola Normal de São Luís, ocorreu a inclusão de matéria realizada pela reforma educacional de 1932, na Escola Normal de São Luís, chamada “Agricultura e Trabalhos Rurais”, e que, mais tarde, integrou uma espécie de campanha em prol da ruralização do ensino no estado do Maranhão.

A entrevista concedida pela ex-aluna da Escola Normal de São Luís, Lucy Falcão, revela como essa matéria se desenvolvia.

Tinha uma parte teórica e outra prática. O campo de prática ficava atrás da Escola Normal, onde hoje funciona o hospital Dutra, ou parece que hoje é chamado de Universitário. A gente colocava um chapéu e ia pra lá carregando os instrumentos: pá, facão, enxada. Aprendíamos a plantar, cuidar, pulverizar contra as pragas. O professor era Alexandre Viveiros. Ele de vez em quando levava um agrônomo para nos orientar melhor. Lembro de um que foi só para no ensinar a combater pragas do algodão. Lá a gente plantava algodão, arroz, milho, feijão e mandioca. Lembro que quando havia colheita de milho era uma farra. A gente levava o milho para a Escola Normal e as vigilantes faziam canjica, pamonha, etc. para todos.

Entretanto, é após sua saída da direção da Escola Normal, que Moraes Rego publica em 1937 o relatório intitulado *Ruralização das escolas municipais da Capital do Maranhão*, mostrando que a inclusão de tal matéria tinha um objetivo muito claro. Preparar os futuros professores para o trabalho em escolas rurais, pois apesar de na época já existirem algumas Escolas Normais em funcionamento no interior do Maranhão⁵, ainda o eram em

⁵ Uma das primeiras escolas normais particulares criadas no interior do Estado foi fundada pela professora Rosa Castro na cidade de Santa Inês, em 1930.

número reduzido, principalmente se levarmos em consideração as dimensões territoriais do Estado do Maranhão. Dessa forma, muitos alunos formados na Escola Normal de São Luís desempenhariam a função do magistério em cidades rurais do interior do estado, e por isso deveriam obter conhecimentos relativos à agricultura e a vida no campo, não só para transmitir tais conhecimentos no sentido de difundi-los no meio rural, mas acima de tudo preparar ideologicamente estes professores, para quando chegassem à zona rural não despertassem nos alunos os desejos de ir para a Capital.

Em 1937, foi criado por intermédio do Decreto n. 236, o Curso de Especialização Rural, para os professores da instrução pública Municipal, onde essa preocupação tornou-se ainda mais evidente.

A criação de cursos normais rurais viria a atender de modo eficiente às necessidades do ensino primário do Estado, pois como já dissemos, a professora formada nas Escolas Normais da capital, não pode ter mentalidade ruralista. Prejudica duplamente o ensino: primeiro por se sentir desambientada, só considerando bom e bonito o que se encontra na capital. Logo trabalha forçada, sem estímulo e sem alegria. Segundo provoca no escolar a convicção de que na cidade encontrará facilidades para tudo e prazeres, representados pelas comodidades e conquistas da vida moderna. Afasta da criança o amor a gleba, desenvolvendo-lhe o desejo louco de abandonar a sua terra. (MARANHÃO, 1938).

Esse Curso de Especialização Rural era ministrado a parte depois de concluída a formação na Escola Normal, apresentando um caráter complementar e não obrigatório, destinado apenas àqueles que seguiriam a carreira do magistério no interior.

Em 1941, seria criado durante a Administração de Luís Rego, como Diretor da Instrução Pública, as escolas normais rurais". Somente no final da década de 1940 seriam criadas efetivamente escolas normais em cidades do interior do Maranhão, a exemplo do que aconteceu em Caxias, em que a Escola Normal livre obteve equiparação com o Curso Normal do Liceu, em 1931 através do Decreto n. 148 - 30/07/1931, ficando por muito tempo como um dos poucos exemplares do gênero, ao lado de algumas escolas normais primárias particulares.

Entretanto, tais mudanças e deliberações não foram eficientes em conter o êxodo rural, nem garantir que os professores formados na capital e destinados a lecionar no interior lá permanecessem. Conforme observado em depoimentos de ex-alunas da Escola Normal de São Luís (Lucy Falcão, Nizete Bastos, Lílian Saldanha), muitos dos alunos que passavam pela



referida escola e eram provenientes do interior do Estado do Maranhão, faziam todo esforço possível para permanecer na capital, e se muitos eram nomeados para ocupar a função de professores no interior, faziam logo todo o esforço possível para conseguir transferências para São Luís.

Considerações finais

Esta dissertação de mestrado de educação teve como preocupações fundamentais procurar responder a algumas questões referentes à propagação do movimento da Escola Nova no Maranhão (quais foram as estratégias de difusão dos educadores e intelectuais maranhenses na propagação do movimento da Escola Nova?; que oposição enfrentou essa difusão e como ela se constituía na prática, fora dos discursos institucionais? Que aspecto do ideário escolanovista foi absorvido pelos educadores maranhenses e como se deu a apropriação desse ideário, adaptando-o às características locais?).

Tomou-se como ponto de partida nesse estudo a atuação de Luís de Moraes Rego e outros sujeitos históricos envolvidos nesse processo de difusão.

É importante destacar que, em relação à difusão desse ideário no Estado do Maranhão, houve semelhanças com que ocorreu em outras regiões do Brasil, valendo-se os educadores locais dos meios que dispunham, tais como: artigos na imprensa local, revistas, periódicos, livros e intercâmbios com outros educadores das mais variadas regiões nacionais, através da presença e eventos de caráter nacional, a exemplo da Conferência Nacional de Educação. Também é marcante a atuação política desses educadores na sociedade maranhense, muitas vezes utilizando-se de cargos e influências para a concretização de seus ideais.

Um aspecto bastante relevante e que diz respeito à realidade local é que a difusão desse ideário no Maranhão fixava-se de forma mais destacada nos aspectos pedagógicos do movimento da Escola Nova, havendo uma preocupação muito maior com a introdução de novos métodos e práticas em sala de aula do que com questões mais amplas e de caráter mais filosófico como, por exemplo, a laicidade do ensino. Essa é, em especial, uma bandeira que não foi levantada pelos defensores locais da inovação pedagógica, o que explica, por exemplo, a militância de Zuleide Bogéa e Rosa Castro, ambas católicas aguerridas e que não viam nenhum antagonismo entre a defesa dos ideais renovadores e os princípios conservadores da moral católica. Também não percebiam nenhum conflito entre a educação alegre, ativa e centrada no educando e a manutenção de uma disciplina ferrenha e dos princípios da moral dos bons costumes e do patriotismo. Isso vem demonstrar que o ideário pedagógico no estado, apesar de buscar a renovação do ensino sendo visto como uma solução para os problemas da

educação, em vários momentos compactuava, chocava-se e imbricava-se com o conservadorismo da sociedade do Maranhão.

Evidentemente essas considerações finais suscitam outras questões que merecem maiores reflexões por parte dos pesquisadores da educação maranhense. Espero ter dado minha contribuição para o surgimento de outros estudos similares, que venham enriquecer o debate sobre as questões aqui levantadas.

BOJLA, Zuleika. (1970) *Asas Católicas e Políticas. (Discursos)*. Imprensa

_____. (1934) *O Livro de Lúcia*. São Luís: Typ. Teixeira.

CERVEIRA, Zol. (1940) *Relatório apresentado*. São Luís: Escola Normal, 1940.

ENTREVISTA com Zuleika Bojla. (1963) *Jornal Pequeno*, São Luís, 13 out.

FIGUEIREDO, Francisco M. (1936) *A contribuição maranhense para o Estado Novo*. São Luís: Imprensa Oficial.

GÓDOLIS, Antônio Batista Benvista de. (1958) *O mestre e a escola*. São Luís: Imprensa Oficial. Luís: Imprensa Oficial.

Lyceu Maranhense. (1936) São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1911) *Relatório de Governo da Província, 1899-1910*. São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1910) *Departamento de Instrução Pública. Programa de Exame para o ano de 1910*.

MARANHÃO (ESTADO). (1930/1936) *Coleção de Leis e Decretos Estaduais*.

MARANHÃO (ESTADO). (1937/1938) *Coleção de Leis e Decretos Estaduais*.

MARANHÃO (ESTADO). (1939/1946) *Coleção de Leis e Decretos Estaduais*.

MARANHÃO (ESTADO). (1938) *Departamento de Instrução Pública. Programação e o ensino primário*. São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1932) *Departamento de Instrução Pública. Programação de Exame para o Curso Normal*. São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1942) *Departamento de Instrução Pública. Relatório apresentado ao Excm. Sr. Interventor Federal, Dr. Paulo Ramos, sob. Sr. Diretor Geral de Instrução, prof. Luís de Moraes Rego*. São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1944) *Departamento de Instrução Pública. Relatório apresentado pelo Interventor Paulo Ramos ao Presidente da República Getúlio Vargas*. São Luís, 1936/1944: Imprensa Oficial.

1. Fontes, bibliografia e depoimentos

1.1 Fontes

BOGEA, Zuleide Fernandes. (1937) **O sacerdote, mestre na catequese**. (Discurso). impresso

_____. (1950) **Cartilha de Luiz**. São Luís: Tipografia Teixeira.

BRASIL. (1937/1938). **Coleção de Leis e Decretos do Governo Federal**.

CASTRO, Rosa. (1937) **Ação Católica e Política**. (Discurso). impresso

_____. (1934). **O Livro de Lúcia**. São Luís: Typ. Teixeira.

CERVEIRA, Zoé. (1946). **Brincando aprenderemos**. São Luís: Escola Normal, 1946.

ENTREVISTA com Zuleide Bogeia. (1963) **Jornal Pequeno**, São Luís, 13 out.

FIGUEIREDO, Francisco M. (1938) **A contribuição maranhense para o Estado Novo**. São Luís: Imprensa Oficial.

GODOIS, Antonio Batista Barbosa de. (1938) **O mestre e a escola**. São Luís: Imprensa Oficial, Luís: Imprensa Oficial.

Lyceu Maranhense. (1938) São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1911) **Relatórios de Governo da Província, 1890-1910**. São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1910) Diretoria de Instrução Pública. **Programa de Ensino para o ano de 1910**.

MARANHÃO (ESTADO). (1930/1936). **Coleção de Leis e Decretos Estaduais**.

MARANHÃO (ESTADO). (1937/1938). **Coleção de Leis e Decretos Estaduais**.

MARANHÃO (ESTADO). (1939/1946). **Coleção de Leis e Decretos Estaduais**.

MARANHÃO (ESTADO). (1938). Diretoria de Instrução Pública. **Programa para o ensino primário**. São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1932). Diretoria de Instrução Pública. **Programa de Ensino para o Curso Normal**. São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1942). Diretoria de Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor Federal, Dr. Paulo Ramos, pelo Sr. Diretor Geral da Instrução, prof. Luís de Moraes Rego**. São Luís: Imprensa Oficial.

MARANHÃO (ESTADO). (1944). Diretoria de Instrução Pública. **Relatório apresentado pelo Interventor Paulo Ramos ao Presidente da República Getúlio Vargas**. São Luís, 1936/1944: Imprensa Oficial.

- MARANHÃO (ESTADO). (1936). **Relatórios de Governo, 1930-1935**. São Luís: Imprensa Oficial.
- MARANHÃO (ESTADO). (1940) **Relatórios de Governo, 1936-1939**. São Luís: Imprensa Oficial.
- MARANHÃO (ESTADO). **Relatórios de Governo, 1940-1945**. São Luís: Imprensa Oficial, 1946.
- MARANHÃO (ESTADO). (1937). Diretoria de Instrução Pública. **Ruralização das Escolas Municipais da Capital do Maranhão**. São Luís: Imprensa Oficial.
- MONTELLO, Josué. (1946) **Reforma do Ensino Normal no Maranhão**. São Luís: Serviço de Imprensa Oficial.
- PINHEIRO Ribamar. (1938) **Os intelectuais do Maranhão e o governo Paulo Ramos**. São Luís: Imprensa Oficial.
- RAMOS, Paulo. (1937) **No altar da pátria**. São Luís: Imprensa Oficial.
- RAMOS, Paulo. (1938) **O Estado Novo e a ordem social**. São Luís: Imprensa Oficial.
- REFORMA da Instrução Pública. (1932) **Folha do Povo**, São Luís: p. 1, 26 março.
- REGO, Luís de Moraes. (1934) **Meu desejo de ser útil**. São Luís: [s.n].
- REGO, Luís de Moraes. (1980) **Cultura e educação**. São Luís: [s.n].
- REGO, Luís de Moraes. (1935) **A nossa sociedade e a nossa educação**. São Luís: [s.n].
- REGO, Luís de Moraes. (1938) **Questões de educação**: contribuições aos problemas educacionais maranhenses. São Luís: Typ. M.Silva.
- REGO, Luís de Moraes. (1935) **Razões porque deixei a Diretoria da Escola Normal**: em defesa da integridade do estabelecimento. São Luís: Typ.M.Silva.
- REGO, Valdélia Sousa de Moraes. (s.d.) **Luís de Moraes Rego: um pouco do que fez por sua terra e sua gente**. (Manuscrito).
- REVISTA MARANHENSE. São Luís: Imprensa Oficial, 1887 a 1946. Edição semestral.
- VIANNA, Luiz; COSTA, Gilberto. (1931) A Reforma da Instrução Pública. **O Tempo**, São Luís, 26 jan. 1931, p. 05.

1.2 Bibliografia

- ANDRADE, Beatriz Martins de. (1984) **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís: UFMA/Secretaria de Educação.
- AZEVEDO, Fernando de. (1976) **A transmissão da Cultura**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL.



BRITO, Itamar de Sousa. (1996) **História da educação no Piauí**. Teresina: UFPI, 1996.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. (1998) **Molde nacional e fôrma cívica**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CORREA, José Rosini. (1998) **O modernismo no Maranhão**. Brasília: Correa & Editores, 1989.

CUNHA, Marcus Vinícius da. (1995) **A educação dos educadores: da Escola Nova à escola de hoje**. Campinas: Mercado de Letras.

DEMARTINI, Zélia de B. F. (1988) Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais.

EBY, Frederick. (1962) **História da educação moderna**. Rio de Janeiro: Globo.

EDMAN, Irwin. (1955) **John Dewey: sua contribuição para a tradição americana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

FIGUEIREDO, Adiel Tito. (1984) **O Estado Novo e a educação no Maranhão (1937-1945)**. São Paulo: Loyola.

HORTA, José Silvério Baia. (1994) **O hino o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ.

LE GOFF, Jacques. (1984) **Memória. Enciclopédia Einaudi, Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda. v.1, julho.

LIMA, Naiacy de Souza. **Luís Rego: marcos de uma trajetória**. São Luís, (1999). Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Maranhão.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. (1930) São Paulo: Melhoramentos.

LUZURIAGA, Lorenzo. (1966) **Pedagogia**. São Paulo: Nacional.

MEDICI, Ângela. (1964) **A educação nova**. Porto: Edições Rés.

MEIRELES, Mario. (1960) **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: DASP.

MONARCHA, Carlos (org.). (1999) **História da educação brasileira: formação do campo**. Ijuí: UNIJUÍ.

_____. (1989) **A reinvenção da cidade e da multidão**. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez: Autores Associados. (Série Memória da educação).

_____. (1999) **A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Ed. da Unicamp.

MORAES, Jomar. (1972) **Bibliografia crítica da literatura maranhense**. São Luís: Departamento de Cultura do Maranhão.

- MORAES, Marieta. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- MOTTA, Diomar das Graças. (2000) **As mulheres professoras na política educacional do Maranhão**. Niterói, 2000. Tese (Doutoramento em Educação). Universidade Federal Fluminense.
- MOTTA, Diomar das Graças. Luiz de Moraes Rego. (2002) In Fávero, Maria de Lourdes A.; BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de educadores no Brasil**. Brasília: MEC-Inep; Rio de Janeiro: UFRJ, p. 709-711.
- NAGLE, Jorge. (1976) **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU.
- NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. (2000) **A prática Pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC.
- NUNES, Clarice. (1996) Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro: 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, p. 155-224.
- PAGNI, Pedro Ângelo. (2000) **Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira**. Ijuí: UNIJUÍ.
- RODRIGUES, Maria Regina Nina. (1993) **Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo**. Política e educação. São Luís: SIOGE.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. (1980) **História da educação no Brasil: 1930-1937**. Petrópolis: Vozes.
- SALDANHA, Lílían Maria Leda. (1997) **Reconstrução histórica do processo de formação do professor primário no Maranhão: 1890-1920**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão.
- SAVIANI, Dermeval. (1980) **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez.
- SAVIANI, Dermeval. (1984) **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- SCHWARTZMAN, Simon BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro Costa. (2000) **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Ed. da FGV.
- SHIROMA, Eneida Oto. (2002) **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2ª edição.
- SILVA, Marcos A. da. (1990) **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero.
- TEIXEIRA, Anísio. (1933) **Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação**. Nacional.
- THOMPSON, Paul. (1992) **A voz do passado - história oral**. São Paulo: Paz e Terra.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, et al. (1998) **A Pesquisa em história**. São Paulo: Ática.



VIVEIROS, Jerônimo de. (1953) **Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão**. São Luís: [s.n], mimeografado.

1.3 Entrevistas

Arnoldo Oliveira Vieira. Por Naiacy de Souza Lima em 03 de fevereiro de 2003.

Lucy Neves Falcão Leda. Por Lilian Saldanha e Naiacy de Souza Lima. Em 12 de outubro de 2002.

Instituições públicas consultadas

Academia Maranhense de Letras, MA

Arquivo Público do Estado, MA

Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão

Biblioteca Pública Municipal Benedito Leite, MA

Casa de Cultura Josué Montello, MA

Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, MA

Acervos Particulares:

Acervo Diomar das Graças Motta, MA

Acervo Lílian Maria Saldanha, MA

Acervo Maria Regina Nina Rodrigues, MA

Acervo Valdefia de Moraes Rego, MA

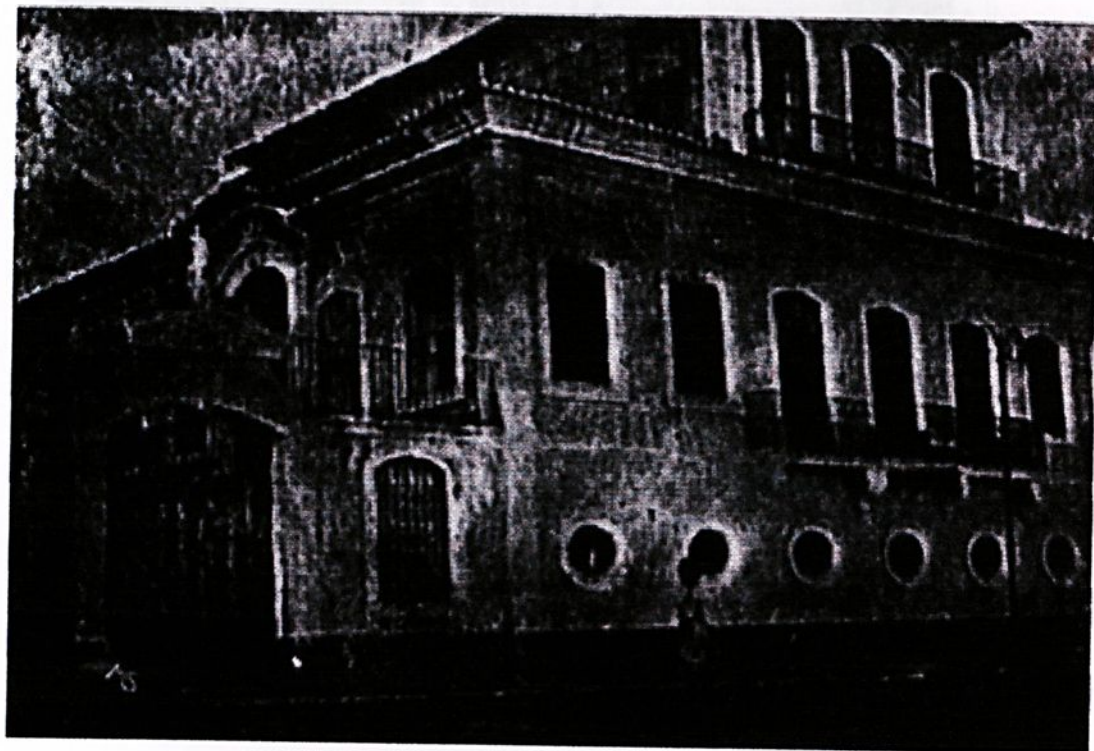
A Escola Normal de São João

1913

1913

Iconografia

A Escola Normal de São Luís



Aula de jardinagem no Jardim de Infância Decroly



Prática de Educação Física pelas alunas da Escola Normal de São Luís

Entrevista realizada em 14/09/99 e complementada em 12/10/2002.

ENT

Lima

ENT

1. Pale

sendo

meio

a Esco

1. Se



Escola dos Agostinhos, de onde que hoje é a Escola Técnica. Minha mãe, porém, nunca chegou a estudar ali, sempre foi dona de casa. Meu pai também estudou inicialmente particular para depois que se prepararam para entrar na Faculdade. Lembro do Dr. Carlos Medeiros, Dr. João Azeiteiro, de Minas e Coronel Celso Reis Portado, que depois foram figuras muito importantes e que estudaram particular com ele. Meu irmão mais velho, depois que concluiu o Liceu, também dava aulas particulares de Português. A família toda era ligada ao magistério. Uma das minhas irmãs fez Normal junto comigo, mas nunca terminou. A outra foi para o Liceu, mas depois continuou os estudos no Rio de Janeiro, onde acabou sendo professora de LFRJ.

3. E aí, o seu casamento teve alguma influência na sua carreira?

Logo que me formei fui que eu para casa de uma tia em Bacabal. Nessa época, meu pai havia morrido e já passávamos por dificuldades financeiras. Para ganhar, meu irmão mais novo acabou gravemente e minha mãe teve que viajar com ele para São Paulo, onde ficou por muito tempo. Então, como não ficava bem as filhas ficaram vestidas, foram distribuídas na casa de parentes. Foi uma das minhas irmãs, Rosângela, em Bacabal com uma tia. Lá conheci meu marido, Abel, e depois me casamos por 15 anos. Logo que casamos, ele dar aulas em casa, preparando lições de alunos. Era segunda, começava uma semana

Apêndice I

Entrevista realizada em 14/09/99 e complementada em 12/10/2002.

ENTREVISTADORAS: Lilian Saldanha e Naiacy de Souza Lima.

ENTREVISTADA: LUCY NEVES FALCÃO LEDA

1.Fale-me de sua vida familiar:

Nasci aqui em São Luís, em 1920. Minha família era constituída por seis irmãos, sendo três homens e três mulheres. Era uma família de classe média, e meu pai e minha mãe tinham um bom nível de instrução para aquela época, pois todos dois tinham cursado a Escola Normal. Morávamos na Rua das Hortas.

2.Seus pais sendo professores exerceram o magistério?

Meu pai foi professor por muito tempo. Ele ensinava matemática e desenho na Escola dos Aprendizes Artífices que hoje é a Escola Técnica. Minha mãe, porém, nunca exerceu o magistério, sempre foi dona de casa. Meu pai também ensinava matemática particular para alunos que se preparavam para entrar na Faculdade. Lembro do Dr. Carlos Macieira, Odorico Amaral de Matos e Coronel Celso Reis Furtado, que depois foram figuras muito importantes e que estudaram particular com ele. Meu irmão mais velho, depois que concluiu o Liceu, também dava aulas particulares de Português. A família toda era ligada ao magistério. Uma das minhas irmãs fez Normal junto comigo, mas nunca ensinou. A outra foi fazer o Liceu, mas depois continuou os estudos no Rio de Janeiro, onde acabou sendo professora da UFRJ.

3.E aí, o seu casamento teve alguma influência na sua carreira?

Logo que me formei tive que ir para casa de uma tia em Bacabal. Nessa época, meu pai havia morrido e já passávamos por dificuldades financeiras. Para piorar, meu irmão mais novo adoeceu gravemente e minha mãe teve que viajar com ele para São Paulo, onde ficou por muito tempo. Então, como não ficava bem as filhas ficarem sozinhas, fomos distribuídos na casa de parentes. Eu e uma das minhas irmãs ficamos em Bacabal com esta tia. Lá conheci meu marido, casei, e morei na cidade por 18 anos. Logo que casei comecei a dar aulas em casa, preparando lições de alunos. Em seguida, consegui uma nomeação

para uma escola municipal. O meu salário era quase todo para ajudar minha mãe com a doença do meu irmão, e o sustento dos irmãos que não trabalhavam.

4. Onde fez o curso primário e que lembranças tem deste período?

Durante um período fomos morar em Belo Horizonte, pois meu pai se meteu com negócios de comércio. Então estudei por lá alguns anos, mas terminamos voltando para cá e eu terminei o primário no Barbosa De Godóis, uma escola estadual que funcionava no mesmo prédio da Escola Modelo.

5- Mas não era a Escola Modelo?

Não. A Modelo funcionava só pela manhã. A tarde era outra direção. A diretora era D. Henriqueta Belchior.

6. Que lembranças têm desta escola?

Ah! Faz muito tempo. Não lembro muita coisa. Só sei que o prédio era onde funciona hoje a Faculdade de Odontologia, em frente à Igreja de São João. Mas o prédio não era como é hoje e chamava-se Palácio das Lágrimas. O ensino era seriado e o curso durava cinco anos.

7. Qual o horário de funcionamento?

Era das 13:30 às 17:30, mas tinha 10 minutos de recreio.

8. Lembra das matérias, do tipo de aula, dos professores?

Não, faz muito tempo e eu era criança. Lembro que haviam vigilantes na escola. Eu tinha uma tia que era vigilante, mas não eram como as de hoje. Eram pessoas que tinham um certo nível, educadas e muito respeitadas pelos alunos.

9. E então, quando terminou o Primário o que aconteceu?

Aí a gente tinha que fazer o exame de admissão para ir para o Liceu ou para o Complementar. E, em geral, quem ia para o Complementar era quem desejava seguir o Normal. Eu sonhava em ir para o Liceu, mas meu pai não deixou. Ele não aceitava muito as filhas irem para um colégio misto, onde ficavam misturadas com rapazes. Então, decidiu que eu e minha irmã iríamos para o Complementar e que seríamos professoras.

10. Quem fazia o Complementar podia também optar pelo Liceu?

Não me lembro muito bem. Não, só ia para o complementar quem iria fazer o Normal. Os que passavam no exame de admissão e não queriam fazer Normal, iam fazer o ginásio no Liceu e depois o Científico ou o Clássico, que corresponde hoje ao 3º grau. Lembro que, em 1937, houve uma lei que permitia aos alunos do 2º ano do ginásio do Liceu se matricularem direto no 3º ano Normal.

11. E houve interesse dos alunos do Liceu em se transferirem para a Escola Normal?

Veio muita gente. Até rapazes. Eu me lembro do Caetano Jorge, das irmãs Melo Pinheiro e de outros. Esta turma de 1937 foi a maior de todas. Quase 50 alunos se diplomaram no final.

12. E continuou vindo gente todo ano do Liceu para a Normal?

Não me lembro muito bem, mas parece que foi só esse ano mesmo.

13. Onde funcionava o Curso Complementar?

No próprio prédio da Escola Normal, que era na praça Gonçalves Dias, onde é hoje a Reitoria da Universidade. Neste prédio, funcionava o Curso de Aplicação, o Curso Complementar e a Escola Normal. O Curso de Aplicação funcionava no porão e o Complementar, no Mirante.

14. Que matérias vocês davam no Complementar?

Eram as mesmas do primário. Era um reforço de Português, Matemática, Geografia, História e Trabalhos Manuais, onde a gente aprendia bordados e tecelagem. O diferente era que, no Complementar a gente tinha um professor para cada matéria, enquanto no primário, era um só professor para tudo.

15. Quanto tempo durava o Complementar? Como se dava a passagem para a Escola Normal?

Durava só dois anos. A gente passava direto para o primeiro ano Normal. Não tinha mais nenhum tipo de seleção, que era o exame de admissão para ingressar no Complementar.

16. Os alunos do complementar eram todos do sexo feminino?

Quando eu fiz, tinham dois rapazes, que eram irmãos. Um morreu em um desastre e nem chegou a terminar e, o outro, preferiu ir para o Liceu. Em geral, era só mulheres que vinham para a Normal. Era raro um rapaz vir.

17. Em que período cursou o Complementar e o curso Normal?

Deixa ver... o complementar foi em 1934 e 1935. O curso Normal durava cinco anos, então foi de 1936 a 1940.

18. Quem dirigiu a escola neste período?

Quando cheguei, era o Professor Luís Rego. Depois ele saiu e ficou dona Maria do Carmo Teixeira, D. Teixeira como a gente chamava.

19. Lembra por que Luís Rego saiu? Que lembranças tem dele?

Olha, não lembro muito bem. Parece que ele saiu porque ele abriu um colégio. Ele era adorado pelas alunas. Era comunicativo, quando nos encontrava nos corredores sempre dizia: "Bom-dia professoranda!". Já D. Teixeira era o oposto: fechada, carrancuda e brigava muito. Sentimos muito a mudança.

20. Qual o horário de funcionamento da Escola Normal?

Era o dia todo. Das 7:30 as 11:30 e das 2 da tarde até as 5 horas.

21. Que matérias vocês cursavam?

Não vou me lembrar de todas... Lembro de Física, Química e História Natural, que tinha uma parte prática em que a gente ia aos laboratórios. Lembro de Trabalhos Manuais, onde se aprendia Pintura com Mirtes Passarinho, e também aprendíamos bordados. Tinha Português, Matemática, História, Geografia, Didática, com D. Maria do Carmo Teixeira, e Metodologia, com D. Maria Helena Rocha; História da Educação e Psicologia, esta com D. Zélia Campos. Higiene e Puericultura, com Dr. Bacelar Portela e depois mudou para Dr. Geraldo Melo. Ah!, tinha também a aula de Agricultura, que era para preparar a professora que iria trabalhar no interior, na zona rural.

23. Como era essa aula de Agricultura?

Tinha uma parte teórica e outra prática. O campo da prática era atrás da Escola Normal, onde hoje funciona o Hospital Dutra, ou parece que hoje é chamado de Universitário. A gente colocava um chapéu e ia para lá carregando os instrumentos: pá,

facção, enxada. Aprendíamos a plantar, cuidar, pulverizar contra as pragas. O professor era Alexandre Viveiros. Ele, de vez em quando, levava um agrônomo para nos orientar melhor. Lembro de um que foi só para ensinar a combater pragas do algodão. Lá, a gente plantava algodão, arroz, milho, feijão e mandioca. Lembro que quando havia colheita do milho era uma farra. A gente levava o milho para a Escola Normal e as vigilantes faziam canjica, pamonha, etc. para todos.

24. Fale dos Laboratórios que existiam na Escola

Tinha o de Física, de Química e de História Natural. A gente tinha toda semana uma aula prática nos laboratórios.

25. O que havia nesses laboratórios? Como eram essas aulas práticas?

No de História Natural tinha um boneco em tamanho natural, que a gente abria e via todos os órgãos. Tinha insetos e animais empalhados. O de Química, havia muitas substâncias para fazermos as reações. Lembro que o professor nas primeiras aulas ficava ensinando todos os cuidados que a gente tinha que ter, até a rolha dos frascos a gente tinha que pegar com pinça e colocar com a parte que estava em contato com os líquidos, para cima.

26. E a metodologia dos professores, você considera que era tradicional?

Tinha muita aula expositiva. Marcavam dissertações para estudarmos, era muito tradicional. Mas tinha umas novidades, como as aulas de Educação Física onde fazíamos ginástica, jogávamos vôlei e basquete. Havia o grêmio, que montava representações artísticas de canto e poesia e, em geral, eram apresentadas no fim do ano. E a gente aprendia muitas novidades para empregar nas escolas quando fôssemos ensinar.

27. Por exemplo?

Trabalhar o ensino através de Centro de Interesse. Isso era até exigido quando a gente ia fazer prova de tirocínio.

28. Que era essa prova de tirocínio?

Era uma aula que a gente tinha que dar ao final de todo o curso e que podia nos reprovar. Era o terror de todo mundo. Na véspera era sorteado o Centro de Interesse, que era um tema que devia ser relacionado com todas as aulas. Depois, sorteavam para ver que

matéria a gente ia dar aula, e finalmente, o assunto da aula. Em geral, a cada dia três ou quatro do mês, professorandas davam sua aula que era assistida pelos professores, diretora, Inspetor da Instrução, familiares e alunos da escola. Para esta aula, a gente tinha que levar material para os alunos, dentro daquele tema. Se a aula fosse sobre plantas, eu tinha que levar, por exemplo, um grão de feijão germinando, folhas, flores, etc. Se era sobre peixes, tinha que levar peixe para mostrar para o aluno. Mas, o pior era encaixar a aula dentro do Centro de Interesse. E tinha umas regras que a gente deveria obedecer, como apagar o quadro sem fazer poeira e sem ficar de costas, e outras coisas que não me lembro.

29. E para se preparar para o tirocínio vocês tinham Prática de Ensino?

Tínhamos, sim. A gente dava aulas no Curso de Aplicação, no Jardim Decroly, que ficava lá perto, depois da Igreja dos Remédios, e íamos também dar aulas nas escolas públicas. Tinha que dar, pelo menos, uma aula de cada matéria e nas diferentes séries.

30. Lembra de algumas idéias pedagógicas que eram estudadas por vocês?

Idéias pedagógicas? Explique melhor...

31. Por exemplo, vocês estudaram alguma coisa sobre Dewey que era um grande intelectual e que nos Estados Unidos publicou muita coisa sobre o ensino?

Não. Sobre ele, não me lembro. Mas a gente estudou alguma coisa sobre aquela que trabalhava com crianças excepcionais. Não me lembro o nome agora...

32. Seria Maria de Montessori?

Isso! Ela mesma. Também estudamos Decroly. Talvez tenha estudado outros, mas que não consigo lembrar.

33. Os alunos da Escola Normal eram de que classe social?

A maioria era de classe média. Havia alguns poucos que eram da classe alta e me lembro de pelo menos uma colega de classe que era muito pobre. A mãe trabalhava em casa de família.

34. Quando terminavam o curso, vocês recebiam o certificado, não?

Como era esta solenidade?

Ah! Era cheia de pompa. A minha foi no auditório da Assembléia Legislativa. Muitas autoridades estavam presentes.

35. Bom, você já falou como se deu o início na profissão. Começou ensinando particular em Bacabal e depois foi nomeada para uma escola municipal. E depois?

Consegui uma nomeação para uma escola do estado que pagava melhor. Uma amiga, que ensinava lá, se transferiu para São Luís. Neste tempo, o Luís Rego era Diretor da Instrução e ele me conhecia da Escola Normal e sempre gostou muito de mim. Então, eu vim a São Luís e pedi a vaga para ele, que não colocou nenhuma dificuldade.

36. Fazer o magistério não foi uma escolha sua, mas uma imposição do seu pai. Como se deu essa relação sua com a sala de aula?

Nunca gostei muito. Mas sempre cumpri com meu dever. Sempre me esforcei para que os alunos aprendessem. Mas não demorei muito em sala de aula. Fui logo indicada para a Direção da Escola, e nela permaneci por muitos anos.

37. Como se deu a indicação para a Direção?

Não me lembro, mas acho que foi influência política. Meu marido nesta época já estava envolvido com política. Foi vereador e prefeito duas vezes. Então acho que teve o dedo dele no meio...(rindo)

38. Que lembranças têm da época em que foi diretora?

Tinha um bom relacionamento com professores, mas os alunos me achavam muito rígida. A escola era muito organizada. Os alunos chegavam e ficavam no pátio. Às 7:30 tocava a campainha e eles formavam por sala, cantavam um hino, perfilados, e iam para as salas, em silêncio. Mas a escola era muito pobre. Faltava material e até carteiras. Teve uma época que alguns alunos traziam bancos de casa para sentar. E houve um dia que metade do prédio desabou na hora da aula. Foi um pânico geral. Alguns alunos quebraram pernas, braços, tiveram ferimentos, mas por milagre não houve morte e ninguém ficou paralisado ou coisa parecida. Só aí o governo do estado reconstruiu a escola, que ficou mais decente. Mas o ensino era de qualidade. Nossos alunos saíam com uma boa base, não é como hoje, que saem semi-analfabetos.

39. E permaneceu só nesta escola?

Não. Meu marido se elegeu deputado e nos mudamos para São Luís. Então vim transferida para a capital, onde fui diretora do Grupo Escolar Almeida Oliveira, que funcionava em frente à Igreja de São Pantaleão.

40. Como avalia esta mudança em relação a sua profissão?

Foi ruim. No interior a professora tinha um prestígio que aqui na cidade ela não desfrutava. Os alunos da capital eram insubordinados; os de Bacabal eram muito mais educados e de um nível social melhor. Além disso, a escola tinha um sério problema de falta de água, que me deixava louca. Frequentemente os banheiros eram interditados e os alunos quando queriam ir ao banheiro, iam para suas próprias casas. Os que moravam perto, voltavam. Os que moravam longe, não. A gente padecia com o mau cheiro dos banheiros. Um horror que nem gosto de lembrar.

41. E quanto tempo ficou nesta escola?

Uns três anos ou pouco mais. Foi minha última experiência no magistério. Nesta época, um deputado federal, Miguel Bahury, queria se reeleger e contava com o apoio político de meu marido. Aí, eu pedi para ele me arranjar um emprego melhor, pois não agüentava mais aquela situação e o baixo salário. Foi então que, para minha surpresa, ele conseguiu uma nomeação para trabalhar no IBGE, onde fiquei até me aposentar. Até hoje rezo por ele, que morreu pouco depois num desastre de avião.

42. Quer dizer que o salário era muito baixo?

Sempre foi. Professor primário nunca ganhou bem, que eu saiba. Sempre foi uma miséria.

43. Durante sua vida profissional em algum momento teve oportunidade de fazer algum curso de atualização, reciclagem...

Não. Neste tempo quase não havia isso.

44. Participou de alguma associação, agremiação educacional, etc.

Também não. Nem me lembro se existia alguma coisa deste tipo

45. Lembra se no seu tempo de estudante havia algum jornal ou publicação que tivesse alguma seção destinada à educação?

Não me lembro. Acho que não havia

46. Quantos anos afinal passou exercendo a atividade do magistério?

Ao todo acho que foram uns 20 anos. Não tenho muita saudade. Sinto saudade do IBGE.

Apêndice II

Entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2003

Entrevistadora: Naiacy de Souza Lima.

Arnoldo Oliveira Vieira.

1. Fale-me um pouco da sua vida familiar.

A minha família veio da cidade de Codó quando eu ainda era muito pequeno, éramos sete irmãos. Um dos motivos que levou minha família a se mudar, era a possibilidade de dar uma educação melhor para os filhos, na capital. Éramos da classe média, nossa situação financeira era estável. Meu pai tinha fazendas e cabeças de gado, mas um dos sonhos do meu pai era ter ao menos um filho "doutor", pois ele mal tinha o primeiro grau:

2- E como foi a vida aqui em São Luís, era o que esperavam?

Mudamos para a capital em 1928, como nasci em 12 de dezembro de 1927 tinha ainda poucos meses. Fora às terras e as cabeças de gado que tinha no interior, meu pai passou a trabalhar com comércio, aqui na capital. Abriu e contratou funcionários para tomar conta.

Não me lembro, porque era muito pequeno, mas do que lembro isso lá pelos meus oito anos é que minha mãe parecia gostar mais de São Luís, apesar de ter saudades de parentes que deixou no interior, mas sempre íamos lá para visitar e passar férias. Era muito divertido passear a cavalo na fazenda do meu pai, são as melhores lembranças da minha infância. Adorava visitar minha avó, minhas tias e meus primos, no interior. Meu pai, apesar de sempre ter morado no interior, era bem relacionado na capital, conhecia muitas pessoas e era amigo de alguns políticos.

3- E a vida escolar?

Fiz o meu primário na década de 30 no Colégio São Luís, que era um colégio particular. O dono era Luís (de Moraes) Rego e um outro sócio que, não lembro quem era. Na época que eu entrei (1937), o diretor era o próprio Luís (de Moraes) Rego que era também conhecido do meu pai, pois além de professor, ele era muito ligado à política e, até por isso mesmo, sendo o diretor, eu lembro que às vezes quem tomava conta eram outras pessoas. Quem mais ficava

era o professor Jacinto Moraes, que também era nosso diretor e parente de Luís Rego, não lembro agora se era primo, pois a família tinha muitos professores

4- Lembra dos professores como eram as aulas?

Das professoras, lembro muito pouco, pois já têm muito tempo. Gostava muito de uma na quarta série que não lembro o nome, já não era muito jovem, era muito magrinha e também muito séria durante as aulas, cobrava uma letra caprichada, mas quando nos encontrava na rua sempre nos cumprimentava com bastante educação. Aliás, o Luís Rego também era assim, sempre cumprimentava os alunos e era muito educado.

O que eu mais gostava era das excursões, sempre tinha um passeio, e depois tínhamos que escrever sobre isso. Também lembro que trabalhavam com um tema para as aulas. Como chamavam, não lembro, mas era assim: tinha um mês em que só se falava sobre alimentos, faziam exposição, então as aulas eram sobre um mesmo assunto.

5- Centro de Interesse?

Não lembro como chamavam, mas quando tinha um passeio as aulas também eram sobre isso, se falava do passeio.

6- Lembra de algum desses passeios em particular?

Lembro de um que foi em uma tecelagem, que até fechou. Nós passeávamos em volta das máquinas com muito cuidado, não podíamos mexer em nada e levávamos um caderno para anotar as perguntas.

7- E os seus irmãos também estudavam no Colégio São Luís?

Minhas irmãs também fizeram o primário no Colégio São Luís, mas elas estudavam em outro horário, pois de manhã era só pra meninos e, à tarde, é que as meninas estudavam. Em muitas escolas era assim, e se fosse diferente os pais não deixavam, pois não queriam que meninas estudassem junto com meninos.

8- E depois, quando terminou o primário?

Aí fui fazer o exame de admissão. Mas ao contrário de alguns amigos meus, não fui fazer o ginásio no Liceu, continuei no Colégio São Luís. Só depois é que fui fazer o Científico no Liceu.

9-E as suas irmãs também continuaram no Colégio São Luís?

Tinha duas irmãs mais velhas. Uma parou de estudar porque se casou, e a outra foi fazer o Complementar e depois o Normal. Infelizmente, ela morreu antes de concluir o curso, afogou-se em um passeio de canoa, quando fomos ao interior. Minha mãe ficou muito triste na época, não queria mais sair de casa, não tinha ânimo pra nada, foi uma tragédia que marcou muito a família. Várias amigas e professores da minha irmã vieram até nossa casa dar os pêsames, pois ela era muito querida e boa aluna, ao contrário da maioria dos irmãos, que contrariando os desejos do meu pai, largaram logo os estudos para cuidar da vida. Só dois se formaram, eu que fiz técnico em eletricidade e depois fui trabalhar na CEMAR, e meu outro irmão que fez Química e depois virou farmacêutico. Este fez o exame de admissão e foi estudar no Liceu.

10- E como foi o seu ginásio?

Só continuei no São Luís, porque meu pai era amigo da família de Luiz Rego, mas também porque não era um aluno muito aplicado, achavam que eu não ia conseguir acompanhar o ritmo puxado do Liceu, que era tido como a melhor escola de São Luís. Na verdade, eu não gostava muito de estudar, queria mesmo era trabalhar.

Mesmo assim, gostava do jeito de ensinar no Colégio São Luís, dos passeios, excursões, mas os professores eram também muito exigentes (apesar de achar que não tanto quanto no Liceu), passavam muitos deveres e faziam muitas provas, tinha pavor dos testes orais, dessa parte eu não gostava. Também gostava de participar de peças, dramatizações, os professores organizavam muito esse tipo de atividade e sempre gostei muito de falar, nunca fui envergonhado, então acabavam me chamando para discursar essas coisas.

Tinha também o Grêmio, me convidaram para participar uma vez, mas dava muito trabalho, mas muitos dos meus amigos eram do Grêmio Estudantil.

11- Do que mais se lembra?

Nessa época ao contrário de hoje as escolas particulares não eram muito bem vistas. Lembro que meus colegas e os pais de alguns falavam muito mal do Colégio São Luís, pois diziam que lá não era tão rigoroso quanto o Liceu, pois esses métodos novos de ensino não serviam. As pessoas criticavam muito, diziam que assim não se aprendia nada. Quando fui para o Liceu lembro que tinham alguns professores que nutriam um certo preconceito por mim, pois achavam que eu não era muito capaz por não ter feito o ginásio no Liceu. Os professores do Liceu se achavam os melhores e realmente muitos deles eram bons, mas a disciplina era muito rígida. Como eu fiz científico, pois queria trabalhar com eletricidade, lá havia laboratórios que usávamos, tinham alguns equipamentos que só podíamos mexer com expressa autorização dos professores. Nas aulas de química tinha uma série de instruções que deveríamos seguir para lidar com os tubos e materiais, como manusear, limpar bem as mãos depois da aula, em alguns casos usar luvas e tinha produtos que não podíamos mexer.

12- E no Colégio São Luís tinha algum laboratório ou algo do tipo?

Sim, pois no ginásio tínhamos aula de Química, mas não era tão equipado quanto o do Liceu, e as instalações também eram melhores. O Colégio São Luís, na época em que estudei, funcionava em um sobrado na Rua do Giz. Mas, tinha algumas escolas que realmente funcionavam em prédios velhos. Lembro que, quando eu era pequeno, contavam uma história sobre uma escola que a cozinha desabou e por pouco não matou os alunos. Às vezes brincávamos que isso ainda aconteceria com o Colégio São Luís, mas era um pouco de exagero nosso. Além de laboratório de Química, lembro que no São Luís tinha um espaço onde funcionava uma pequena biblioteca, e um outro que era uma espécie de museu, onde tinha alguns trabalhos expostos pelos alunos, artesanatos, bordados feitos pelas alunas e fotos de excursões. Lembro que, quando já estava terminando o ginásio, os alunos do Grêmio

estudantil estavam organizando a criação de um jornalzinho, mas não sei e nem lembro se chegaram a criar mesmo.

Outras coisas não lembro, pois já faz muito tempo, mas gostava de estudar lá, no São Luís. Mesmo não sendo um aluno tão aplicado, ainda assim consegui terminar meus estudos, o que foi muito bom, pois consegui logo um trabalho, apesar de ter contado também com um pouco de influência do meu pai, que na época, me deu uma força junto a alguns amigos políticos, mas isso, na época, era bastante comum. Fui trabalhar na Companhia de Eletricidade do Maranhão, que hoje é chamada CEMAR. Fiquei bastante tempo e só larguei quando me aposentei, em 1990. Hoje não faço muita coisa, só assisto televisão e visito meus filhos e netos. De vez em quando saio com alguns amigos antigos pra conversar sobre a vida.

Durante sua carreira no magistério lecionou na Escola Primitiva Normal, do sexo masculino, sua primeira instituição para o cargo de professor. Em 1907, foi designado para o cargo de professor de Física e Química do Curso Normal, que funcionava no Largo Maranhense, e ali permaneceu por quase vinte anos, quando solicitou transferência, visto ter sido nomeado professor paterno de Física e Eletrotécnica da Escola Técnica Federal do Maranhão, em 1920. Exerceu também o magistério em outras unidades escolares de São Luís, como o Colégio Gilberto Costa, o Colégio Ceres e o Colégio Santa Teresa, todas de natureza privada. Logo após sua formação como farmacêutico-químico, foi bastante requisitado para as disciplinas novas áreas, no final da década de 1920.

A partir de 1930 sua atuação extrapolou os espaços da sala de aula sendo uma figura política importante na reforma da educação do estado. Sua atuação estendeu-se restauração da Escola Normal de São Luís. Em 1932, foi convidado, pelo então Diretor da Educação Pública - Dr. Luis Viana -, para exercer o cargo de Diretor da Escola Normal e, durante dois anos de administração, criou a Escola Normal do Estado, em substituição ao então antigo estabelecimento, e instalou o Curso de Aplicação, para as práticas pedagógicas dos alunos, quando, em 1938, foram realizadas na Escola Modelo Benedito Leite. As mudanças da estrutura educacional e a permanência sua expansão, bem como a propagação do escolanovismo na cidade, por as oportunidades foram instalados um horta botânica, quadras para jogos e jogos de salão (basquete, vôlei, croquet para homens etc.) além da expansão do jardim de infância.

Defensor da escola ativa e adepto de John Dewey e Ovide Decroly implementou a Cooperativa Escolar, o Banco Escolar, o Museu Escolar, Biblioteca, e Clube Literário, Clube

Apêndice III

Esboço biobibliográfico de Luís de Moraes Rego.

Nasceu em São Luís, no dia a 28 de outubro de 1906 e faleceu na mesma cidade, em 7 de fevereiro de 1987. Fez o curso primário na Escola Modelo Benedito Leite e o curso Normal na Escola Normal Primária da professora Rosa Castro. Em 1923, prestou os exames no Liceu Maranhense, em 1923, por força da equiparação. Em 1926, tomou-se farmacêutico-químico pela Escola de Farmácia do Maranhão. Também, no ano de 1926, ingressou no magistério, como professor da Escola Normal Primária Rosa Castro, estabelecimento da rede privada, onde havia concluído os estudos secundários.

Durante sua carreira no magistério lecionou na Escola Proletária Noturna, do sexo masculino, sua primeira nomeação para o cargo de professor. Em 1931, foi designado para o cargo de professor de Física e Química do Curso Normal, que funcionava no Liceu Maranhense, e nele permaneceu por quase vinte anos, quando solicitou exoneração, visto ter sido nomeado professor padrão de Física e Eletrotécnica da Escola Técnica Federal do Maranhão, em 1950. Exerceu também o magistério em outras unidades escolares de São Luís, como o Colégio Gilberto Costa, o Colégio Cisne e o Colégio Santa Teresa, todos da rede privada. Logo após sua formação como farmacêutico-químico, foi bastante requisitado para as disciplinas nessas áreas, no final da década de 1920.

A partir de 1930 sua atuação extrapolou os espaços da sala de aula sendo uma figura política importante na reforma da educação do estado. Sua atuação resultou na reestruturação da Escola Normal de São Luís. Em 1932, foi convidado pelo então Diretor da Instrução Pública - Dr. Luís Viana -, para exercer o cargo de Diretor da Escola Normal e, em apenas dois anos de administração, criou a Escola Normal do Estado, em substituição ao curso que administrava, e instalou o Curso de Aplicação, para as práticas pedagógicas dos alunos, que desde 1899 eram realizadas na Escola Modelo Benedito Leite. As mudanças da estrutura administrativa permitiram sua expansão, bem como a propagação do escolanovismo no Estado, pois na oportunidade foram instalados um horto botânico, quadras para ginástica e jogos de salão (basquete, vôlei, croqué para barras etc.), além da expansão do jardim de infância.

Defensor da escola ativa e alegre de John Dewey e Ovide Decroly implantou a Cooperativa Escolar, o Banco Escolar, o Museu Escolar, Biblioteca, e Clube Literário, Clube

de Ciências, além das Seções de Escotismo e Comercial, buscando desenvolver princípios de autogoverno, liberdade e responsabilidade entre os alunos, fortalecendo-lhes o caráter e favorecendo-lhes as iniciativas.

Em 1935, deixou a direção da Escola Normal de São Luís alegando questões políticas que feriam a integridade do estabelecimento.

Em 8 de setembro de 1934, com o Dr. Luís Viana, fundou o Colégio de São Luís para alunos dos dois sexos, no qual foi Diretor até 1977, quando se aposentou.

Ao assumir o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública, em 1941, época em que o Maranhão estava sob a Interventoria Federal do Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, pôs em prática o ideário da Escola Nova, por meio de iniciativas como: criação de uma Seção de Orientação e divulgação de questões educacionais; Clube Pedagógico e Clubes Agrícolas; instituição de concursos de cálculo, horário de leitura, momento educacional, intercâmbio escolar (entre alunos do interior e de outros Estados), honrosa distinção (viagem ao Rio de Janeiro de alunos que se destacavam); torneios esportivos; publicação da *Revista Educação* e ao *Jornal do Estudante*. Ao lado das numerosas escolas primárias e secundárias, foram criadas uma escola para leprosos e outra para formação agrícola. Procurou administrar beneficiando o maior numero possível de cidadãos.

Presidiu, entre os anos de 1940 a 1945, a direção da Fundação Paulo Ramos que possibilitou a reativação dos Cursos de Direito, Farmácia e Odontologia. Participou da criação da Faculdade de Filosofia, que depois se tornaria a Universidade Federal do Maranhão. Em 1953, com a criação da Faculdade passou a lecionar no Curso de Pedagogia a disciplina Administração e Prática de Ensino, seguindo-se Planejamento e Administração Escolar e, por último, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1ª e 2º graus, solicitando sua exoneração em 1976.

Ainda na UFMA, contribuiu para a criação do Curso de Formação Pedagógica destinado a graduados do Ensino Superior, em 1970 (que é oferecido até hoje, ininterruptamente, com a denominação atual de Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, CEMES), sendo ele seu coordenador; prestou assessoramento ao Gabinete do Reitor no período de 1975 a 1978, quando lhe foi concedida à dignidade universitária de Professor Emérito pela UFMA, no ano de 1978.

Entre os anos de 1952 a 1970 exerceu a função de Inspetor Regional do Ensino Comercial (Estados do Maranhão e do Piauí). Com a reforma do quadro de pessoal do MEC,

assumiu o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, no qual se aposentou em 1977.

Além da atividade no magistério, Luís de Moraes Rego foi membro da Academia Maranhense de Letras e publicou vários livros sobre educação. Por seu intermédio, o professorado maranhense a partir da década de 1930, tomou conhecimento do pensamento de educadores do porte de John Dewey, Jean-Jacques Rousseau, Ovide Decroly, Maria de Montessori, Adolphe Ferrière e Edward Claparède, entre outros, constantemente citados em suas obras. Além de defender e divulgar o pensamento dos pioneiros da educação, como Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, entre outros.

Livros

Meu desejo de ser útil (1934)

Constitui na verdade um relatório onde Luís Rego presta contas da sua atuação enquanto Diretor da Escola Normal. É revelado logo na apresentação, escrita por Luís Viana (amigo pessoal de Luís Rego), que este foi um dos responsáveis pela sua nomeação para o cargo de Diretor desta instituição de ensino, havendo indicado o seu nome para ocupar esta função.

Tal relatório foi apresentado ao Interventor do Estado. A elaboração de relatórios era uma exigência legal da época se constituindo em uma verdadeira obrigação.

Luís Rego aproveitou o ensejo para traçar um vivo quadro da Escola Normal da época, tanto no que se refere aos aspectos físicos quanto didático-pedagógicos. Tomamos ciência assim da forte influência do ideário escolanovista que se engendrava no cotidiano da Escola Normal. Em alguns trechos do livro, ele faz clara defesa à “nova educação”, além de esboçar o perfil de professor que a Escola Normal deveria formar, assim como o papel da Escola e da Educação dentro da sociedade maranhense.

Educação e ensino (1935)

Nesta obra, Luís Rego fala mais uma vez sobre os problemas da Educação e evoca o pensamento educacional da época, numa clara defesa ao ideário pedagógico escolanovista frente à educação tradicional, vista como autoritária e castradora.

A nossa sociedade e a nossa educação (1935)

Na forma de um ensaio político-social sobre a Educação Maranhense, constitui uma colaboração à 6ª Conferência Nacional de Educação, presidida pelo educador brasileiro Lourenço Filho, no ano de 1933 em Fortaleza no Ceará. Foi lido ainda por ocasião da sessão de entrega de diplomas aos normalistas, no mesmo ano.

Neste ensaio, Luís Rego tem como enfoque mais uma vez os problemas concernentes à educação. Fala da sua importância para a sociedade retratando-a como o único meio possível de “redenção social”.

Traça um perfil da sociedade brasileira calcada na postura ideológica dominante na época, ou seja, com base na visão positivista determinista biológica das raças, onde se definia o caráter do brasileiro a partir de um perfil pré-definido e atribuído as três “raças” constituintes do nosso povo: o branco europeu, o negro e o indígena.

Tais qualidades “heteróclitas” e a questão da imensidão territorial do Brasil são apontadas pelo autor como causas da nossa suposta dificuldade de integração, enquanto povo e a nossa vexante inferioridade. A Educação é vista então como meio único de mudança social, numa clara demonstração do “otimismo pedagógico”.

É importante, contudo, ressaltar que essa visão determinista-positivista acerca da sociedade da época era muito comum, não constituindo nenhum estranhamento que Luís Rego apresentasse tais concepções.

Questões de Educação: contribuições aos problemas educacionais maranhenses (1938)

Como o próprio título afirma, tal obra pretende ser uma contribuição de Luís Rego no sentido de entender e solucionar os problemas educativos maranhenses. Foi igualmente fruto de sua participação na VI Conferência Nacional de Educação, onde participou enquanto representante do Maranhão. O evento aconteceu em 1934, no Ceará, sendo presidido por Lourenço Filho. Houve durante o congresso uma apresentação parcial desse documento, que seria posteriormente publicado em 1938. O prefácio da obra foi mais uma vez escrito pelo Dr. Luís Viana, onde o mesmo faz alusão à contribuição de Luís Rego à remodelação da Escola Primária no que diz respeito à sua atuação enquanto Diretor da Escola Normal.

Moraes Rego traça aqui um breve panorama do quadro educacional maranhense inclusive no que concerne à carreira do professor, a sua baixa remuneração, onde é possível

perceber que essa questão já constituía um grave problema na época. Sendo assim, ele conclama a uma maior valorização da figura do professor, além de uma melhoria na sua remuneração, como fator imprescindível a igual melhoria da educação.

Outras questões abordadas dizem respeito à organização da Escola Normal da época, inclusive no que se refere ao currículo. Outros tópicos ainda falam de questões como o problema da avaliação e a exigência de maiores investimentos no que se refere à educação por parte do governo. Problemas estes ainda hoje plenamente atuais e constantemente alvos de inquietações.

Cultura e Educação (1980)

Última obra de caráter educacional escrita por Luís Rego, onde o mesmo discorre sobre o valor e a importância da cultura e da Educação para a sociedade maranhense e brasileira, destacando a importância de se combater o analfabetismo e expandir a educação com vias de atingir o progresso da nação.

Relatórios:

Entre os relatórios publicados por Luís Rego cabe ainda ressaltar o referente a sua ação como Diretor Geral da Instrução Pública, onde presta contas da sua administração ao Interventor Federal, Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, na data de 03 de março de 1942. Outro importante documento elaborado por ele diz respeito ao seu afastamento do cargo de Diretor da Escola Normal cujo título “Razões porque deixei a Diretoria da Escola Normal: em defesa da integridade do Estabelecimento”, deixa clara as intenções de expor seus motivos para requisitar o afastamento dessa função, o que fez na data de 02 de agosto de 1935, através desta carta entregue ao Dr. Aquiles Lisboa, governador do Estado neste período.

Periódicos:

Além dos livros publicados Luís Rego costumava escrever artigos e proferir discursos e debates que eram publicados nos jornais e periódicos maranhenses da época. Entre os quais podemos citar *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial*, *Tribuna*, *Folha do Povo*, *Pacotilha*, *O Livro*, *Diário do Norte*, *Revista Maranhense*, *O Globo*, entre outros.

Outras publicações:

Consta que Luís Rego, além de obras ligadas a educação, tenha escrito alguns contos e poesias que teriam sido publicados pela Academia Maranhense de Letras, entretanto esse material não foi localizado. Apenas ficaram registradas algumas poesias publicadas em jornais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LIMA, Naiacy de Souza. **Luís Rego: Marcos de uma trajetória**. 1999. 79p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

MORAES, Jomar. **Bibliografia Crítica da Literatura Maranhense**. São Luís: departamento de Cultura do Maranhão, 1972.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional do Maranhão**. Niterói, 2000. Tese (Doutoramento em Educação).

Apêndice IV

Esboço biobibliográfico de Luís Lobato Viana

Nascido em 1889, na cidade de São Bento, interior do Maranhão, Luís Viana, além de médico, jornalista e político, foi também professor. Estudou na Escola Normal, no período em que esta funcionava anexada à Escola Modelo. Depois de formado, seu primeiro cargo foi como professor em uma escola recém criada na sua cidade-natal. Após conseguir uma transferência para a capital, recebeu uma bolsa para estudar Línguas durante dois anos na Europa, com o objetivo de lecionar na Escola Normal, o que não se realizou em virtude de dificuldades financeiras do Estado. Foi então nomeado para o cargo de vice-diretor da Imprensa Oficial. Nesse período, lecionava no secundário. Quando surgiu a oportunidade, viajou ao Rio de Janeiro com o objetivo de cursar a Escola Nacional de Medicina. Após sua formatura, retornou ao estágio de dois anos em Manguinhos, obtendo excelentes resultados. Em 1923, retornou a São Luís para trabalhar na filial local do Instituto Oswald Cruz, em caráter efetivo. No mesmo ano, foi convidado para dirigir a Escola de Farmácia e ensinar Microbiologia. Prestou brilhante concurso para a cadeira de História Natural do Liceu Maranhense, indo, em seguida, para o Instituto Butantã, em São Paulo, permanecendo lá um ano. Na capital paulista, escrevia crônicas para o jornal *O Estado de São Paulo*. Em 1929, mudou-se para a cidade de Parnaíba, no Piauí, e lá lecionou no Liceu Parnaibano, além de ocupar, durante dois anos, o cargo de Diretor da Instrução Municipal. De volta a São Luís, exerceu o cargo de Diretor do Liceu Maranhense, e em seguida, foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública.

Em 1932, ainda no cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, propôs juntamente com o professor Luís de Moraes Rego, a criação da Escola Normal do Estado, em substituição ao Curso Normal que funcionava anexo ao Liceu, no que foram prontamente apoiados pelo interventor Serôa da Mota. Junto à Escola Normal, instalaram o curso de Aplicação para as práticas pedagógicas dos alunos. Em 1937, pôs em disponibilidade o cargo federal que exercia e mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, onde continuou seguindo a carreira de médico e professor e de onde mantinha correspondência com Luís Rego, trocando inclusive notícias sobre aspectos pedagógicos.

Em 1966, entrou para a Academia Maranhense de Letras, sendo recebido em sessão especial, com um discurso proferido por Luís de Moraes Rego, que na ocasião enalteceu suas qualidades de educador, jornalista, médico e homem público. Veio a falecer em 1976.

Periódicos

Foi autor de uma crônica semanal no *Diário do Maranhão* intitulada *Segundas-Feiras*, onde invariavelmente escrevia sobre temas ligados à educação.

Também escrevia crônicas para os jornais maranhenses *A Pacotilha*, *Folha do Povo* e *a Tribuna*, e durante o tempo que viveu em São Paulo, escreveu crônicas para o jornal *O Estado de São Paulo*.

Também publicou matérias em várias revistas culturais maranhenses da época, como *Ateneida*, *Verbum* e *Revista de Estudos Maranhenses* criada por sua iniciativa.

Livros

Infinito pessoal (19-?)

Não consta data da publicação do trabalho nem foi localizado exemplar, apenas se sabe tratar de um livro de crônicas.

Subsídios de ortografia (19-?)

Também não consta data de publicação nem outros detalhes, sabendo-se apenas tratar-se de livro didático para o ensino da Língua Portuguesa.

Apêndice V

Esboço biobibliográfico de Zuleide Bogéa

Zuleide Violeta Fernandes Bogéa, nascida em 13 de outubro de 1887, mudou-se para São Luís com a família em 1889. Na cidade, cursou o Normal, concluído em 1913, quando o curso ainda funcionava na Escola Modelo, e Barbosa de Godóis era seu diretor. O evento de formatura, na época, ocorria com muita solenidade, contando com a presença de autoridades, como o próprio Governador do Estado.

Fez curso de Desenho e Pintura e chegou durante algum tempo a dedicar-se às Artes Plásticas. Sua primeira experiência no magistério foi no Instituto Maranhense, escola primária particular. Em 1920, fundou uma escola particular, chamada Colégio São Luiz Gonzaga, que funcionou até 1971, ocasião de sua aposentadoria. Além do seu trabalho na escola primária, também foi professora de Desenho na Escola Normal, durante o ano de 1934. Foi ainda diretora do Jardim de Infância Decroly, no ano de 1944.

Era política atuante, sendo a primeira deputada estadual maranhense eleita no ano de 1934 para a Constituinte Estadual, junto com Rosa Castro, pelo Partido Liberal, o mesmo de seu pai. Era também militante católica aguerrida e fazia parte da Sociedade das Filhas de Maria, chegando, inclusive, a participar de vários congressos em outros estados como Pará, Rio de Janeiro e Bahia. Também militava na Liga Eleitoral Católica.

Livros:

Cartilha de Luis (adotada durante muito tempo pelas escolas primárias do Estado do Maranhão)

Periódicos:

Escreveu em especial para a revista *União Católica de Moços*, pois a exemplo de Rosa Castro era militante católica bastante ativa. Nesse periódico escrevia também matérias de cunho educacional e fazia a defesa do ideário escolanovista.



Apêndice VI

Esboço biobibliográfico de Rosa Castro

Nascida na cidade de Caxias, interior do Maranhão, em 1882, mudando-se logo em seguida para São Luís, onde fez seus estudos primários na Escola Modelo e fez também o curso Normal. Foi professora de escola primária, sendo que, em 1916, a exemplo da amiga e professora Zuleide Bogéa, também criou uma escola particular, a Escola Normal Primária Rosa Castro, ainda em funcionamento. Atuou como professora de Didática na Escola Normal de São Luís, durante a década de 1930. Foi diretora da revista *A Escola*¹, periódico de divulgação de idéias pedagógicas e produção literária.

Era igualmente filiada ao Partido Liberal, por onde concorreu a cargos eletivos no Estado do Maranhão e militante católica, sendo membro da Liga Eleitoral Católica. Juntamente com Zuleide Bógea foi eleita a primeira Deputada Estadual do Maranhão, no ano de 1934, uma época conturbada na política maranhense, durante a crise provocada pela cassação do deputado Aquiles Lisboa.

Livros

Livro de Lúcia (1934)

Livro didático repleto de textos de ordem moralizante que era muito usado nas Escolas Primárias locais.

Periódicos

Além da revista *A Escola* da qual era diretora, também publicou artigos nas revistas *União Católica de Moços* e *Revista de Estudos Maranhenses*.

¹Não foram localizadas exemplares dessa publicação periódica apesar de ser mencionada pela imprensa da época.

Apêndice VII

Lista de Decretos Estaduais sobre Educação de 1930 a 1945 1930

Decreto nº 1297 22/01/1930	Cria mais uma cadeira de francês no curso normal do Liceu Maranhense.
Decreto nº 1299 04/02/1930	Cria três cargos de professoras primárias para o grupo destinado aos filhos dos operários da Companhia Fabril Maranhense, desta capital, e mais quatro escolas primárias nos municípios de Vitória do Baixo Mearim Cajapió, Ícatu e Penalva.
Decreto nº 1309 02/05/1930	Aprova o regulamento do Serviço de Saúde Escolar.
Decreto nº 06 14/10/1930	Cria o cargo de inspetor geral do ensino federal e estadual.
Decreto nº 252 02/03/1930	Constitui o governo Provisório do Estado do Maranhão e delibera sobre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
Decreto nº especial 09/10/1930	Cria, no curso primário da capital os cargos de desenho e prendas femininas.
Decreto nº 1299 30/01/1930	Criam escolas.
Decreto nº 1312 14/05/1930	
Decreto nº 1308 19/04/1930	
Decreto nº 1315 22/05/1930	
Decreto nº 1324 01/07/1930	
Decreto nº 1325 01/07/1930	
Decreto nº 1326 02/07/1930	
Decreto nº 1327 05/07/1930	
Decreto nº 1330 15/07/1930	
Decreto nº 1331 17/07/1930	
Decreto nº 1333 19/07/1930	
Decreto nº 1936 24/07/1930	

1931

Decreto nº 46 23/02/1931	Aprova o novo regulamento para o Ensino Primário do Estado.
Decreto nº 58 18/03/1931	Cria um cargo de professor auxiliar de inglês no Curso Normal do Liceu Maranhense.
Decreto nº 120 11/06/1931	Cria uma escola primária na casa dos Expostos e suprime a subvenção concedida A mesma instituição.
Decreto nº 148 30/07/1931	Equipara ao Curso Normal do Liceu Maranhense a Escola normal livre de Caxias
Decreto nº 162 14/08/1931	Modifica o Regulamento a que se refere o Decreto nº 46 de 23 de fevereiro deste ano
Decreto nº 171 15/09/1931	Extingue o cargo de Diretor Geral da Instituição Pública, anexando à diretoria de Estado a da Instituição e toma outras providências.
Decreto nº 68 31/03/1931	Introduz algumas alterações na forma do ensino do decreto 46 de 03/02/31.

Decretos 1932

Decreto n° 250 25/02/1932	Aprova Novo Regulamento para o Ensino Secundário do Estado.
Decreto n° 252 02/03/1932	Aprova Novo Regulamento para o Ensino Primário do Estado.
Decreto n° 253 09/03/1932	Corrige enganos que foi publicado no Regulamento aprovado pelo Decreto n° 250 de 25 de fevereiro último.
Decreto n° 254 09/03/1932	Corrige enganos com que foi publicado no Regulamento aprovado pelo Decreto n° 252 de 02 de março corrente.
Decreto n° 260 01/04/1932	Suprime os grupos escolares "Nina Rodrigues" e "Antônio Lobo" desta capital.
Decreto n° 261 02/04/1932	Cria no lugar "João Paulo", subúrbio da capital, uma escola noturna para operários.
Decreto n° 270 26/04/1932	Cria em Pedreiras, Picos, Barra do Corda e Carolina, quatro grupos escolares, sendo um em cada localidade.
Decreto n° 271 25/04/1932	Cria duas escolas isoladas em São Luís Gonzaga e uma em Viana.
Decreto n° 274 02/05/1932	Cria duas escolas isoladas na cidade de São Bento e duas outras no Município de Arari, sendo uma na Vila deste nome e a outra no povoado "Barreiras".
Decreto n° 277 09/05/1932	Cria dois grupos escolares, sendo um na cidade de Rosário e outro na de Alcântara.
Decreto n° 278 09/05/1932	Cria quatro escolas isoladas no Município de Picos.
Decreto n° 279 10/05/1932	Cria duas escolas isoladas, sendo uma na cidade de Brejo e outra no povoado de João Pessoa, Município de Porto Franco.
Decreto n° 280 10/05/1932	Cria nesta capital o Instituto Profissional Maranhense.
Decreto n° 282 14/05/1932	Cria Escola
Decreto n° 289 08/06/1932	Cria Escola
Decreto n° 290 14/06/1932	Criam Escolas
Decreto n° 291 15/06/1932	
Decreto n° 292 21/06/1932	
Decreto n° 293 21/06/1932	
Decreto n° 294 25/06/1932	
Decreto n° 296 05/07/1932	

Decreto nº 297 11/07/1932	
Decreto nº 298 11/07/1932	
Decreto nº 303 22/07/1932	Concede subvenções a diversas escolas do interior do Estado
Decreto nº 304 26/07/1932	Equipara as do Estado os professores diplomados pelas escolas normais dos demais Estados da Federação.
Decreto nº 306 03/08/1932	Criam Escolas
Decreto nº 308 05/08/1932	
Decreto nº 313 15/08/1932	
Decreto nº 316 19/08/1932	
Decreto nº 325 06/09/1932	

Decretos 1933

Decreto nº 375 11/01/1933	Permite que os alunos Curso Comercial do Colégio Santa Thereza se matriculem no 5º ano do curso normal do mesmo estabelecimento.
Decreto nº 384 04/03/1933	Cria, nesta capital, uma proletória diurna.
Decreto nº 386 06/03/1933	Define as atribuições do Diretor Geral da Instituição pública e do Diretor do Liceu maranhense.
Decreto nº 395 13/03/1933	Toma medidas ao Curso de aperfeiçoamento, p. 28.
Decreto nº 410 06/04/1933	Torna gratuita a frequência dos alunos do Liceu Maranhense e da Escola normal, p. 56.
Decreto nº 411 06//1933	Suprime a cadeira de português do 5º ano da Escola normal.
Decreto nº 434 19/05/1933	Restabelece a cadeira de Corografia do Brasil e do Maranhão na Escola normal, p. 83.
Decreto nº 449 13/06/1933	Dispõe sobre a remessa de mapas de matrícula e frequência das Escolas.
Decreto nº 487 19/08/1933	Dispõe sobre provimento da cadeira de desenho do curso complementar e do cargo de preparador do gabinete e Ciências Físicas e Naturais da Escola normal.

1934

Decreto nº 564 13/01/1934	Dispõe sobre a representação deste Estado ao sexto Congresso Nacional da Educação se realizar na capital do Estado do Ceará.
Decreto nº 568 18/01/1934	Determina que o Curso de Geografia do Brasil e do Maranhão seja feito no 1º e 2º ano do Estado normal.
Decreto nº 592 15/03/1934	Dispõe sobre o contrato do Estado com a Comissão Organizadora da Escola normal livre de Caxias, p. 47.
Decreto nº 605 06/04/1934	Dispõe sobre a Escola normal de Caxias, p. 63.
Decreto nº 618 19/05/1934	Estabelece o Dia do Professor.
Decreto nº 657 11/07/1934	Dispõe sobre a regência de turmas de alunos na Escola normal do Estado, p. 146.
Decreto nº 677 30/07/1934	Dispõe sobre a forma do Estado do Maranhão participar da Convenção Nacional da Educação a realizar-se na capital Federal.
Decreto nº 749 29/12/1934	Institui o Conselho Superior do Ensino e os Conselhos Municipais.

1935

Decreto nº 754 09/01/1935	Torna de comissão os cargos de secretárias da Diretoria Geral da Instituição Pública, do Liceu Maranhense e da Escola normal.
Decreto nº 797 21/03/1935	Concede auxílio de 3:000\$000 a Escola Presidente Getúlio Vargas a ser fundada na cidade de Petrópolis, do Estado do Rio de Janeiro.
Decreto nº 942 16/11/1935	Modifica a média de promoção e habilitação nas escolas primárias do Estado.

1936

Decreto nº 57 26/12/1936. Artigos do Diário Oficial 14/02/1936	Artigo com a relação das escolas públicas do Estado.
Artigo do Diário Oficial 05/03/1936	Movimento da Escola Normal.
Artigo do Diário Oficial 29/02/1936	Horário do Curso Complementar.

1937

Decreto nº 67 26/02/1937	Demite por abandono do emprego normalista Esmeralda Saraiva de Paiva, professora da Vila de Paço do Lumiar.
Decreto nº 68 09/03/1937	Denomina "Escola Operária Darcy Vargas" a escola a inaugura se na "Vila Operária" desta capital.
Decreto nº 72 03/1937	Demite por abandono professores primários, do Liceu, Escola Normal entre outros.
Decreto nº 73 04/1937	Demite por abandono professores primários, do Liceu, Escola Normal entre outros.
Decreto nº 74 04/1937	Demite por abandono professores primários, do Liceu, Escola Normal entre outros.
Decreto nº 75 05/1937	Demite por abandono professores primários, do Liceu, Escola Normal entre outros.
Decreto nº 77 06/1937	Demite por abandono professores primários, do Liceu, Escola Normal entre outros.
Decreto nº 78 06/1937	Demite por abandono professores primários, do Liceu, Escola Normal entre outros.
Decreto nº 79 06/1937	Demite por abandono professores primários, do Liceu, Escola Normal entre outros.
Decreto nº 80 06/1937	Demite por abandono professores primários, do Liceu, Escola Normal entre outros.
Decreto nº 87 21/09/1937	Autoriza o poder Executivo a mandar construir os palácios de Justiça e da Educação, o Hospício de alienados e um hotel modelo e outras providências.
Decreto nº 92 04/11/1937	Dispõe quanto à fiscalização dos estabelecimentos e Instituições de caridade, assistência à educação, subvencionados pelo Estado.
Decreto nº 108 19/11/1937	Autoriza o poder Executivo a abrir um crédito de 30; 000\$ para construção de prédios escolares, p. 52.

1938

Decreto lei nº 31 25/01/1938	Limita a matrícula à primeira série do curso fundamental do Liceu Maranhense no primeiro ano das Escolas Normais e dá outras providências.
Decreto lei nº 72 25/06/1938	Fixa gratificação do Diretor da Escola Normal de São Luís. Provê quanto ao pagamento de gratificação de função do Diretor do Liceu Maranhense.
Decreto lei nº 142 09/11/1938	Torna gratuita, nas instituições educacionais mantidas pelo Estado, as matrículas de alunos cujo, pois tenham mais de cinco filhos freqüentando estabelecimento, de ensino primário, profissional ou secundário.
Decreto lei nº 78 05/07/1938	Supressão da cadeira de francês da Escola Normal.
Decreto lei nº 121 21/09/1938	Suprime o cargo de subdiretor da Secretária Geral do Estado.
Decreto lei nº 141 09/11/1938	Institui, para cada funcionário estadual a. Obrigação de tomar anualmente o seu cargo A alfabetização de uma pessoa pelo menos.

1940

Decreto lei nº 367 20/04/1940	Reduz a duas as séries parciais no curso da Escola Normal.
Decreto lei nº 410 03/10/1940	Dispõe quanto aos alunos matriculados no Curso Normal da Escola Normal.
Decreto lei nº 347 04/12/1940	Da nova organização dos quadros de pessoal da Diretoria Geral de Instrução Pública.

1939

Decreto nº 66 28/02/1939	Equipara as escolas primárias Estaduais.
Decreto nº 74 28/06/1939	Equipara as escolas primárias estaduais, o Colégio "Nossa Senhora da Piedade".
Decreto-lei nº 186 19/01/1939	Cria Instituto de Educação do Maranhão.
Decreto-lei nº 208 11/02/1939	Dispõe quanto ao provimento dos lugares administrativos e do corpo docente do Instituto de Educação.
Decreto-lei n. 237 25/03/1939	Dispõe quanto às taxas para a Escola de Professor primário.
Decreto-lei nº 253 03/04/1939	Dispõe quanto ao funcionamento das Escolas públicas primárias.
Decreto-lei nº 332 23/12/1939	Artigo único. Abre crédito especial.

1940

Decreto-lei nº 367 20/04/1940	Reduz a duas as provas parciais no curso da Escola Normal.
Decreto-lei nº 410 05/10/1940	Dispõe quanto aos alunos matrícula dos no Curso normal da Escola Normal.
Decreto-lei nº 447 04/12/1940	Dá nova organização aos quadros de pessoal da Diretoria Geral da Instituição Pública.

1941

Decreto-lei nº 474 03/03/1941	Extingue o cargo de Diretor da Secretária Geral do Estado.
Decreto-lei nº 482 05/12/1941	Dispõe sobre o curso da Escola se professor primário.
Decreto-lei nº 554 30/12/1941	Abre crédito para construção de prédios Destinados a grupos escolares em São Luís.
Decreto-lei nº 564 31/12/1941	Dispõe sobre a criação de novas isoladas Primárias no interior do Estado.

1942

Decreto-lei nº 579 09/02/1942	Dispõe sobre a construção de mais edifícios Para Grupo Escolar.
Decreto-lei nº 572 02/02/1942	Institui prêmios anuais ao magistério primário da Capital e do Interior.
Decreto-lei nº 586 12/03/1942	Estabelece para os inspetores de ensino a diária corrida de 12\$000.
Decreto-lei nº 603 17/04/1942	Incorpora definitivamente ao Departamento Estadual de Estatística os serviços a cargo da seção de Estatística Geral da Instituição Pública.
Decreto-lei nº 609 19/05/1942	Extingue cadeiras no Curso Fundamental do Liceu Maranhense e cria outro no Curso ginásial do mesmo estabelecimento.
Decreto-lei nº 657 08/10/1942	Cria a função gratificada de Diretor da Seção Técnica da Diretoria Geral da Instituição Pública.

1943

1943

Decreto-lei nº 726 24/04/1943	Abre crédito para construção de Escolas.
Decreto-lei nº 734 18/05/1943	
Decreto-lei nº 784 22/09/1943	
Decreto-lei nº 811 28/12/1943	
Decreto-lei nº 730 08/05/1943	Ratifica o Convênio Nacional de Ensino Primário.
Decreto-lei nº 813 29/12/1943	Autoriza a aquisição de prédios destinados a ampliar a área reservada à construção do Edifício para a Escola Modelo.
Decreto-lei nº 826 30/12/1943	Reorganiza o Instituto de Educação do estado do Maranhão.

1944

Decreto nº 189 28/03/1944	Extingue cargos excedentes e isoladas e dá outras providências.
Decreto nº 193 30/03/1944	Extingue cargos excedentes e isoladas e dá outras providências.
Decreto nº 194 01/04/1944	Extingue cargos excedentes e isoladas e dá outras providências.
Decreto-lei nº 226 08/09/1944	Dá os nomes de Coelho Neto, Gonçalves Dias e Gomes de Souza a prédios escolares recentemente construídas nesta capital.

1945

Decreto nº 263 21/03/1945 Decreto nº 264 27/03/1945 Decreto nº 265 28/03/1945 Decreto nº 268 05/04/1945 Decreto nº 270 06/04/1945 Decreto nº 274 16/04/1945 Decreto nº 284 25/06/1945 Decreto nº 285 26/06/1945	Dispõem sobre a sede de escolas
Decreto-lei nº 1010 16/07/1945	Dispõe sobre a mensalidade cobrada aos alunos da Escola Normal, do ciclo colegial, do colégio Estadual, da Faculdade de Direito e da faculdade de Farmácia e Odontologia.
Decreto-lei nº 1015 04/08/1945	Cria cargo de Técnico de Educação.
Decreto-lei nº 1025 21/08/1945	Muda a denominação dada à função Gratificada de Diretor da Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública.
Decreto-lei nº 1029 26/08/1945	Registra a carreira de professor normalista; Fixa o padrão de vencimento do substituto do professor normalista; altera a série funcional do professor auxílios; concede gratificações do Magistério; reduz o tempo de serviço necessário à concessão de aposentadoria-prêmio ao professor normalista e dá outras providências.
Decreto-lei nº 1030 31/08/1945	Reajusta o vencimento devido aos professores dos estabelecimentos oficiais de ensino secundário e normal e dá outras providências.
Decreto-lei nº 1037 06/09/1945	Autoriza o governo do Estado a um Estabelecimento de ensino no sertão maranhense, ou a promove a criação dele mediante uma fundação.
Decreto-lei nº 1076 05/11/1945	Regula mediante disposições transitórias, o modo de provimento do cargo de professor de Escola Normal.
Decreto-lei nº 1114 12/12/1945	Autoriza o governo a conceder auxílio ao Asilo Orfanológico Santa Luzia, destinado a custear a instituição, no curso normal, de três órgãos pobres.
Decreto-lei nº 1134 31/12/1945	Abre créditos especiais para o pagamento de professores.
Decreto-lei nº 1135 31/12/1945	Cria um curso de emergência de Educação Física.

Anexo I

RECANTO DA VELHA GUARDA, Jornal Pequeno, 13 de outubro de 1984. p. 8-9.

RECANTO DA VELHA GUARDA

ZULEIDE BOGEA E O SÃO LUÍS GONZAGA

Ainda repercute nos vitrais multicoloridos do sobrado 311 da Rua do Sol o vozerio alegre e matinal dos escolares comemorando o retorno às aulas. Era tempo de aprendizagem com intensa dedicação e aproveitamento. A diretora do estabelecimento os aguarda sorridente e de braços abertos, assim como quem recebe de volta ao lar muitos filhos por algum tempo ausentes.

Ela os contempla um por um, chamando pelos seus nomes:

- José Carlos!

- Presente!

- Sebastião!

- Remy!

- Presente!

Assim iam-se sucedendo os nomes dos alunos que respondiam a chamada da Mestra. Agora somente resta a saudade, porque exatamente no dia 31 de janeiro de 1971, depois de completar cinquenta anos de magistério, Dona Zuleide Bogéa abandonou a arte de ensinar, aposentando-se pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Meio século de dedicação intensa, a par de uma existência inteira de humildade competência e amor em favor da juventude brasileira e particularmente da mocidade maranhense. O sonho de sua infância foi realizado; cumpriu com devotamento integral o seu dever de sacerdotisa do ensino. De orientadora inabalável no desempenho da missão que o destino lhe reservou: a Pedagogia. Relembremos, portanto, algumas passagens ou episódios de uma das maiores educadoras que o Maranhão e mesmo o Brasil já possuíram: Professora Zuleide Bogéa.

O MUNDO ENCANTADO DAS BONECAS

Na data de hoje, 13 de outubro, na linda Vila do Arari, Estado do Maranhão, veio ao mundo Zuleide Fernandes Bogéa.

Com a idade de dois anos aproximadamente, Dona Zuleide transferiu-se com a família para Vitória do Baixo Mearim, sendo que do consórcio matrimonial do Sr. Leonel e Sra. Monica nasceram Ana, Alzenira, Alvaro, Aristides, Abraão, Raimundo, Adalgisa, Maria, João e, por fim, a única sobrevivente do numeroso clã: Zuleide.

- Quando a Senhora era menina gostava de bonecas, Dona Zuleide?

- perguntamos de início.

- Muito! As bonecas eram o meu encantamento, a minha inteira, completa e total fascinação. Tive mais de cinquenta bonecas. Toda vez que o meu pai vinha a São Luís fazia questão de trazer-me uma. O interessante era que todas elas tinham nomes que eu mesmo lhes dava. Eram batizadas com denominações de minhas irmãs, amigas ou simples e ocasionais conhecidas. Em determinadas ocasiões enfileirava-as na parede de nossa casa com a finalidade de ensinar-lhes aritmética, dizendo assim:

- Ana, quanto é um x um?

E eu mesma respondia:

- Um!

- Alzenira, responda-me qual o resultado de dois vezes dois?

- Quatro!

Adalgisa, três vezes três quanto soma?

- Nove!

E desse modo, percorrendo a escala numérica, examinava-as uma por uma. Era o que chamava o meu dia de sabatina com elas. Amava a todas lhes queria um bem extremado, quase fanático egoístico. Entretanto havia uma do meu agrado especial, particular: era a Josete.

Certa vez, disse ao meu genitor: quando for a São Luís traga-me uma boneca, dessas que sabe pronunciar “Papai e Mamãe”. Assim verificou-se. Ainda muito melhor foi complementado o meu pedido, porque a minha boneca além de falar andava.

- Presumo que a senhora deve ter tido uma infância extraordinariamente bela.

- É a pura e irrecusável verdade. Tive uma infância cercada de carinho. Meus pais adoravam-se, queriam-se um bem que o senhor não faz a mínima idéia. E eu, graças soube corresponder à intensidade desse amor em mim.

Minha primeira Mestra foi minha mãe. Com ela no colo materno, aprendi a rezar, a ler, escrever e recitar. Asseguro-lhe que foi este o primeiro e decisivo período básico de minha educação. Minha mãe, chamada Mônica Virgínia Fernandes Bogéa, era uma pessoa, era uma pessoa tão bonita! O Senhor não pode fazer a menor idéia quanto minha mãe era bonita! Paciente com todos nós, aristocrata de porte, educada nos melhores colégios era o que se dizia antigamente uma Senhora de fina educação.

Ela idolatrava os filhos. Amava-nos com um devotamento materno admirável. Contudo deixou este mundo muito cedo: contava apenas quarenta e dois anos de idade. O seu encantamento - já ouvi dizer que as pessoas de boa índole não morrem: encantam-se - verificou-se que no dia 24 de dezembro de 1903. Dela conservo lembranças imorredouras. Deixe-me contar-lhe mais alguma coisa a respeito dela. Certa vez mamãe surpreendeu-me dando minhas lições habituais de aritmética e, durante longo tempo permaneceu observando, carinhosamente, a mim e as minhas bonecas examinadas. Quando eu na última boneca indaguei:

- Mônica, quantos são dez vezes dez?

- Cem! - respondi com uma vozinha imitando minha amiga de todas as horas.

Então mamãe sorriu e com suavidade advertiu-me.

- Zuleide, minha filha, por que você não batiza suas bonecas com nomes assim: Rosinha, Lily, Vanda Cremilda? A gora diga-me: qual o motivo de você ter posto o nome de Mônica a esta sua boneca que é a maior de todas?

- É porque a senhora não faz a menor idéia, pois não sabe que a Dona Mônica que governa essa casa com toda a autoridade que Deus lhe deu é também a boneca maior? Daí a homenagem que lhe prestei. Compreendeu?

Ela sorriu emocionada e deu-me um beijo. Ah! São inesquecíveis os tempos maravilhosos de minha infância. O meu pai, Leonel Fernandes Bogéa sobreviveu à mamãe, vindo depois a falecer somente dez anos depois, isto é, em 1913. Antes de ocorrer o seu passamento chamou-no todos nós ao seu teto e transmitiu-nos uma mensagem do mais puro sentimento humano. Foram de encorajamento suas últimas palavras:

Quero que vocês permaneçam unidos, como a história dos doze feixes de varas que já lhes contei e neste momento torno a repetir. Um chefe de família agrupou doze varas; amarrou-as e disse aos filhos: "Experimentem quebrá-los". Os filhos, incontinente,

obedeceram à ordem paternal, contudo frustraram-se diante do objetivo almejado. E responderam assim: “Não podemos pai”. O feixe é inquebrável. E o chefe da família prosseguiu: “Agora desamarrem o feixe e quebrem as varas”. Dessa vez a empreitada foi bem sucedida: as varas uma a uma foram quebradas. Assim também. Meus filhos acontece com a família desunida. Ela se torna frágil. A família desunida é uma árvore minada pelo caruncho. O bom caráter, entretanto, faz um homem uma verdadeira fortaleza e o torna incólume a qualquer mal que possa lhe acontecer. O indivíduo sem caráter é um ser caruncho que qualquer pegão de vento derruba. Permaneçam unidos, guardando a minha memória, amando a minha presença espiritual, como eu vos amei em vida.

São esses os meus últimos conselhos. Espero que vocês os conservem para sempre no mais íntimo de suas consciências.

O meu pai prossegue Dona Zuleide, era empresário, dono de fazenda de gado, de lavoura, além de ser proprietário de lanchas e batelões. Todas elas tinham nome. Lembro-me das barcas chamadas Liberal, Liberalzinho, Alagoas e Andorinha. A esta última ele deu o nome de Andorinha porque era o barco mais rápido o mais veloz de todos. E Liberal, devido papai pertencer às hostes do partido Liberal. Ele e Benedito Leite (falecido na França) foram dois grandes amigos. Daí, portanto, a origem dos nomes dos barcos, pois Benedito Leite também pertencia ao PL. A propósito, narrou-lhe um aspecto pitoresco sobre o meu pai: quando vim para São Luís, a 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República, já sabia fazer ponto de tarrafã. E explico-lhe: papai aprendeu a fazer o tal ponto com a escravaria e, em consequência transmitiu-me os segredos dessa nobre arte. Então, na escola primária, quando dos meus tempos iniciais de estudante, minha professora cujo nome não me ocorre agora, indagou se alguém dentre nós, alunas, sabia fazer ponto de tarrafã. Diante do silêncio de todas as minhas colegas de turma, levantei-me e respondi: “Eu sei!” A professora duvidou do que eu afirmava e desafiou-me: “Se você souber mesmo dou-lhe nota 10”. Mostrei-lhe rápida que sabia fazer o ponto de tarrafã. Ganhei nota 10 conforme ela havia prometido, e ainda ensinei as minhas companheiras o que sabia. Aliás, a respeito de prendas domésticas, devo lhe adiantar que quando desembarquei em São Luís já sabia cerzir, pregar botões e fazer casas. Fiz um pano de marca e um outro confeccionado em lã, ainda muito criança, novinha. E tudo isso aprendi com minha mãe. Ela ensinou-me também a fazer pequenos trabalhos de emergência, para

socorrer tratamentos superficiais. Recordo-me da cabocla Bernardinha que muito jovem, com seus 16 ou 17 anos, queimou-se na boca de forno. Tal ocorrência verificou-se quando estávamos morando na vila do Arari. Ela não trabalhava na nossa fazenda, morava num local mais distante, cerca de três quilômetros. O vestido grosso, que usava na ocasião do acidente incendiou-se completamente. Levaram-na carregada em folha de bananeira à presença da mamãe, a fim de que lhe ministrasse o devido tratamento. Minha mãe tirou-lhe o resto de pano que lhe cobria parte do corpo e deitou-a numa cama, fazendo-lhe em seguida, assepsia geral. Na realidade foram queimaduras sérias, da ordem de 1º, 2º e 3º graus. Depois da limpeza mamãe cobriu-lhe com algodão hidrófilo. Eu ainda muito menina, aproximei-me da Bernardina naquelas condições deploráveis exclamei, ingenuamente: - “Mamãe a moça está toda vestida de algodão!”

Minha mãe afastou-me do quarto para que eu não tivesse uma recordação dolorosa da fatalidade que vitimou a moça. E diante do clamor dos familiares da Bernardina, mamãe acautelou-nos, afirmando claramente.

Não se preocupem ela vai ficar boa. (O que realmente verificou-se). Tenham fé em Nossa Senhora e no Bom Jesus dos Aflitos. E rezou longamente suplicando a recuperação da lavradora. Todos nós somos católicos e meus irmãos antes de falecerem, comungaram e receberam Jesus na Santa Eucaristia. Eu mesma presto minha colaboração a Irmandade das Filhas de Maria, para a qual doei um prédio destinado à sede e moradia de alguns associados com a denominação de Lar Mariano. Participei de congressos religiosos realizando conferências em Caxias e São Luís. Estive em Belém do Pará, em Salvador da Bahia, no Recife e no Rio de Janeiro. Nesses apontamentos gostaria de acrescentar um lado primaveril de nossa infância. Nos dias de sábado e domingo, depois de cumpridos nossos deveres escolares, eu, João e Pedro, meus irmãos saíamos a passear. Eles esquipavam em dois cavalos selados e eu usando luvas montava num cavaleiro baé de raça. À tarde fazíamos parêlha até a praça, isto ainda no Mearim. Depois voltávamos para casa. Papai e Mamãe ficavam na janela, satisfeitos da vida, felizes, sorrindo à-toa de nossas possíveis habilidades amazônicas. Modéstia à parte éramos mestres no assunto, todos nós sabíamos montar e, por sinal, muito bem. A arte eqüestre nos foi ensinada por ele. Quando o Pedro e o João passavam montados nos seus carneiros, o Deusdedit Vieira, que era muito amigo deles, dizia:

- João, deixa eu dar uma volta em teu carneirinho, o certo é que como recompensa ganhava bonecas, beijos e abraços.

Este foi o período de fascinação de minha infância. Ao chegar em São Luís, fui morar em casa de minha madrinha, localizada na Rua da Inveja. Depois para a 7 de Setembro (Rua da Cruz). Papai não queria que eu ficasse sozinha e por isso chamou minha irmã Lily para fazer-me companhia. Antes mobiliou a casa e assim ficou tranquilo. Minha irmã mais velha, Ana Bogéa Lopes Gonçalves, professora normalista, ensinou-me também as primeiras letras. Ainda guardo comigo o seu diploma. Ana foi aprovada com distinção quando do exame que fez no próprio Palácio dos Leões, na época do primeiro Governador do Estado do Maranhão, Sr. Belfort Vieira. Ela cursava o 3º ano e, desejosa de lecionar no Mearim, quis logo prestar os exames finais. Estudou muito aplicada foi a didática. Anicota, como era tratada em família, após os exames assistidos pelo Governador do Estado e outras autoridades, regressou para o Mearim. Quando ela voltou, amigos de papai repreenderam-lhe:

- O que é isso, Leonel, você quer entisicar a sua filha?

Por que eles se expressaram desse modo?

Devido ela está muito magra, de tanto estudar. Porém, tudo correu bem. Ana readquiriu as energias naturais tomando bastante leite em nossa fazenda. Sabe o motivo porque tenho tanta saúde? É que fui criada com leite de cabra. Minha irmã possuía devotamento total ao ensino; ela dedicou toda a sua vida ao magistério. Terminei o meu curso de normalista em novembro de 1913. Formaram-se junto comigo dezoito professoras. Os cortes para confeccionar os nossos vestidos forma importados de Paris. Eu não participei da cerimônia de formatura que se verificou no Salão Nobre da Escola Normal, devido estar de luto de meu pai. Recordo-me muito de minhas colegas, algumas delas ainda vivas: Maria Helena, Raimunda Matos, Rosilda e Margarida, Maria Helena Rocha, Odila, Ozita e Zélia Campos, a mais velha e mais estudiosa de todas. Devo acrescentar-lhe que a Zélia Campos era excessivamente bonita e elegante. Depois ela iria formar-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Lembro-me da Elvira, da Jovita Machado Costa Neves, Clóvis Nazareth e Oda Cabral. A oradora da turma foi Maria Helena Rocha. O Diretor da Normal era Barbosa de Godois, que desempenhava também a função de professor das mais diversas disciplinas do currículo. O professor Barbosa de Godois era um homem austero conduta soberanamente

britânica, contudo em contrapartida, de coração extremamente bondoso. Até alcançar o 3º ano, tive que superar a mim mesma, contornar inúmeras dificuldades. Daí por diante, ele tornou-se meu amigo e admirador, muito mais do que antes. Tive mestres de reconhecida competência, a exemplo, a exemplo de Jerônimo de Viveiros, Nascimento de Moraes, Joaquim Fernandes, Sinhá Nina, que foi a minha professora de Geografia e Maria Pinto, Maricota, como era tratada na intimidade, de Prendas Domésticas. Quanto a José Augusto Correa, ele foi meu mestre de Português e Francês; e de Inglês, Lucília Coelho de Souza.

José Augusto Correa, a que a senhora se refere é o que hoje tem nome de rua?

Sim. É a rua que antigamente chamava-se Santana. Hoje todos eles têm nome de rua, além de terem sido erguido monumentos em suas memórias. Possuo do mesmo modo, com louvor e aplicação, Curso de Desenho e Pintura. (Nesse momento em meio a nossa palestra, a conhecida educadora maranhense mostrou alguns quadros de sua autoria, cenas campestres de vivo sabor impressionista). Desenho aprendi com um professor chamado Ouri de Pintura, com a esposa do Sr. Holanda, cujo nome não me ocorre no instante.

Nisso, entra uma senhora de cor escura. Saúda-nos e se encaminha respeitosamente em direção a Dona Zuleide. Esta abraça a visitante e nos confidencia.

É a Isabel Morais. Trabalhou comigo 42 anos. Esta preta velha é minha amiga e tanta. Quero de todo o coração! Ela já está aposentada, mas às vezes vem passar dias comigo. Mas continuemos. A princípio lecionei no Instituto Maranhense, localizado na rua do Egito, exatamente num sobrado que fica anexado a Assembléia Legislativa do estado. Tomei conta do curso primário. Nesse Instituto, trabalhei de 1916 até meados de 1920. Um dia pensei comigo mesma: “gosto de ensinar, mas gostaria muito mais ainda de minha profissão se tivesse um colégio meu um estabelecimento de que fosse a dona, a proprietária exclusiva, porque sinto que sou uma mulher independente”. E assim procedi. E a 7 de setembro de 1920, fundei o Colégio São Luís Gonzaga. O primeiro prédio do meu Colégio ficava na Rua dos Afogados, 107, numa casa térrea. Desde menina sonhava ter um Colégio que pertencesse a mim e, caso conseguisse dar-lhe-ia o nome de São Luís Gonzaga. Guardo ainda comigo uma imagenzinha de São Luís Gonzaga. (A esta altura da conversa, Dona Zuleide foi até o quarto de onde retornou com o seu santinho preferido, mostrando-nos). E sempre dizia a meu pai:

- Ainda hei de ter um colégio e nesse dia dar-lhe-ei o nome de São Luís Gonzaga.

Crescendo o número de alunos, tive queugar um sobrado pertencente à Dona Joaninha Moreira na Praça Antônio Lobo. Depois me mudei para a rua da Paz, onde é a atual morada da família Tajra. Em seguida, no dia 1º de maio de 1930, transferi-me para a Rua da Paz, na casa onde funcionou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Fui obrigada a sair devido o desabamento da cozinha, que ruiu completamente, soterrando toda a bateria. Perdi tudo, até facas e garfos ficaram retorcidos, tal a violência do desabamento. Felizmente não chegou a ferir ninguém. No dia seguinte comprei novos pratos, talheres, cadeiras e fogareiros. Como o prédio não oferecesse mais segurança indispensável, mudei-me para a Rua Grande (Oswaldo Cruz) canto com a Rua da Passagem.

E por fim, em 1935, durante o mês de setembro transferi-me para esse atual sobrado, cujo proprietário era Sr. Teixeira Leite, aqui na rua do Sol, onde durante algum tempo funcionou um estabelecimento bancário. Fizemos a costumeira transação comercial e assim ocupei o prédio em dezembro daquela longínqua década de 30. Verificou-se até mesmo uma coincidência: os papéis foram passados no dia do meu aniversário, que é 13 de outubro.

Foram longos anos de magistério. Aposentei-me a 31 de janeiro de 1971, indenizei todas as professoras que trabalharam comigo, sem exceção de nenhuma. Algumas foram ressarcidas com 50 salários da época; outras com 36, 34, 30 e 25 e assim sucessivamente. Todas elas foram recompensadas. Por outro lado, tive alunos ilustres que me deram muitas satisfações. Entre esses posso destacar o Comandante Renato Archer, Dr. José Carlos Ribeiro; Dr. Sebastião Ferreira, Dr. Antenor Bogéa, Sr. Remy Archer, Jornalista Lourival Bogéa (ded quem sou madrinha); Ivar Gomes Saldanha, Raimundo Bogéa, Diretor do Jornal Pequeno. Ensinei muita gente. Nasci para ensinar e se hoje tivesse que recomeçar tudo outras vez trilharia o mesmo caminho, conduzindo audaz e pura de coração a mesma chama viva que iluminou minha vida e orientou meus passos de professora da Civilização Maranhense.

Faltou-me incluir, entre tantos alunos que eles foram, nomes como Lourenço Vieira da Silva, Vieira da Silva, Marvinia Serrão, Ubirajara Rayol e seus irmãos, Ivaldo Perdigão, os filhos do Sr. Oscar de Barros e outros. Longa seria a relação dos meus discípulos. Meus alunos, antes de começar as aulas, rezavam o terço e cantavam o Hino de São Luís, encerrando com o Hino Nacional. Depois desfilavam entoando uma marchinha escolar.

Este era o dever cívico de todos os dias; a canção alegre, espontânea, patriótica, sincera, dos meus alunos e - permita-me confidenciar-lhe o júbilo intenso do meu coração.

A MESTRA COM TODO AMOR

Dona Zuleide Fernandes Bogéa é autora da “Cartilha de Luís”, adotada durante muito tempo nas escolas primárias do estado. Dentro outras homenagens que lhe prestaram foi, merecidamente, agraciada com a Medalha do Centenário de Graça Aranha, exatamente quando o autor de Viagem Maravilhosa completava 70 anos de publicação desta legítima obra-prima da Literatura brasileira que é o romance Canaã.

- Minha luta foi enorme. Hoje percorrido o caminho, em toda a sua extensão, sem utilizar veredas para suavizar a distância áspera agradeço a Deus, a Imaculada Virgem Santa e também ao Santo de Minha devoção. Muitas vezes quando me recolho ao leito, vou buscar no meu escrínio a pequena e querida imagem de São Luís Gonzaga, a mesma imagem que conservo desde que era menina e no silêncio deste velho sobradão digo ao meu Santinho: -“Não lhe disse, meu São Luís Gonzaga, que um dia haveria de ter um Colégio com o seu nome e em sua homenagem?”

(Do livro *Universo maranhense*, de Jorge Nascimento)

100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0

